



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO**

MARIA JOSÉ DOS SANTOS

**REFERENCIAÇÃO E INTERTEXTUALIDADE:
diálogos possíveis entre textos distintos na recategorização
de um mesmo objeto de discurso**

São Cristóvão/SE
Agosto de 2018

MARIA JOSÉ DOS SANTOS

**REFERENCIAÇÃO E INTERTEXTUALIDADE:
diálogos possíveis entre textos distintos na recategorização
de um mesmo objeto de discurso**

Trabalho de defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, na linha de pesquisa Descrição, Análise e Usos Linguísticos, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos Linguísticos, sob a orientação da Profa. Dra. Geralda de Oliveira Santos Lima.

São Cristóvão/SE
Agosto de 2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237r Santos, Maria José dos
Referenciação e intertextualidade : diálogos possíveis entre textos distintos na recategorização de um mesmo objeto de discurso / Maria José dos Santos ; orientadora Geralda de Oliveira Santos Lima.– São Cristóvão, SE, 2018.
144 f.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Análise do discurso. 2. Lampião, 1900-1938. 3. Interpretação oral. 4. Referência (Linguística). 5. Intertextualidade. I. Lima, Geralda de Oliveira Santos, orient. II. Título.

CDU 81'42

MARIA JOSÉ DOS SANTOS

**REFERENCIAÇÃO E INTERTEXTUALIDADE:
diálogos possíveis entre textos distintos na recategorização
de um mesmo objeto de discurso**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, na linha de pesquisa Descrição, Análise e Usos Linguísticos, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos Linguísticos.

São Cristóvão, 24 de agosto 2018.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Geralda de Oliveira Santos Lima (Presidente – Orientadora)
Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Profa. Dra. Valquíria Claudete Machado Borba (1^a Examinadora – Externa)
Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Profa. Dra. Maria Leônia Costa Garcia Carvalho (2^a Examinadora – Interna)
Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Aprovada em:
São Cristóvão – SE, 24 de agosto de 2018.

Dedico este trabalho a Deus, minha fonte de sabedoria, fé e inspiração, à minha mãe, a pessoa mais importante e especial na minha vida, e a todos aqueles que acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus que ilumina sempre o meu caminho, dando-me forças para prosseguir nesta longa jornada e pela força espiritual para a realização desta pesquisa.

Aos meus pais José Quintino (in memoriam) e Marinalva, em especial, à minha mãe, pelo eterno orgulho de nossa caminhada, pelo apoio, compreensão, pela ajuda em não me deixar desistir NUNCA dos meus sonhos e objetivos, por acreditar sempre na minha capacidade, e por todo amor e carinho ao longo deste percurso. Sua presença significa segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada. Esta conquista também é sua!!!

Aos meus irmãos (Roseane, Carlinhos e Ailton), que, por mais difícil que fossem as circunstâncias, tentaram manter a paciência, a confiança e o fôlego.

Ao meu parceiro de todas as horas, Elder Augusto, pela compreensão, dosagens de ânimo e paciência.

Aos meus sobrinhos com os quais aprendi a ver a vida de um jeito diferente, fazendo-a valer cada vez mais a pena.

Aos meus colegas do Curso de Mestrado, pela cumplicidade, alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Com vocês, tenho aprendido a duvidar e nunca encarar a realidade como pronta. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos foi a melhor experiência da minha formação acadêmica. A ternura e convivência desses dois anos serão infindáveis...

Aos meus professores do Mestrado, pela experiência e oportunidades de crescer intelectualmente.

À minha banca examinadora, as professoras Valquíria Borba e Maria Leônia Carvalho, pelas preciosas críticas construtivas e sugestões relevantes para o engrandecimento da minha pesquisa.

À minha querida orientadora, Geralda Lima, com quem partilhei o que era o broto daquilo que veio a ser este trabalho. Obrigada pela dedicação, pelos ensinamentos e pelo tempo disponibilizado para as nossas reuniões que foram fundamentais para a concretização desta Dissertação.

A todas as pessoas que torceram e acreditaram que eu “daria conta do recado” e àqueles que contribuíram direta e indiretamente para esta realização... A vocês um super THANK YOU VERY MUCH!!!!

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

O fenômeno da referenciação assume uma visão interativa e sociocognitiva, uma vez que a produção de sentido é uma construção dinâmica, realizada por sujeitos sociais nas suas práticas discursivas, de modo que os referentes são concebidos como objetos de discurso elaborados e reelaborados nessas práticas. Diante disso, esta investigação objetiva analisar as relações anafóricas, entre textos distintos, presentes em oito entrevistas orais com moradores dos municípios de Poço Redondo e de Nossa Senhora da Glória do Estado de Sergipe a respeito da reconstrução do objeto de discurso, Lampião. Além disso, este trabalho aborda também a questão da referenciação na construção e reconstrução da memória coletiva sobre a imagem de Lampião. Elencamos, ainda, os seguintes objetivos específicos: (i) verificar como se processa a (re)construção do referente Lampião, em textos diferentes, através do uso de expressões referenciais anafóricas intertextuais que surgiram nos depoimentos das histórias contadas e recontadas pelos sujeitos entrevistados; (ii) investigar em que medida a proposta de Custódio Filho (2011, 2015) contemplou as ocorrências evidenciadas no corpus desta investigação; (iii) analisar a interinfluência da configuração de narrativas orais que apresentaram uma experiência de leitura/escuta interrupta na manifestação de uma estratégia de construção da referência ainda não amplamente desenvolvida: a anáfora intertextual (relação anafórica entre textos distintos); (iv) pesquisar como se processa a construção e a reconstrução da memória discursiva, a partir do uso de expressões anafóricas, em textos distintos (relatos) sobre Lampião. Partimos da hipótese de que é através do diálogo entre os textos distintos de sujeitos também diferentes que é possível a construção do ponto de vista sobre a recategorização da figura de Lampião, confirmada por meio do uso de expressões referenciais de cada entrevistado. Outrossim, quando investigamos situações de interação diferentes das habitualmente analisadas, será possível encontrarmos outras possibilidades de manifestação das estratégias textual-discursivas, ainda, não devidamente abordadas pelas pesquisas convencionais. Dessa maneira, esta pesquisa investigou, à luz de uma abordagem sociocognitivo-interacional da Linguística Textual, manifestações textual-discursivas, entre as quais destacamos o gênero relato em diversas situações de interação. Para tanto, decidimos analisar textos ou discursos específicos (de diferentes sujeitos) que dialogam entre si, evocando o mesmo objeto de discurso (MONDADA; DUBOIS, 2003). Portanto, o nosso arcabouço teórico-metodológico está alicerçado nos estudos atuais da Linguística Textual, mais especificamente no processo de referenciação, como os de Koch (2009), Koch, Bentes e Cavalcante (2008), Cavalcante (2016), Custódio Filho (2011, 2015), Costa (2007), Lima (2008), Hanks (2008), Van Dijk (2012), Halbwachs (1990), dentre outros de igual importância. Por conseguinte, evidenciamos, a partir de nossa análise, que os relatos distintos dos entrevistados mostraram, em diferentes situações discursivo-interativas, possíveis diálogos entre si, no tocante à recategorização de um mesmo objeto de discurso por meio das relações intertextuais, pois os relatos apresentaram diversos fragmentos com vozes de outros já ditos, contribuindo para a progressão textual.

Palavras-chave: Lampião. Relatos orais. Estratégias de referenciação. Intertextualidade. Objeto de discurso.

ABSTRACT

The phenomenon of referentiation assumes an interactive and sociocognitive view, since the production of meaning is a dynamic construction carried out by social subjects in their discursive practices, so that the referents are conceived as objects of discourse elaborated and reworked in these practices. Therefore, this research aims to analyze the anaphoric relationships between different texts present in eight oral interviews with residents of the cities of Poço Redondo and Nossa Senhora da Glória in the State of Sergipe regarding the reconstruction of the object of speech, Lampião. In addition, this work also addresses the issue of reference in the construction and reconstruction of the collective memory about the image of Lampião. We also highlight the following specific objectives: (i) to verify how the (re) construction of the Lampião referent is processed in different texts through the use of intertextual anaphoric reference expressions that emerged in the testimonies of stories told and retold by the subjects interviewed; (ii) to investigate the extent to which the proposal of Custódio Filho (2011, 2015) contemplated the occurrences evidenced in the corpus of this investigation; (iii) to analyze the interinfluence of the configuration of oral narratives that presented an interrupted reading / listening experience in the manifestation of a strategy of construction of the reference not yet widely developed: intertextual anaphora (anaphoric relation between distinct texts); (iv) to research how the construction and reconstruction of the discursive memory are processed, from the use of anaphoric expressions, in different texts (reports) on Lampião. We start from the hypothesis that it is through the dialogue between the different texts of different subjects that it is possible to construct the point of view on the recategorization of the figure of Lampião, confirmed through the use of reference expressions of each interviewee. Moreover, when we investigate situations of interaction different from those usually analyzed, it will be possible to find other possibilities of manifestation of textual-discursive strategies, yet not adequately addressed by conventional research. In this way, this research investigated, in the light of a sociocognitive-interactional approach of Textual Linguistics, textual-discursive manifestations, among which we highlight the genre reporting in several situations of interaction. To do so, we decided to analyze specific texts or discourses (of different subjects) that dialogue with each other, evoking the same object of discourse (MONDADA; DUBOIS, 2003). Therefore, our theoretical-methodological framework is based on the current studies of Textual Linguistics, specifically in the referentiation process, such as Koch (2009), Koch, Bentes and Cavalcante (2008), Cavalcante (2016), Custódio Filho (2011, 2015), Costa (2007), Lima (2008), Hanks (2008), Van Dijk (2012), Halbwachs (1990), among others of equal importance. Therefore, according to our analysis, different reports of interviewees showed, in different discursive-interactive situations, possible dialogues among themselves, regarding the recategorization of the same object of discourse through intertextual relations. The reports presented several fragments with voices of others already said, contributing to the textual progression.

Keywords: Lampião. Oral reports. Referentiation strategies. Intertextuality. Object of discourse.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. APRESENTANDO O OBJETO DA PESQUISA.....	20
2.1 História sobre o cangaço.....	21
2.2 A vida de Lampião.....	29
2.3 O gênero relato.....	36
2.4 A memória coletiva.....	40
3. A QUESTÃO DA REFERENCIAÇÃO: OS CONSENSOS.....	45
3.1 O fenômeno da referenciação.....	45
3.2 Concepções de texto dentro da Linguística Textual.....	50
3.3 Breve percurso evolutivo das concepções de texto nas três fases da LT.....	53
3.4 Processos referenciais.....	54
3.4.1 Introdução referencial.....	54
3.4.2 Anáfora.....	54
3.4.3 Dêixis.....	60
4. AVANÇOS NAS PESQUISAS EM REFERENCIAÇÃO: CONTEXTO E INTERTEXTUALIDADE.....	64
4.1 O primeiro paradigma.....	64
4.2 O segundo paradigma.....	66
4.3 Por uma diversificação das situações de interação analisáveis.....	67
4.4 Expressões referenciais que retomam o mesmo objeto de discurso entre textos diversos.....	70
4.5 Breve discussão sobre o papel do contexto na/para compreensão de práticas referenciais em textos orais.....	72
4.6 Fator de intertextualidade: relação entre textos ou relatos distintos.....	81
5. PROCESSO METODOLÓGICO-ANALÍTICO.....	89
5.1 Questões norteadoras desta investigação.....	89
5.2 Locais da pesquisa.....	90
5.3 Sujeitos da pesquisa e coleta de dados.....	92
5.4 Análise do <i>Corpus</i> – os relatos orais.....	94

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	123
ANEXO A – RELATO DE ABM (ENTREVISTA 2).....	129
ANEXO B – RELATO DE AAA (ENTREVISTA 4).....	131
ANEXO C – RELATO DE ES (ENTREVISTA 5).....	133
ANEXO D – RELATO DE EC (ENTREVISTA 6).....	135
ANEXO E – RELATO DE JFO (ENTREVISTA 8).....	137
ANEXO F – RELATO DE JPS (ENTREVISTA 9).....	139
ANEXO G – RELATO DE JAO (ENTREVISTA 11).....	141
ANEXO H – RELATO DE MGG (ENTREVISTA 12).....	143

1. INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre referenciação, estratégia textual-discursiva para a compreensão e produção de textos são investigadas dentro dos estudos da Linguística Textual (LT), sendo objeto de estudo de vários autores da área. O fenômeno da referenciação assume uma visão interativa e sociocognitiva, uma vez que a produção de sentido é uma construção dinâmica, realizada por sujeitos sociais nas suas práticas discursivas, de modo que os referentes são concebidos como objetos de discurso elaborados e reelaborados nessas práticas.

A discussão sobre a referência sempre se fez presente em trabalhos da área desde os primórdios da LT, final da década de 1960, quando as análises transfrásticas procuravam dar conta, dentre outros fatores, da relação anafórica correferencial no cotexto¹. Tomando por base uma tomada de posição contrária à concepção representacional da linguagem (na qual o papel da língua seria expressar objetivamente uma realidade posta), podemos perceber que língua e realidade são instâncias instáveis, sendo a atividade de interação linguística um momento de construção de versões da realidade, mais do que apenas uma representação fidedigna dessa suposta realidade.

Diante disso, a referência passa a ser vista como um processo de referir com caráter dinâmico, sendo encarada como referenciação (MONDADA; DUBOIS, 2003), visto que os sujeitos estão envolvidos ativamente em interações linguístico-discursivas para apresentar elaborações e reelaborações de suas percepções do mundo. Evidenciamos, assim, que tal ação é inerentemente social e a atividade dos sujeitos é também cognitiva, uma vez que a interação linguística só acontece porque os sujeitos são capazes de processar intelectivamente os textos que produzem e compreendem.

Concordamos com Custódio Filho (2011, p. 13) quando afirma que “o processamento referencial é estratégico, no sentido de que os interlocutores selecionam formas de atuar dentro da dinâmica textual-discursiva, utilizando para tanto o conhecimento (em algum nível) proveniente de sua ‘bagagem’ mental”.

Nesse sentido, os estudos mais convencionais da LT sobre as estratégias textual-discursivas têm focado nas concepções iniciais de Mondada e Dubois (2003) quando estas discutem sobre situações de interação ininterruptas, enfatizando a presença ou não do sintagma nominal (expressão referencial) em um mesmo cotexto. Normalmente são selecionados textos “curtos” que permitem uma experiência de leitura/escuta na qual o contato com o gênero escolhido se inicia e se encerra sem que haja interrupção. Sobre essa

¹“fragmento discursivo que está associado a uma porção textual num dado texto” (HANKS, 2008, p.120-121)

questão, a nossa pesquisa está pautada em discutir outros tipos de interação interrupta que possibilitam o diálogo entre cotextos distintos sobre a construção e reconstrução de um mesmo objeto de discurso.

Para tanto, tomamos como proposta inicial pesquisas desenvolvidas por Custódio Filho (2011, 2015) quando discute sobre a importância de se levar em conta outras situações de interação analisáveis, propondo a investigação de uma estratégia de referenciação pouco desenvolvida no campo teórico da LT, o estudo da anáfora entre textos distintos (intertextual). Esse pesquisador classifica essas situações de interação em quatro tipos: (i) “Interação ininterrupta com textos curtos” possibilita o contato com textos cuja leitura/escuta acontece sem interrupção, como as notícias, crônicas, artigos de opinião, receitas, piadas; (ii) “Interação ininterrupta com textos longos” inclui situações ocorridas de maneira ininterrupta, sem que haja uma interrupção da leitura/escuta para ser retomada posteriormente. Faz parte desse tipo de interação os filmes, os contos, as reportagens, as aulas, os artigos acadêmicos; (iii) “Interação interrupta com textos longos” inclui as interações efetivadas com textos que demandam uma leitura/escuta “interrompida”: por conta da natureza própria do gênero, é necessário fazer pausas no contato para posterior retomada, por exemplo, os romances, as dissertações, as teses e os livros acadêmicos e em (iv), temos o quarto tipo “Interação interrupta com um conjunto de textos solidários” dá conta das situações de interação nas quais os interlocutores entram em contato com um conjunto de textos essencialmente dependentes uns dos outros, como os episódios de uma série de TV, as edições de uma série em quadrinhos ou os volumes de uma obra literária. É nesse tipo de interação que há a discussão sobre a anáfora entre textos distintos (intertextual) e é aqui também que nossa pesquisa está inserida.

No interior dessa perspectiva, anáfora intertextual é entendida como uma estratégia de construção referencial que promove a continuidade de um referente que se manifesta em textos distintos produzidos por autores distintos. Esse fenômeno é relevante na construção da coerência por meio da reativação de estratégias de referenciação. Na concepção de Custódio Filho (2015), a referenciação intertextual pressupõe a ação de construção de um objeto de discurso que se inicia em um texto base (de referência para outros) e continua em outro(s).

Em decorrência disso, o nosso *corpus* é constituído por oito produções textuais orais elaboradas por moradores dos municípios de Poço Redondo e de Nossa Senhora da Glória, na região do semiárido de Sergipe, consolidando um conjunto de testemunhos que revela a auto visão do homem sertanejo, no tocante à recategorização do referente Lampião. Durante as entrevistas, as pessoas faziam relatos interessantes de suas vidas, glórias e decepções, mas, em particular, falavam muito sobre o cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva – Lampião, que

teria frequentado a região do sertão sergipano, durante mais ou menos dez anos, no período que se estende do ano de 1928 ao de 1938 (LIMA, 2008, 2018), ao ser morto na Grota do Angico, no município de Poço Redondo.

Em vários lugares do sertão nordestino, excluindo-se os municípios da região litorânea, as histórias sobre Lampião são mais evidentes, por conta de sua passagem e de seu bando nesses locais. Dentre essas localidades, os municípios de Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória foram os que Lampião teve maior contato. Em virtude disso, nossa investigação se debruça sobre esses dois municípios. Ao analisar tal *corpus*, o tema que mais nos chamou a atenção foi a ligação da história dos municípios de Nossa Senhora da Glória e a do município de Poço Redondo com o fenômeno do cangaço no nordeste brasileiro.

A escolha desse *corpus* se deu pelo fato de crescermos ouvindo muitas histórias impressionantes sobre “o bandido mais ousado do sertão”, “o rei do cangaço” o que se constituiu em fator decisivo para a nossa tomada de decisão quanto ao trabalho com fontes orais, com falantes que nos proporcionaram preciosas informações a respeito da figura de Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião.

Por conta disso, o gênero textual relato se justifica como uma forma de promover o resgate das experiências vividas. Segundo Faraco (2010), a experiência de relatar está associada à necessidade ou ao desejo de comunicar uma experiência vivida, ao mesmo tempo, possibilita a organização dessa experiência. Assim, ao desenvolver um relato pessoal, o sujeito estará lidando com um texto que serve à transmissão social de informações. O gênero relatar “refere-se à documentação e memorização de ações humanas que se representam pelo discurso de experiências situadas no tempo e no espaço.” (LANDEIRA, 2009, p. 6).

A finalidade desse gênero é expor, oralmente ou por escrito, episódios marcantes da vida de quem escreve, experiências vividas que se encontram guardadas em suas lembranças, em sua memória. O texto deve apresentar uma sequência cronológica, podendo conter expressões responsáveis por marcar a passagem do tempo e a localização no espaço. Pode ter também trechos descritivos; os verbos, geralmente, são empregados no passado (CARVALHO, 2011).

Ainda, segundo Carvalho (2011), por se tratar de um texto no qual se relatam experiências pessoais, o relato é pontuado também pela expressão da subjetividade e o locutor se projeta no texto como entidade individual, por isso, nesse tipo de gênero, o uso da primeira pessoa do singular é bem frequente. O tema abordado se refere às experiências pessoais, lembranças, memórias, fatos marcantes para o locutor. A progressão temática é evidente porque em geral é linear e a linguagem é pessoal, subjetiva, direta e deve se adequar à

situação de produção.

Levando em conta esses fatores, nossa proposta é discutir sobre a possibilidade de levarmos em consideração outras situações de interação analisáveis que proporcionem a reconstrução de um mesmo referente no diálogo entre textos distintos. Através da contínua recategorização discursiva, conforme o ponto de vista de cada informante é evidente o diálogo entre textos distintos, neste caso, produzidos entre sujeitos diferentes, que retomam o mesmo objeto de discurso, Lampião, possibilitando uma variedade de interpretações apresentadas para os fatos históricos.

Além do interesse pelo reconhecimento de nossas origens nordestinas, a seleção desse *corpus* demonstra que a LT dialoga com outras áreas do conhecimento, tais como a História, a Sociologia, a Psicologia Cognitiva, dentre outras de igual valor, proporcionando um leque bastante rico de pesquisas. Outro fator determinante para esta escolha foi o contato que tivemos com esta área do conhecimento, a Linguística de Texto, no segundo semestre do curso de Mestrado em Letras. A partir desse momento, debruçamo-nos nessa área, mais especificamente nos estudos sobre referenciação.

Tendo como base essas questões, desenvolvemos esta investigação com a intenção de oferecer uma pequena contribuição para os estudos da referenciação e no Brasil. Para tanto, levamos em conta a relação entre a conservação da memória social, a construção de processos referenciais e o diálogo entre textos distintos sobre a recategorização de um mesmo referente, que possibilita uma interação interrupta, trazendo à tona a discussão acerca do fator de intertextualidade restrita e ampla (CAVALCANTE; FARIAS; CARVALHO, 2017), focando a questão da anáfora intertextual (CUSTÓDIO FILHO, 2011, 2015).

Ao examinar estudos no campo da referenciação no Brasil, na atualidade, constatamos que pouco se tem explorado este viés teórico que se localiza na interface entre a Sociologia, a História e a Linguística, sobretudo, no que diz respeito às atividades referenciais de sujeitos em relação aos processos de construção e reconstrução da memória social entre textos diferentes. Então, a consulta a fontes especializadas sobre o fenômeno do cangaço e a articulação entre concepções de linguagem, memória, intertextualidade e contexto² formaram o alicerce teórico desta pesquisa.

Para tanto, suscitamos as seguintes questões norteadoras: 1. Como se processa a recategorização do referente Lampião em textos diferentes, pelo uso de expressões

² “ambiente mais amplo (linguístico, social, psicológico) ao qual o texto responde e sobre o qual ele opera” (HANKS, 2008, p. 120-121)

referenciais anafóricas que surgiram nos depoimentos das histórias contadas e recontadas pelos sujeitos entrevistados? 2. De que forma o fator de intertextualidades restrita e ampla pode contemplar ocorrências anafóricas evidenciadas no *corpus* desta investigação, levando em consideração a proposta de Custódio Filho (2011, 2015)? 3. Como podemos compreender a influência da configuração de narrativas orais que apresentam uma experiência de leitura/escuta interrompida na manifestação de uma estratégia de (re)construção da referência ainda não amplamente desenvolvida: a anáfora intertextual (relação anafórica entre textos distintos)?

Com o intuito de responder estas questões, fundamentamo-nos em uma base teórica de estudos que concebe a referenciação como processo dinâmico em que há uma negociação dos sujeitos compartilhada na visão dos seguintes autores: Mondada e Dubois (2003), Lima (2008, 2018), Custódio Filho (2011, 2015), Koch (2009), Cavalcante (2003, 2011, 2016), Cavalcante e Custódio Filho (2010), Costa (2007), Cavalcante; Farias; Carvalho (2017), dentre outros. No tocante ao papel do contexto nas práticas discursivas dos sujeitos, acrescentamos discussões de Hanks (2008) e Van Dijk (2012).

Além desses autores citados, incluímos também as concepções de Koch, Bentes e Cavalcante (2008); Charaudeau e Maingueneau (2008), Trindade e Noronha (2016) referente às relações intertextuais, pois o autor recorre a vários outros textos fazendo uso, simultaneamente, de diferentes tipos de intertextualidade para defender seu ponto de vista, e adicionamos outros estudiosos acerca da história do cangaço, consequentemente, sobre a imagem de Lampião.

Nessa perspectiva, trouxemos a hipótese de que é através do diálogo entre os textos distintos de sujeitos também diferentes que é possível a construção do ponto de vista sobre a recategorização da figura de Lampião, confirmada por meio do uso de expressões referenciais de cada entrevistado. Além disso, quando investigamos situações de interação diferentes das habitualmente analisadas, será possível encontrarmos outras possibilidades de manifestação das estratégias textual-discursivas, ainda, não devidamente abordadas pelas pesquisas convencionais.

A fim de discutirmos essas questões e responder à hipótese levantada, o nosso objetivo geral tenciona analisar as relações anafóricas, entre textos distintos, presentes em oito entrevistas orais de moradores dos municípios de Poço Redondo e de Nossa Senhora da Glória a respeito da reconstrução do objeto de discurso, Lampião.

Os objetivos específicos intentam:

1. verificar como se processa a (re)construção do referente Lampião, em textos

diferentes, através do uso de expressões referenciais anafóricas intertextuais que surgiram nos depoimentos das histórias contadas e recontadas pelos sujeitos entrevistados;

2. investigar em que medida a proposta de Custódio Filho (2011, 2015) contemplou as ocorrências evidenciadas no *corpus* desta investigação;

3. analisar a interinfluência da configuração de narrativas orais que apresentaram uma experiência de leitura/escuta interrupta na manifestação de uma estratégia de construção da referência ainda não amplamente desenvolvida: a anáfora intertextual (relação anafórica entre textos distintos);

4. pesquisar como se processa a construção e a reconstrução da memória discursiva, a partir do uso de expressões anafóricas, em textos distintos (relatos) sobre Lampião.

A partir de nossa análise, percebemos que em todos os relatos houve um diálogo entre eles que possibilitou a continuidade e a recategorização (retomada) do um mesmo objeto de discurso – Lampião, por meio das expressões referenciais utilizadas pelos sujeitos da pesquisa, possibilitando um estudo sobre as relações intertextuais. Confirmamos, também, o que foi proposto por Custódio Filho (2011, 2015), ao levarmos em conta situações de interação analisáveis diferentes das normalmente investigadas pelas pesquisas mais convencionais, já que um mesmo referente, neste caso, Lampião, foi recategorizado por meio de visões diferentes que os entrevistados possuíam sobre ele, proporcionando uma leitura interrupta nesses relatos.

Dentro das relações intertextuais, percebemos que os relatos apresentaram diversos fragmentos com vozes de outros já ditos, contribuindo para a progressão textual. Para tanto, percebemos a presença de alguns dêiticos memoriais, que a nosso ver, no *corpus* em questão, funcionaram como exemplos de intertextualidade. A respeito deste fenômeno de textualidade, os relatos apresentaram recortes de intertextualidade temática e implícita, principalmente. Evidenciamos, similarmente, o papel do contexto na construção e produção dos sentidos, pois, por ser uma modalidade dinâmica e flexível, influenciou nas interpretações, nas práticas linguístico-discursivas, nas intenções argumentativas e nos projetos de dizer partilhado e negociado da opinião dos enunciadores.

Por conseguinte, a nossa proposta de investigar as relações anafóricas e intertextuais em textos distintos (relatos) sobre a imagem de Lampião que estão presentes nos depoimentos das histórias contadas e recontadas pelos sujeitos entrevistados, é apresentada em quatro partes, além da introdução (seção um) e considerações finais.

Na seção 2, intitulado “Apresentando o objeto da pesquisa”, situamos o nosso objeto

de estudo, Lampião, com o intuito de discutir algumas questões relacionadas aos aspectos históricos do movimento social ocorrido no Brasil, o cangaço. Além disso, evidenciamos a relação desse movimento com a vida de um dos cangaceiros mais conhecidos na história brasileira, principalmente no sertão nordestino, Virgulino Ferreira da Silva, popularmente conhecido como Lampião. Explicitamos, também, a respeito do gênero relato, uma vez que se trata de uma modalidade textual que apresenta uma narração sobre um fato ou acontecimento marcante da vida de uma pessoa. Nesse tipo de texto, podemos perceber as emoções e sentimentos expressos pelo narrador sobre sua visão no tocante à imagem de Lampião. Concluímos esta parte abordando a questão da memória conforme o posicionamento de Halbwachs (1990). Na visão deste sociólogo, um dos aspectos mais instigantes dos níveis sociais é o da construção social da memória. Essa reconstrução de acontecimentos passados que ainda estão vivos na memória coletiva do grupo se opera na memória do indivíduo por meio de pensamentos contínuos que fizeram e continuam fazendo parte da vida social desse mesmo grupo em cuja memória as lembranças são cristalizadas. A reconstituição dessa memória social depende do relacionamento do indivíduo com outros grupos sociais com os quais convive. Essas lembranças são reconstruções das experiências vividas no passado pelo grupo, que se manifestam no presente através de conversas, relatos e depoimentos.

Na seção 3, “A questão da referenciação: os consensos”, focamos nossos estudos na teoria da referenciação conforme o posicionamento de alguns autores da área da Linguística Textual (LT); discutimos sobre os estudos ancorados nos consensos que têm como característica reafirmar as ideias iniciais de Mondada e Dubois (2003) para propor descrições sobre a natureza sociocognitivo-discursiva do sintagma nominal; explicitamos também sobre um breve percurso evolutivo das concepções de texto dentro das fases da LT. Além disso, trouxemos a concepção atual de texto enquanto processo de interação e, logo em seguida, discutimos a respeito de alguns mecanismos textual-discursivos fundamentais na compreensão de textos e na construção dos sentidos, quando se trata de investigar situações de interação pertencentes ao mesmo cotexto e também discutimos situações que possibilitam a investigação de estratégias sobre cotextos distintos, ou seja, a anáfora intertextual.

Focalizamos, na seção 4 “Avanços nas pesquisas em referenciação: contexto e intertextualidade”, nas duas tendências de pesquisa em LT, uma que foca em análises direcionadas a textos iguais, e a outra em situações de interação presentes em cotextos distintos na construção da referência. Pontuamos também a necessidade de serem investigadas estratégias textual-discursivas diferentes das normalmente utilizadas, com o intuito de levar em conta, não somente interação ininterrupta em textos curtos – foco da maioria das pesquisas

em LT –, mas também interação interrompida em textos solidários (CUSTÓDIO FILHO, 2011, 2015). Sugerimos, assim, em conformidade com a visão do autor supracitado, que a reflexão sobre textos diferentes dos normalmente analisados pode fornecer novas propostas analítico-descritivas dos processos referenciais (CUSTÓDIO FILHO, 2011). As pesquisas que proporcionam avanços procuram “tratar o fenômeno da referenciação como não necessariamente atrelado à prevalência do sintagma nominal, do que surge a tentativa de propor explicações mais abrangentes para as complexas relações entre as muitas dimensões da configuração textual” (CUSTÓDIO FILHO, 2015, p. 263).

Ainda neste mesmo capítulo propomos investigar o estatuto sociocognitivo do contexto para compreendermos as práticas referenciais realizadas pelos sujeitos nos seus relatos orais sobre a recategorização do objeto de discurso, Lampião. Para tanto, embasamo-nos em autores como Hanks (2008), Van Dijk (2012), dentre outros. E Para uma melhor compreensão sobre as anáforas intertextuais, discutimos, brevemente, a respeito da intertextualidade, pois é por meio desta que há relações dialógicas entre os textos. Conforme Trindade e Noronha (2016), não existe produção de texto, seja escrito ou oral, isento da ação de outros textos.

E na seção 5, “Processo metodológico-analítico”, dedicamo-nos a tratar da metodologia e da análise propriamente dita, com o intuito de verificarmos como acontece a (re)construção do referente Lampião em textos diferentes, através das expressões referenciais anafóricas intertextuais que surgiram nos depoimentos das histórias contadas e recontadas pelos sujeitos entrevistados.

2. APRESENTANDO O OBJETO DA PESQUISA

Nesta seção inicial, apresentamos o nosso objeto de estudo, Lampião, com o intuito de discutir algumas questões relacionadas aos aspectos históricos do movimento social ocorrido no Brasil, o cangaço. Além disso, explicitamos a relação desse movimento com a vida de um dos cangaceiros mais conhecidos na história brasileira, principalmente, no sertão nordestino, Virgulino Ferreira da Silva, popularmente conhecido como Lampião. Explicitamos, também, a respeito do gênero relato, uma vez que se trata de uma modalidade textual que apresenta uma narração sobre um fato ou acontecimento marcante da vida de uma pessoa. Nesse tipo de texto, podemos perceber as emoções e sentimentos expressos pelos informantes sobre sua visão no tocante à imagem de Lampião. Concluimos esta parte abordando a questão da memória conforme o posicionamento de Halbwachs (1990).

Na visão deste sociólogo, um dos aspectos mais instigantes dos níveis sociais é o da construção social da memória. Essa reconstrução de acontecimentos passados que ainda estão vivos na memória coletiva do grupo se opera na memória do indivíduo por meio de pensamentos contínuos que fizeram e continuam fazendo parte da vida social desse mesmo grupo em cuja memória as lembranças são cristalizadas. A reconstituição dessa memória social depende do relacionamento do indivíduo com outros grupos sociais com os quais convive. Essas lembranças são reconstruções das experiências vividas no passado pelo grupo, que se manifestam no presente através de conversas, relatos e depoimentos.

Nesse sentido, os estudos sobre as atividades referenciais são de suma importância, pois nos proporcionam investigações com abordagens sociocognitivas e interacionistas no entendimento da relação entre linguagem e mundo, além da relação entre a conservação da memória social e a construção de processos referenciais. Em virtude disso, esta pesquisa contribui para os estudos da referenciação, com interface na relação entre os processos de construção e reconstrução da memória social do homem sertanejo, através do diálogo entre os textos distintos, nesse caso, entre sujeitos diferentes que retomam o mesmo objeto de discurso, Lampião. Compreender, do ponto de vista de uma análise textual-discursiva, a complexa construção dos esquemas discursivos que estão na base da complexa construção dessa personagem é um de nossos propósitos nos subtópicos a seguir.

2.1 História sobre o cangaço

Na segunda metade do século XIX, o que se vê na vida social do sertanejo do nordeste brasileiro é a criminalização do viver pelas armas, nas instâncias jurídica, histórica, sociológica e econômica. Àquela época, houve o surgimento do uso das expressões “cangaço” e “cangaceiro”, momento em que a lei e as autoridades não eram respeitadas no sertão do Brasil; tempos em que a guerra e a vingança privadas eram práticas importantes de uma ordem bárbara, mas real, tendo o cangaço se tornado uma forma de vida criminal orgulhosa, ostensiva, escancarada (LIMA, 2008).

Dessa maneira, Mello (2005) assevera que a criminalidade deve ser vista como geradora de uma subcultura dentro da cultura sertaneja. A quantidade de informações sobre o cangaço possibilita aos estudiosos do fenômeno elucidações e reconstruções históricas fundamentais a respeito das atitudes e ações, entre tantos outros aspectos, da vida dos cangaceiros. Complementando essa questão, o cangaço acabou se tornando um movimento que esteve presente em quase todos os períodos da formação histórica do nordeste sertanejo brasileiro, tendo o seu momento de apogeu e declínio entre os anos de 1900 a 1940 (DUTRA, 2009).

O posicionamento do historiador Hobsbawm (2010) é discutir o conceito de Banditismo Social, tentando entender como é que se dá a formação do bandido social, o que eles reivindicam, o porquê da admiração popular em torno destes e por que a grande massa excluída do poder oficial se identifica com esses bandidos e muitos dos seus discursos tentam legitimá-lo. É claro que essa admiração não ocorre de forma generalizada nem unânime, uma vez que existem diversos sujeitos que, por distintas razões, contestam os atos dos chamados “fora-da-lei” e o combatem arduamente (HOBSBAWM, 2010).

Para Dutra (2009), o banditismo social é proveniente das sociedades que se baseiam na agricultura, sendo os bandidos, em sua maior parte, constituídos por camponeses e trabalhadores sem-terras que se veem sob o julgo da dominação, da opressão e da exploração por seus senhores. Na concepção do estudioso Hobsbawm (2010), há três tipos de bandidos, cada um diferente entre si: o *Ladrão Nobre*, que seria uma espécie de Robin Hood que tira dos ricos e distribui com os menos favorecidos; os *combatentes primitivos pela resistência ou a unidade de guerrilha*, que ele chamará de *haiduks*, os quais se unem para tentar barrar o desenvolvimento do sistema, esses em sua grande maioria não se preocupam diretamente com os pobres como o Ladrão Nobre que distribui os produtos dos furtos; e, por último, teremos o *vingador* que, por algum motivo de ordem pessoal, semeia o terror tendo sede de sangue.

Em termos gerais, na visão da lei, o sujeito que tira do outro de maneira violenta o que não lhe pertence, comete assaltos, se organiza em grupos rebeldes ou guerrilheiros, sendo esses oficialmente não reconhecidos, são denominados todos de fora-da-lei e indivíduos que são contra a ordem estabelecida, contra os bons costumes da sociedade na qual se inserem e não podem continuar vivendo no mesmo ciclo social que os cidadãos considerados “honestos” (DUTRA, 2009).

Hobsbawm (2010) discute concepções diferentes de bandido: para o Estado e o senhor de terra local esses bandidos sociais são vistos como criminosos, para isso, baseiam-se na definição da lei, mas em contrapartida, para a sua gente, a sua sociedade camponesa de onde ele não rompe com as raízes apesar de ser um “fora-da-lei”, fazendo desse espaço seu “forte de segurança”, eles são considerados como heróis, vingadores dos pobres e às vezes são encarados como líderes da libertação, porta-voz dos menos favorecidos.

Consoante o “seu povo”, esses homens devem ser admirados, ajudados e sempre que possível apoiados. Assim, “é essa ligação entre o camponês comum e o rebelde, o proscrito e o ladrão que torna o banditismo social interessante e significativo” (HOBBSAWM, 2010, p. 11). Em resumo, a obra de Hobsbawm está voltada para o bandido rural, já que na sua concepção só existe bandido social no campo. Os bandidos sociais:

Tomados em conjunto, representam pouco mais do que sintomas de crise e tensão na sociedade em que vivem – de fome, peste, guerra ou qualquer outra coisa que abale essa sociedade. Portanto, o banditismo, em si, não constitui um programa para a sociedade camponesa, e sim uma forma de auto-ajuda, visando a escapar dela, em dadas circunstâncias. Exceção feita à sua disposição ou capacidade de rejeitar a submissão individual, os bandidos não têm outras idéias senão as do campesinato (ou da parte do campesinato) de que fazem parte. São ativistas, e não ideólogos ou profetas dos quais se deve esperar novas visões ou novos planos de organização política. São líderes, na medida em que homens vigorosos e dotados de autoconfiança, tendem a desempenhar tal papel; mesmo enquanto líderes, porém, cabe-lhes abrir caminho a facção, e não descobrir a trilha mais conveniente. (HOBBSAWM, 2010, p. 18-19).

Conforme o posicionamento desse historiador, os bandidos sociais enquanto sujeitos individuais se configuram como camponeses que se recusam à submissão, e, por tomarem tal postura, eles se destacam entre os companheiros do seu ciclo social. Outras vezes, eles são gestados dentro de meios sociais rurais, os quais são excluídos da profissão habitual de seus pares e não encontram espaço de trabalho naquele ambiente, sentindo-se obrigados a se lançarem na “marginalidade” e no “crime”. Desse modo, não podemos esperar do bandido social um projeto político, uma consciência de classe, planos bem arquitetados para promover

uma revolução social. Eles almejam um retorno às tradições, restaurando todo aquele “conjunto simbólico de vida que eles idealizam como o melhor – seja um passado real ou mítico – uma tradição que vai aos poucos sendo esquecida abrindo a sociedade a novos modelos” (DUTRA, 2009, p. 08), em que os pobres são explorados e subjugados cada vez mais.

Ainda na visão de Dutra (2009) e Hobsbawm (2010), podemos identificar três tipos de cangaceiros: o *meio de vida*, o *refúgio* e o *vingança*. O primeiro é aquele que assume a vida de bandoleiro por não conseguir vislumbrar no meio em que se insere outra maneira de conseguir recursos para sobreviver, vendo no cangaço a única solução possível. Em segundo lugar, temos o indivíduo que por ter cometido alguns crimes, deflorado moças, entrado em divergência com a autoridade local, acaba se tornando perseguido por não ter como enfrentar tais situações e nem meios para tal. Diante disso, busca se agregar aos cangaceiros, pois tem consciência que se inserindo nesse grupo, ele terá a proteção dos seus pares. E o último tipo é aquele que adere a essa vida porque uma pressão maior se abateu sobre ele como assassinato dos pais, irmãos, desmoralização pública, expulsão das suas terras, despotismo exacerbado do chefe político local, dentre outros; por não ter a lei ao seu lado, já que nesse período sempre se defendia os interesses da elite, ele resolve fazer vingança com as próprias mãos, sendo as suas armas seus advogados e juízes.

Na concepção do pesquisador Chandler (1980), geograficamente falando, a área do sertão não é apropriada para a habitação de pessoas, mesmo que outras se sintam atraídas pelo lugar. Diante disso, “o sertão nordestino com suas longas estações sem chuva, com suas secas frequentes, com sua vegetação grotesca e com seu solo geralmente árduo, não estende uma mão acolhedora ao homem. Como os bandidos que surgem de seus confins, o sertão é ameaçador” (CHANDLER, 1980, p.19).

Dentro dessa perspectiva, o sertão é terra de vários paradoxos e oferece realidades físicas e culturais bem visíveis de uma faixa costeira úmida e quente e de um miolo geográfico de terras quentes e secas, onde predominam, no plano climático, o clima semiárido quente, e no da produção, a indústria pastoril. Esse tipo de clima apresenta as temperaturas mais altas do país (MELLO, 2005; LIMA, 2008). Denominado de fenômeno social, o cangaço foi um movimento característico do banditismo do nordeste do Brasil. Seu período de maior evidência foi de cerca de setenta anos, entre 1870 a 1940. Foi neste período que atuaram os grupos de cangaceiros mais conhecidos e de forças volantes (TAVARES, 2013).

Dutra (2009) explicita que no Nordeste brasileiro apesar de se ter registros de cangaceirismo desde o período colonial, o banditismo alcançará sua fase epidêmica após

1870, período que será marcado por constantes calamidades e instabilidade política. Mas o apogeu mesmo será de 1900 a 1940, em que é extinto completamente esse movimento social com a morte de Corisco, o “diabo louro”, subchefe do bando de Lampião. Essa questão a respeito do que foi realmente o cangaço tem uma divisão de pontos de vista diferente, uma vez que, por um lado, a história do cangaço é contada a partir da visão daqueles que lutavam contra os cangaceiros, as “forças volantes”, que diziam que os cangaceiros eram bandidos, monstros sanguinários (FERRAZ, 2011), e de outro lado, aqueles que contam a história do cangaço através da visão dos próprios cangaceiros, os injustiçados socialmente.

A partir dessa divisão, é importante saber de fato o que foi esse movimento social para não generalizar, uma vez que muitos estudos acabam fazendo menções a crimes contemporâneos, comparando-os com a prática dos cangaceiros de tempos passados (TAVARES, 2013). Uma dificuldade de definir o cangaço é quando as pessoas confundem um bandido comum³, como sendo sinônimo de cangaceiro. Nesse sentido, nem todo bandido comum é considerado cangaceiro, uma vez que seria necessário ter algumas justificativas para a sua entrada nesse meio de sobrevivência, provenientes do clima quente, dificuldades de se viver no sertão e a problemática da ocupação das terras (TAVARES, 2013).

Em virtude disso, faz-se necessário explicitar algumas definições de determinados pesquisadores acerca do conceito de cangaço. Na visão do estudioso Chandler (1980), os termos “cangaço” e “cangaceiro” estão relacionados às expressões “canga” e “cangalho”, termos referentes ao jugo de bois. Então, é provável que o cangaceiro fosse denominado por este vocábulo, por carregar seu rifle nas costas, igualmente o boi que levava sua canga. No início, se referia a um grupo de pessoas, normalmente homens armados que estavam a serviço dos fazendeiros. Porém, foi a partir de 1900, que estes indivíduos começaram a operar por conta própria. Desse momento em diante, a palavra “cangaceiro” começou a ter notoriedade.

Para se tornar um cangaceiro, o homem ou a mulher deveria deixar de lado seus planos de uma vida normal e o sonho de uma vida estabilizada com família. Neste momento, teria de aderir a uma vida de grandes caminhadas, tornando-se nômades, enfrentando o sol, com noites mal dormidas, alimentados com uma refeição precária, arriscando a vida diariamente, com muitos inimigos em toda a parte (TAVARES, 2013).

Nos estudos de Dória (1981), o cangaceiro não deveria ser comparado a um

³ O termo bandido comum aqui usado serve para definir aquele que comete ou cometeu algum crime considerado simples, por exemplo, o roubo de uma cabra, agressão física a alguém em uma briga ou qualquer outro tipo de infortúnio praticado ou sofrido.

criminoso comum, pois o bandido social é originário de uma vida rural explorada pelos grandes senhores de terra - os latifundiários -, que coordenam a vida da população do campo. Dessa maneira, o termo “bandido” torna-se vago, pois perante o estado é todo aquele que comete um delito, enquanto o cangaceiro é visto de maneira diferente pela sociedade. O referido autor conclui que o cangaceiro “é um camponês comum que, por algum motivo, ‘caiu em desgraça’ perante os poderosos locais, ou um rebelde, e que por isso mesmo merece ser admirado, ajudado e protegido na luta contra seus inimigos” (DÓRIA, 1981, p. 12). O homem sertanejo é visto enquanto aquele sujeito acostumado com difíceis situações marcadas pelo longo período sem chuvas, com muita estiagem, dificuldades financeiras e pelo isolamento com relação aos demais lugares do território brasileiro.

Se o sertanejo tem sua vida marcada pelas adversidades, a sua personalidade se caracteriza pela firmeza de sua postura social. Dito isto, o cangaço não é apenas proveniente da falta de oportunidades financeiras, posto que há questões mais complexas na vida de um cangaceiro do que se imagina. O historiador Paulo Moura (2008) destaca o seguinte:

Por incrível que pareça, nenhum cangaceiro que foi preso ou se entregou após a morte de Lampião, ao ser libertado retornou ao crime. Todos eles foram recuperados e retornaram a vida como trabalhadores honestos e dedicados. Um dos exemplos foram os cangaceiros Labaredas e Saracura, que se transformaram em funcionários públicos do Instituto Nina Rodrigues, sob as bênçãos do Dr. Estácio de Lima, grande homem que lutou anos a fio para manter as cabeças degoladas dos cangaceiros mortos pelas volantes guardadas no museu, para que fossem objetos de estudo (MOURA 2008, p. 129).

A citação acima mencionada traz à tona alguns questionamentos sobre o surgimento do cangaço, tais como: por que o cangaço existiu? Se a vida do homem do sertão fosse mais fácil, haveria o cangaço? É coerente explicitar que a personalidade do sertanejo e a formação dos cangaceiros são provenientes apenas da falta de oportunidades econômicas? Na tentativa de responder essas indagações, o estudioso Facó (1991) investigou acerca dos diversos motivos que poderiam conduzir a uma desestrutura social da maneira de viver do homem sertanejo. O referido autor destaca que a falta de opção de melhores condições de vida no sertão, a concentração de terras nas mãos de poucos, a exploração dos coronéis sobre o homem desprovido de terras para cultivar seu alimento acarretaria nisso:

Contra a fome e a miséria que aumentam com a seca, manifestam-se dois tipos de reação da parte dos pobres do campo: a) a formação de grupos de cangaceiros que lutam de armas nas mãos, assaltando fazendas, saqueando

comboios e armazéns de víveres nas próprias cidades e vilas; b) a formação de seitas de místicos – os fanáticos – em torno de um beato ou conselheiro (FACÓ, 1991, p. 37).

Dentro dessa perspectiva, Tavares (2013) assevera que o cangaço acabou se tornando uma explosão, uma vingança, mesmo sendo também um modo de justiça contra as formas estabelecidas de abusos políticos, das injustiças e das arbitrariedades com o homem sertanejo. Além das secas, os desentendimentos políticos entre importantes famílias nordestinas foi outro fator responsável que contribuiu para o surgimento de bandos (cangaceiros). Estes eram subordinados aos interesses dos fazendeiros e coronéis, obedecendo a suas ordens (MENESES, 2012).

Ainda na concepção de Tavares (2013), tratar a respeito do cangaço requer uma investigação cuidadosa e aprofundada, pois a temática é bastante complexa e é preciso levar em consideração não somente aspectos históricos, mas também sociológicos e antropológicos. O mesmo autor também traz exemplos de alguns nomes de cangaceiros. Nomes estes que acabavam confundindo as volantes, por se tratar de nomeações de cangaceiros mortos ou desertados. Técnica bastante utilizada para despistar seus inimigos. Assim, temos: Moita brava, Saracura, Volta seca, Lua branca, Vereda, Lavadeira, Carrasco, Cocada, Relâmpago, Limoeiro, dentre outros.

Nas investigações de Meneses (2012), o movimento social – o cangaço – contribuiu para o surgimento de um herói peculiar para o sertão nordestino, o herói bandido. Essa adjetivação paradoxal foi possível mediante o papel que o cangaceiro desempenhou junto ao homem sertanejo, misturando aspectos positivos, como a coragem, a outros de caráter negativo, como a violência.

Nesse sentido, na visão do homem sertanejo, os cangaceiros são exemplos de herói, pois são corajosos por enfrentar as forças policiais e também pelo fato de não se submeterem às imposições do governo e dos poderosos da terra. Esse comportamento independente dos cangaceiros aumentou a admiração do sertanejo pelo cangaço, que foi visto como um modo de resistência (MENESES, 2012). Nesse contexto sociopolítico, havia também os coiteiros, aqueles indivíduos que faziam diversos tipos de serviços para os cangaceiros, tais como informações, abrigo, alimento (LIMA, 2008). Para se tornar um coiteiro, era necessário apenas servir um pouco de água para estes grupos, vê-los na estrada e responder a suas perguntas, enfim seria todo aquele sujeito que de forma voluntária ou involuntariamente tivesse algum contato com os cangaceiros.

Para a polícia da época, existiam dois tipos de coiteiros: aqueles formados por

negociantes, fazendeiros ou chefes políticos e o outro tipo formado por moradores, vaqueiros e pessoas de pouca influência, como os donos de propriedades pequenas e médias, como também os lojistas e comerciantes da região (CHANDLER, 1980). Assim, na visão deste autor, esse tipo de grupo era perseguido pela polícia, com o intuito de barrar qualquer aproximação com os cangaceiros das regiões, principalmente com o bando de Lampião. Logo, esse grupo

[...] não contava com a compreensão da polícia, principalmente se esta suspeitava de que estavam dando informações falsas na área em que estavam os cangaceiros. Se procediam assim porque gostavam de Lampião, ou porque o temiam, era um dilema que fazia pouca diferença para a polícia (CHANDLER, 1980, p. 190).

Além dos coiteiros, havia outros grupos que eram contra eles, as volantes, forças oficiais que os perseguiam, com o objetivo de encontrá-los e dizimá-los. Essas forças eram formadas não apenas por polícias, mas também por “indivíduos que procuravam obter lucro pessoal, matando cangaceiros e ficando com os seus pertences, como ouro, dinheiro, etc.” (FERREIRA; AMAURY, 1997, p. 19). As volantes eram denominadas dessa forma pelo fato de alguns policiais estarem em constante busca pelos cangaceiros, seguindo suas pistas, a fim de capturá-los. Logo, na concepção de Costa (1994, p. 103), volante era o “agrupamento de vários soldados, que, em diligências, saem à procura de criminosos e foragidos”. O mesmo autor também assevera que a existência desse grupo vem desde o “aparecimento dos primeiros bandoleiros e foragidos da justiça. Sempre foi um bando de arrogantes e ameaçadores policiais que se tornaram conhecidos como volante ou força do governo” (COSTA, op. cit., p. 113).

Lima (2008) afirma que com o passar do tempo, essas volantes foram odiadas pela população sertaneja, que apoiou o cangaço em decorrência da falta de justiça e violência proveniente da polícia, pois, ao adentrarem nas casas dos pobres sertanejos, as volantes agiam com muita arbitrariedade, sem nenhuma consideração por essas famílias. Com isso, houve muitas queixas por parte dos moradores sertanejos, contribuindo mais ainda para o fortalecimento do cangaço. Além disso, essas volantes acabavam implantando o terror por onde passavam. Dessa maneira, “o medo que a população do sertão sentia das volantes era grande, tanto que muitos sertanejos preferiam ver Lampião em sua porta a ver os homens da volante” (LIMA, 2008, p. 40).

O estudioso Chandler (1980) informa que os Nazarenos, um tipo de volante, eram os mais temidos pela população, pois utilizavam da brutalidade, da violência ou qualquer outro

método para conseguir alguma informação a respeito do bando de Lampião. Além desse comportamento, as volantes tratavam de forma diferente os que precisavam de ajuda. Para os proprietários de terra, essa ajuda era imediata. No entanto, para os menos favorecidos, só eram atendidos se estes tivessem algum protetor político. Em geral, as volantes encontravam dificuldades

[...] ao imergirem naqueles brutos e desconhecidos sertões: o rigor da campanha cangaceira, sempre dura e cheia de provocações, a desvantagem absurda no confronto direto com os cangaceiros, senhores absolutos daquelas caatingas, conhecedores profundos da mataria (COSTA, 1994, p. 113).

Ou seja, ao longo do sertão, a caatinga, por exemplo, era um local bastante conhecido dos cangaceiros que poderiam se esconder, espaço este que era seu verdadeiro mundo: a gruta, a tocaia, a chuva, o sol, tudo era familiar para os cangaceiros; ao contrário as volantes que se deparavam com o desconhecido e com o mistério, e acabavam sendo derrotados ao terem contato com esses obstáculos do sertão nordestino. Diante dessa situação, o cangaço estava longe de ser exterminado e as volantes se desesperavam cada vez mais, pois

[...] os responsáveis pela repressão enviaram comandantes competentes para chefiar os mateiros, e aí a luta se igualou. Os cuidados da cangaceirada redobram. Já não enfrentavam os outrora cordeirinhos; agora era fera contra fera, monstro contra monstro, valentão contra valentão. E aí o sertão pegou fogo (COSTA, 1994, p. 116).

Nesse sentido, percebemos que o sertão era aliado dos cangaceiros e estes não se intimidavam com a presença das volantes a sua procura. Além disso, por desconhecerem essa região do nordeste, as volantes acabavam sendo derrotadas e enfrentavam diversas dificuldades para encontrarem algum bando de cangaceiro. Essa luta se tornou desigual por conta da vantagem do conhecimento do lugar que o cangaceiro possuía.

Esse movimento social, o cangaço, terminou em virtude de vários fatores. Hobsbawm (2010) afirma que a modernização foi o principal fator. “Num sentido mais lato, a ‘modernização’ priva qualquer banditismo, inclusive o social, das condições nas quais floresce” (HOBBSAWM, 2010, p. 38). Vale ressaltar ainda que a música e o cinema, por exemplo, abordaram também o fenômeno do cangaço, afirmando a sua importância para a cultura nordestina e nacional. “O fato é que o cangaço, ainda assim, conseguiu penetrar no imaginário social nacional e permaneceu presente de maneira significativa na cultura brasileira contemporânea. Foi decerto, um dos mais importantes fenômenos sociais deste

país” (PERICÁS, 2010, p. 194).

Por conseguinte, dentre os cangaceiros mais famosos e mais conhecidos que já existiu, temos Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião. Mesmo não sendo o primeiro, foi praticamente o último. Na próxima seção, tratamos um pouco da história a respeito da vida de Lampião, antes e durante a sua entrada para o cangaço, com o propósito de deixar claro como essas histórias permanecem presentes até os dias atuais na memória do sujeito, além de mostrar ao longo desta pesquisa, como sujeitos distintos possuem as mesmas concepções sobre um mesmo objeto de discurso, a partir de sua retomada e continuidade em textos diferentes (de autores diversos), a partir da construção do ponto de vista de cada relato.

2.2 A vida de Lampião

Diversos livros já foram escritos a respeito do fenômeno do cangaço e principalmente sobre a figura de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião, considerado entre todos os cangaceiros do sertão nordestino como o rei do cangaço (TAVARES, 2013). Além disso, não são poucos os discursos referentes à saga de Lampião. Podemos afirmar que há uma polissemia discursiva, envolvendo o mais célebre e famoso dos cangaceiros. Dessa maneira, à pergunta quem foi Lampião, várias são as respostas que existem (TAVARES, 2013).

Ao ser batizado, com três meses de nascido, recebeu o nome de Virgulino Ferreira da Silva. Durante a cerimônia batismal, o padre ficou encantado com os olhos vivos do bebê e apertando suas bochechas, carinhosamente, questionou o significado do nome “Virgulino”, para o que sua madrinha respondeu dizendo que foi retirado do Lunário Perpétuo⁴. Complementando, o padre falou que quer dizer vírgula, pausa... E acrescentou dizendo que todos iriam parar de admiração por Virgulino (LIMA, 2008). Ele era o terceiro filho dos muitos outros de José Ferreira da Silva e de Maria Lopes. Em diversas obras, é mencionado que ele nasceu em 1897, quando o correto é 1898, de acordo com sua certidão de batismo. Todos os filhos do casal nasceram no sítio Passagem das Pedras, às margens do riacho São Domingos, no Município de Vila Bela, atualmente Serra Talhada, no Estado de Pernambuco (FERREIRA; AMAURY, 1997).

⁴ É o nome pelo qual ficou mais conhecido um almanaque ilustrado com xilogravuras composto por Jerónimo Cortés e publicado em Valência em 1594, e reeditado inúmeras vezes ao longo de séculos, com variações em seu título e conteúdo. Para muitos camponeses, os almanaques foram os únicos livros que leram em suas vidas, e onde aprenderam as primeiras letras. Era particularmente útil para os agricultores, dando-lhes instruções para organizar sua rotina ao longo do ano e com isso fazer boas colheitas.

Virgulino teve uma infância normal. Como não havia escolas pelas redondezas, eram contratados mestres-escola para ensinar as crianças, durante cerca de três a quatro meses nas fazendas. Diante disso, as escolas eram improvisadas dentro das casas dos fazendeiros. Um desses mestres-escola sentiu admiração pelo menino Virgulino, uma vez que ele era um dos alunos mais espertos, inteligentes e aplicados. Por conta disso, aprendeu a ler e a escrever logo (LIMA, 2008).

Nesse sentido, podemos perceber que as brincadeiras de Virgulino eram as mesmas de seus colegas, tais como nadar no riacho, perto da propriedade dos pais e brincar de badoque⁵, um arco para atrair bolas de barro (FERREIRA; AMAURY, 1997). Além dessas brincadeiras de criança, ele, Virgulino brincava também de cangaceiros e de volantes, imitando, na fantasia, a realidade dos que viam a sua volta, “enfrentando-se” na caatinga. Todas essas brincadeiras de guerra eram comuns aos meninos do sertão. Virgulino se destacava por conta de seu dom de liderança desde criança.

Segundo Lima (2008), um parente da família de Virgulino, e participante desses divertimentos, comentava sempre que esse menino tinha nascido para comandar, possuía iniciativa nas brincadeiras e era um ser diferente. A pesquisadora, ainda, acrescenta que a família Ferreira se sustentava através da criação de animais, da roça, onde trabalhavam incansavelmente, e da almocrevaria, os quais constituíam as principais atividades da família. Como almocreves⁶, os Ferreiras, através da distribuição de produtos, abasteciam muitas áreas do sertão nordestino, criando laços comerciais e de amizade em várias camadas da população.

Para Lima (2008), o almocreve, sem ter um conhecimento cabal e completo do papel que desempenhava na sociedade, era homem que transportava não só bens materiais, mas também ideias, notícias do mundo para o povo do sertão nordestino. Com a sua chegada às vilas, as pessoas apareciam às portas, curiosas e ansiosas pelos produtos que traziam, como gêneros alimentícios, tais como: manteiga, charque, açúcar refinado, bolachas, velas, vinhos, entre outros produtos.

Por quase uma década, Virgulino e seus irmãos mais velhos acompanhavam o pai nesse trabalho. Compravam, vendiam e distribuíam mercadorias em uma vasta região do nordeste brasileiro (SOUZA, 1994). Conforme Mello (2005), ele teve, nesses anos de

⁵ Arma rudimentar feita com pedaço de galho em forma de Y, tiras de borrachas e pequeno pedaço de couro.

⁶ Indivíduos que têm por ofício conduzir bestas de carga; arrocheiro, recoveiro.

formação de sua personalidade, a oportunidade de conhecer algumas das principais cidades dos Estados de Alagoas, Sergipe, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco que constituem o grande cenário onde, posteriormente, Virgulino reencontraria os velhos amigos e inimigos.

Por meio dessas viagens, Virgulino ficava conhecendo as futuras ‘estradas do cangaço’, com suas veredas e atalhos, os acidentes da região, os esconderijos e coitos, os olhos d’água e as bebidas, os botequins e pousos a pernoites para o descanso sem risco, ao mesmo tempo em que tratava relações de conhecimento e amizade (MELLO, 2005).

Apesar da origem humilde da família Ferreira e de serem pequenos proprietários de terra no semiárido sertanejo, a sua relativa prosperidade não tardou a provocar sentimentos de inveja e de ira por parte dos poderosos vizinhos. E entre estes, encontrava-se José Saturnino, o mais insolente de todos. Diante de suas provocações, o pai de Virgulino Ferreira resolveu abandonar a sua pequena propriedade, vendendo-a a um preço muito baixo. Sua retirada foi interpretada, por José Saturnino, como sinal de fraqueza e covardia e um incentivo para o aumento das ofensas.

Instalada na fazenda Poço Negro, a sua família não teve sossego por parte de seus adversários, até que foi esgotada a última gota de humilhação. O ódio dominou o bom senso, chegando a um ponto insustentável. Conforme uma das muitas versões, tudo teve início com as desavenças motivadas pelas divergências de divisas de terra e ainda pelo episódio envolvendo os chocalhos comprados por Virgulino na feira de Piranhas, em Alagoas (COSTA, 1994).

Diante desse cenário, o pai de Virgulino resolveu ir embora novamente, abandonando tudo. É nessa viagem, rumo ao exílio, que a família Ferreira atinge o limite máximo do desespero, visto que a mãe, não resistindo às atribulações, vem a falecer e o pai é assassinado, de forma fria, um mês depois da morte da sua esposa, por um policial de Alagoas, na fazenda onde morava. Após o funeral do seu pai, Virgulino assumiu o comando da família, não por sua idade, mas por seu carisma e autoridade. Determinou que um dos seus irmãos, João Ferreira, se encarregasse da educação de suas irmãs e de seu irmão mais novo.

A partir deste momento, Virgulino e os irmãos, não tiveram outro objetivo na vida senão a vingança contra os seus inimigos. Juraram vingar-se e lutar contra a polícia até a morte. “O ponto sem retorno havia, afinal, sido alcançado. Mediante o triste acontecimento, eles buscaram desesperados e sedentos de vingança apoio em diversos grupos de cangaceiros que atuavam nos sertões nordestinos para levar adiante os seus planos de vingança” (LIMA, 2008, p. 63).

Foi nesse momento trágico de sua história que entrou para o cangaço, no grupo chefiado pelo Sinhô Pereira, em que aprendeu táticas de guerra e guerrilha. Esse mundo do cangaço é bastante amplo. Normalmente o termo cangaço lembra o sertão e em especial a figura de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião. Para Souza (2007, p. 28) “o cangaço é comparado a uma colcha de retalhos com pedaços de várias cores e estampas, tendo a mais colorida e trabalhada na figura de Lampião, ora perverso, ora bondoso, ‘santo’ e ‘demônio’”.

A sua entrada para o crime ocorreu ainda na adolescência quando, juntamente com alguns irmãos, em disputa com um vizinho e sua família, supostamente devido a pequenos furtos e insultos. A partir dessas rixas ocorreram sucessivas rivalidades entre as famílias, chegando a chamar a atenção da força pública de Pernambuco (LIMA, 2008). No entanto, o senso comum tende a definir a entrada de Virgulino no mundo da violência como uma manifestação de vingança pela morte dos pais. Alguns autores mostram que certas verdades tidas como absolutas se tornam relativas quando confrontadas com várias fontes documentadas ou orais, como explicita Barros (2000):

[...] e seqüências de fatos, e acima de tudo recorrendo ao código sertanejo, confundindo datas, vingança de sangue, Lampião justificou para si próprio e para o mundo sua entrada no cangaço, para matar Zé Saturnino e Zé Lucena, como decisão tomada diante do pai e da mãe mortos. Esta legitimação dos próprios atos, utilizando elementos da cultura sertaneja como valentia e obrigação de vingança para limpar manchas desonrosas ou corrigir injustiças, foi completamente utilizada por todos os cangaceiros, principalmente Lampião (BARROS, 2000, p. 127).

Ao ingressar oficialmente no grupo do Sinhô Pereira, Virgulino, sob o comando daquele, destacou-se rapidamente como um bom atirador e um ótimo líder. Sebastião Pereira, um dos maiores cangaceiros antes dele, teve a oportunidade de observá-lo em várias situações de combate. Uma das mais difíceis foi a de Serra da Forquilha, Pernambuco, onde o líder foi cercado em uma casa por 126 soldados. Sinhô Pereira, naquele momento, tinha somente 11 cangaceiros, entre eles, os irmãos Ferreira; mesmo assim, o cerco foi rompido sem nenhuma baixa por parte dos cangaceiros.

Foi nesse combate que Virgulino Ferreira ganhou o nome com qual passaria a ser conhecido na história do cangaço. Durante o tiroteio entre cangaceiros e policiais, observaram o fato de que o rifle de Virgulino, de tanto atirar “para dar saída aos homens de Sebastião [Sinhô Pereira] de dentro da casa em que se encontravam, mais parecia um candeeiro ou lampião aceso, resolveram, então, dar-lhe o apelido de Lampião” (SOUZA, 1994, p. 45). A

partir desse momento, Lampião foi nomeado o sucessor de Sinhô Pereira, Sebastião Pereira da Silva, já que era também inimigo de seus inimigos. Ao assumir, de fato, a liderança do cangaço, Lampião estava apenas com 25 anos de idade.

Considerado “rapaz extraordinário”, elogiado por amigos e inimigos, passou a ser o maior de todos os cangaceiros, em qualquer época. A sua fama ultrapassou as fronteiras pernambucanas, percorrendo todo o Nordeste, chegando ao Rio de Janeiro e a outras partes do mundo. Em meados da década de 1920, ele já fazia parte da lista dos bandidos mais ferozes e mais temidos da região nordestina. “Poucas vezes um bandido conseguiu captar o interesse da nação por tão longo período” (CHANDLER, 1980, p. 33). Ainda segundo esse historiador, Lampião é considerado o bandido que teve maior sucesso no século XX no Brasil. Pode-se até dizer que foi o maior expoente no ramo da bandidagem neste país.

Lima (2008) complementa que, conhecido ainda como Virgulino Ferreira, exercendo a profissão de almocreve, teve a oportunidade de estabelecer vínculos muito fortes com a sociedade e o povo sertanejo. Por conhecer detalhadamente a sua região e cultura, permitiu-lhe montar sua rede de apoio em uma vasta região de sete Estados nordestinos. Isto se constituiu em precioso trunfo que ele soube utilizar ao longo dos anos em meio a combates com efetivos militares.

O “Rei do Cangaço” era um líder carismático. Além de possuir extraordinários e múltiplos dotes pessoais, conhecia profundamente a região que morava por conta de sua longa vida na almocrevaria, sabendo todos os melhores esconderijos. Esse aprendizado só foi possível graças aos anos em que se ocupou não só de conduzir bestas de carga, mas também de distribuir mercadorias entre várias cidades sertanejas, separadas, entre si, por centenas de quilômetros (LIMA, 2008).

Chandler (1980), ao discutir esse assunto, diz que é difícil explicar os motivos que levam alguns homens a se tornarem criminosos, enquanto outros não, embora vivendo dentro das mesmas condições sociais e sujeitos às mesmas problemáticas. Na visão desse autor,

[...] talvez tenha sido a força, a coragem, a ousadia de Virgulino, e, possivelmente também, uma pitada de perversidade, combinadas com sua crescente frustração, que o impeliram a seguir o caminho que iria pôr em perigo a vida de sua família, e que no final, quando outros poderiam ter recuado, o levaram a cruzar o limite e entrar no cangaço. Talvez tenha sido uma mistura de caráter e circunstâncias que transformou o destemido e impetuoso Virgulino no terrível Lampião (CHANDLER, 1980, p.46).

Era um homem inteligente, cruel, astucioso, corajoso e meticuloso! Tais

características constituíam “o epítome da carreira pública do famoso cangaceiro, e há ampla evidência de sua existência” (CHANDLER, 1980, p. 228). Ainda para o mesmo autor, além dessas características, há outros traços de sua personalidade e outros aspectos de sua vida que merecem ser explicitados. Sua firmeza e lealdade, por exemplo, impressionavam bastante os sertanejos. “Lampião era um homem de palavra. Se lhe pediam alguma coisa emprestada, podia-se ter certeza de que a devolveria” (CHANDLER, op. cit., p. 227).

Como se tem notícias, Lampião era o terror do nordeste brasileiro porque encarnava o mais audacioso tipo de cangaceiro e, pelo teor dos seus crimes, era o pavor dos sertanejos. O bandido que invadia os lares, levando a toda parte o sofrimento e a morte, não atacava de frente, jogando a sua vida na luta leal, escondia-se nas trevas, acoitava-se nos barrancos, escondia-se nas grotas para de lá espalhar a destruição e a morte. “Lampião sabia, como nenhum vivente outro, tirar partido das ocasiões e escapar por brechas que somente o seu olho sadio, que parecia ter ampliado em visão com a cegueira do outro, enxergava” (FONTES, 2001, p. 183).

Na visão de Fontes (2001), Lampião sabia a maneira mais comum de encobrir o rastro, nas suas andanças, era viajar por veredas, pisando em pedras ou lajes onde a evidência de sua passagem, mesmo para os rastejadores mais habilidosos, era mínima. Antes de retornarem às entradas, os cangaceiros, por orientação do chefe, o faziam um a um.

Por outro lado, há uma tradição, divulgada mesmo no tempo em que ele vivia que ele era “uma espécie de Robin Hood, que roubava dos ricos para dar aos pobres. Depois de sua morte, esta lenda continuou a circular, e, recentemente, tornou-se mais comum. Mas, até hoje, não se sabe se há fundamento para esta suposição” (CHANDLER, 1980. p. 230-31). Mesmo tendo atos de bondade, eles não constituem o fator predominante de carreira de Lampião. Entretanto, se “o célebre cangaceiro não era um Robin Hood, era, pelo menos, um homem em quem o sentimento de bondade humana nunca secou completamente” (p. 232).

Para Costa (1994), Lampião jamais pensou em trair qualquer pessoa, inclusive os poderosos. Pelo contrário, na visão do autor, mantinha encontros secretos com essas elites nordestinas, formadoras de um círculo completamente fechado, onde pouquíssimas pessoas tinham acesso e participação. “Seus encontros se davam, quase sempre, na calada da noite. Históricas reuniões que por diversas vezes ditavam e selavam os destinos do sertão e da vida sertaneja” (COSTA, 1994, p. 77).

Mesmo com a vida de criminoso, isso não impediu que Lampião viesse a ter uma companheira que marcou a sua trajetória no cangaço. Ele conheceu Maria Bonita em 1930. Nessa ocasião, “uma jovem de dezoito anos, morena, de cabelos pretos e olhos azuis, de

estrutura mediana, casada, mas momentaneamente de relações cortadas com o marido” (FERREIRA; AMAURY, 1997, p. 148). Maria Bonita tomou, conforme esses autores, a decisão mais importante de ir embora com ele, com quem viveu durante oito anos. Eles tiveram uma filha, Expedita Ferreira, a única sobrevivente das quatro gestações do casal, e morreram juntos, Lampião e Maria Bonita, em uma emboscada na Grotta de Angico, em Sergipe (LIMA, 2008, p. 80-81).

Com a entrada de Maria Bonita no cangaço, é possível percebermos que ela abriu as portas para a presença feminina junto a um grupo de guerreiros, que, até então, só era constituído por homens. Com a sua entrada, o cangaço sofreu uma mudança inimaginável, visto que, antes, nenhuma mulher teve acesso a esse mundo de cangaceiros (LIMA, 2008). Maria Gomes de Oliveira, conhecida como Maria de Déa, posteriormente Maria Bonita, nasceu em março de 1911, no sítio Malhada da Caiçara, Paulo Afonso, Bahia, filha do casal José Gomes de Oliveira e Maria Joaquina Conceição Oliveira (Dona Déa), casou-se ainda muito jovem, com aproximadamente 15 anos de idade, com um de seus primos. O casal não chegou a ter filhos. Seu casamento foi marcado por constantes discussões, confusões e separações (LIMA, 2008).

Em 1936, Benjamim Abrão filma e fotografa a trajetória de Lampião, a seu pedido. Dois anos mais tarde, em 1938, Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros foram mortos em uma emboscada na Grotta do Angico, em Poço Redondo, Sergipe. Este fato foi notícia dos folhetos de cordel, nas feiras nordestinas, nos jornais do mundo. Em 1940, morre Corisco, o último dos cangaceiros em atividade (LIMA, 2008).

Inaugura-se o ciclo mítico do cangaço nordestino, envolto em manifestações pró e contra, como qualquer evento que envolve opiniões apaixonadas e odiosas. Para os sertanejos, Lampião foi uma “potência” (LIMA, 2008, p. 84-85). Os livros descrevem suas vitórias contra a polícia e o satanás. Dos ingênuos poetas populares aos expoentes da cultura e da ciência, cresce o mito da valentia, aumenta o mito do cangaço, da revolta social, do justiceiro, do bom ladrão, das maldades cometidas. Cantadores alimentam, através da literatura de cordel, o mito lampiônico na mente do povo. As façanhas, ou ações heroicas, de Lampião afetam também os intelectuais, que criam uma espécie de super-homem nordestino (LIMA, 2008).

A seguir, discurremos a respeito do gênero discursivo relato, uma vez que se trata de uma modalidade textual que apresenta uma narração sobre um fato ou acontecimento marcante da vida de uma pessoa. Nesse tipo de texto, podemos perceber as emoções e sentimentos expressos pelos informantes sobre sua visão no tocante a imagem de Lampião.

2.3 O gênero relato

Aragão (2016) concorda que Mikhail Bakhtin tornou a definição de gênero textual mais abrangente, caracterizando-o como um fenômeno social, histórico e ideológico. Isto é, embora estejam sistematicamente associados a determinadas formas, é na sua constituição sócio-histórica que o enunciado faz com que o produto tenha sentido.

A negociação de sentidos advém da experiência individual e os sentidos estão relacionados com o uso da linguagem a que Bakhtin (2003, p. 297) chama de *enunciados*, porque “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”. Os enunciados não são totalmente originais, isto é, eles não surgem ao acaso, são formados a partir dos elos construídos com os enunciados dos outros e os individuais, através do engajamento mútuo entre as pessoas:

Eis por que a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de assimilação – mais ou menos criador – das palavras *do outro* (e não das palavras da língua). Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos.” (BAKHTIN, 2003, p. 292-293)

Ainda segundo Aragão (2016), a teoria de gênero do discurso possibilitou uma transformação de significado no tratamento da escrita nos mais diversos domínios, posto que “institucionalizou a tese de que todas as nossas interações sociocomunicativas estão mediadas por gêneros textuais discursivos” (ARAGÃO, op. cit., p.14). Na concepção de Marcuschi (2005a), “os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social.” (MARCUSCHI, op. cit., p. 19). Dentro desta perspectiva, são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos, definidos por “conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.” (MARCUSCHI, 2005a, p. 23).

A partir desse breve panorama teórico a respeito da funcionalidade dos gêneros discursivos, destacamos que o gênero relato pessoal agrega em sua composição constitucional, características favoráveis à construção de situações comunicativas, capazes de comover e convencer o leitor sobre determinadas experiências vividas. Tais experiências podem apresentar “variantes sócio-históricas relevantes e associáveis ao cotidiano dos

espectadores, promovendo mudanças significativas dentro de contextos semelhantes aos que se inserem os autores dos enunciados” (ARAGÃO, 2016, p. 15).

Por outro lado, o relato pessoal ainda se utiliza de uma estrutura que permite ao falante o fortalecimento de sua identidade por meio da operação com reflexões sobre seu próprio universo, propiciando ao sujeito voltar-se para si, buscando a compreensão sobre seu eu. Este gênero, além de tratar das questões individuais do sujeito, também integra este mesmo sujeito através da troca de experiência apresentada nas exposições escritas ou orais.

O trabalho com lembranças oferece um meio eficiente de vincular situações comunicativas em que o escritor usa a língua com liberdade e consciência daquilo que precisa para comover o leitor com seu relato. Portanto, o leitor lê a própria vida, a de seus irmãos e a de seus vizinhos em um gênero como este, imbricando a realidade simbólica dos personagens com a sua. Tudo isso por meio de um discurso simples e ao mesmo tempo profundo entre ele e o autor. Na verdade, esta é uma prática de letramento que abre o horizonte para compreender os contextos sociais e sua relação com as práticas discursivas.

De acordo com Bagno (2003), a função da faculdade de linguagem é permitir o contato entre as pessoas e possibilitar a convivência em sociedade. Para este autor, a finalidade da linguagem é a interlocução, o diálogo, a relação social, já que a língua se manifesta em forma de textos. Podemos verificar esta manifestação por meio das concepções de língua como: expressão do pensamento, em que a língua é vista como um produto acabado, um ato individual. É a expressão do pensamento de um sujeito psicológico, pois a enunciação se forma no psiquismo do indivíduo e se exterioriza de algum código de signos exteriores. Conforme essa concepção, o ser humano já nasce com a capacidade de exteriorizar seu pensamento. Segundo Koch (2006, p.13-14), “trata-se de um sujeito visto como um ego que constrói uma representação mental e deseja que esta seja captada pelo interlocutor da maneira como foi mentalizada”.

A concepção de língua como um código corresponde ao assujeitado, aquele indivíduo que não é dono de seu discurso e de sua vontade, e se torna um sujeito anônimo social, isto é, se torna um repetidor, um ideológico, somente um porta voz, um sujeito inconsciente. Na concepção interacionista, a linguagem é vista como um processo de interação verbal. A estrutura da enunciação é puramente social, pois só se efetiva entre falantes. A linguagem é vista como um produto histórico-social e está ligada às estruturas sociais. Uma pessoa conhece uma língua quando ela é capaz de se comunicar, construir textos e compreendê-los, usando essa língua. O processo de ensino/aprendizagem da língua, segundo Koch (2006), consiste em ensinar/aprender a lidar com textos, produzindo-os, dando-lhes

sentido, como estão construídos e refletindo sobre sua construção, pois a língua se aprende por meio de textos com os quais lidamos nas diversas situações de uso.

Diante dessas concepções acerca da língua, evidenciamos que a habilidade linguística de uso dos diversos gêneros está relacionada ao domínio da língua. Então, quanto maior for o conhecimento e domínio linguístico do sujeito, maior será a facilidade de reconhecer e empregar os diversos gêneros discursivos. No tocante ao gênero relatar, Schneuwly e Dolz (2010), afirmam que, nesta categoria, figuram gêneros que se encaixam no campo das “Documentações e memorização das ações humanas [...]”, sendo eles, “relato de experiência, relato de viagem, diário íntimo, testemunho, anedota ou caso, autobiografia e currículo vitae [...]” (p. 51), terreno discursivo que aponta às ações realizadas no passado.

Geralmente, ficam registrados na memória acontecimentos que foram marcantes, sejam lembranças positivas ou negativas. O fato é que este gênero, provavelmente, desde o processo de aquisição da linguagem, é um recurso linguístico empregado pelos sujeitos como forma de compartilhar seus conhecimentos de mundo e experiências vividas, podendo denunciar sentimentos, desejos, emoções, pontos de vista, dentre outros aspectos.

Ainda, este gênero textual é do tipo narrativo, em que alguém conta fatos de sua vida. Sua função é registrar e relatar as experiências das pessoas, de maneira que sirvam como fonte de consulta ou aprendizado para outros. Por possuir características narrativas, apresenta elementos básicos como: sequência de fatos; pessoas; tempo; espaço; o narrador é protagonista, os verbos e pronomes são empregados predominantemente na 1ª pessoa e os verbos oscilam entre o pretérito perfeito e o presente do indicativo (MARTINS, 2016).

Em consonância com essas reflexões, podemos perceber que o relato pessoal é um texto narrado com fatos marcantes da vida de quem fala ou escreve, portanto o narrador é protagonista da ação e assim sendo, os verbos e pronomes podem estar predominantemente em 1ª pessoa. Rico em emoção e subjetividade, apresenta tempo e espaço bem marcados. O narrador lança mão da descrição para caracterizar as pessoas, os lugares e os objetos segundo suas lembranças, ou seja, o relato é capaz de proporcionar ao autor a materialização de seus pensamentos sobre as coisas do mundo (MARTINS, 2016).

Conforme Faraco (2010, p. 202), “relatar fatos é uma prática de comunicação muito comum: toda vez que você conta um fato já ocorrido, organizando as ações e os eventos por meio de algum critério previamente definido, está produzindo um relato”. No relato, as ações expressas pelos verbos constituem seu elemento essencial. Diferentemente do que ocorre com alguns gêneros textuais narrativos, o conflito, que faz a narrativa progredir até chegar a um desfecho, não é necessário no relato, pois a progressão se dá através da sequência temática

(FARACO, 2010).

Ao relatar um fato marcante de sua vida, o sujeito estará compartilhando com seus interlocutores as experiências que viveu. Ao organizar as informações para constituir o relato, é possível que ele próprio compreenda melhor a vivência que experimentou. Além disso, possibilitará aos outros terem acesso a uma experiência vivida, muitas vezes, com exemplo de superação, conhecerem mais o outro e se aproximarem pelos interesses e pelas vivências comuns que possam vir a descobrir.

A partir dessas questões e levando em conta o nosso *corpus*, evidenciamos que os moradores entrevistados relataram oralmente acerca do que lembravam sobre a figura de Lampião. Neste ponto, Schneuwly e Dolz (2010) reconhecem o oral como uma enunciação *multiforme*, isso implica a percepção de que não existe apenas o oral, mas gêneros que figuram no domínio da oralidade, e em contextos sociais específicos, e gêneros que podem oscilar entre a modalidade oral e a modalidade escrita.

Segundo Schneuwly e Dolz (2010), existem muitas atividades orais consideradas espontâneas. Assim, torna-se necessário compreender os tipos de gêneros da oralidade, refletir sobre esse conhecimento, saber como e onde esses gêneros funcionam. Em sua definição, significaria entender “O oral espontâneo, geralmente pensado como fala improvisada em situação de interlocução conversacional [...]” (SCHNEUWLY; DOLZ, 2010, p. 131), debate que julga o oral independente da modalidade escrita, ou seja, de uma produção de leitura ou de recitação de palavra.

Neste enfoque, foi pertinente delinear as peculiaridades da ação oral, caracterizada pela expressão psicofísica da fala, pela circunstância específica de produção, ou seja, pelos meios linguísticos e não linguísticos: prosódicos, paralinguísticos e extralinguísticos, recursos exclusivos da ação oral. Conforme Schneuwly e Dolz (2010, p. 134), “[...] as diferentes modalidades de expressão desses códigos são de uma infinita diversidade, tanto no tempo como no espaço.”.

À vista desses aspectos sobre o gênero relato, trouxemos na próxima seção discussões concernentes a memória conforme a visão de Halbwachs (1990), pois, para este autor, um dos aspectos mais instigantes dos níveis sociais é o da construção social da memória. Essa reconstrução de acontecimentos passados que ainda estão vivos na memória coletiva do grupo se opera na memória do indivíduo por meio de pensamentos contínuos que fizeram e continuam fazendo parte da vida social desse mesmo grupo em cuja memória as lembranças são cristalizadas. Essas lembranças são reconstruções das experiências vividas no

passado pelo grupo, que se manifestam no presente através de conversas, relatos e depoimentos.

2.4 A memória coletiva

A memória é uma das diretrizes de fixação mais relevantes no interior do qual são reconstruídos os acontecimentos experimentados pela sociedade. Assim, a memória surge da união de um grupo social e sua natureza é múltipla, sendo, ao mesmo tempo, pluralizada e individualizada. Sobre esta questão, o pensamento de Halbwachs (1990) tem sido tomado como a principal perspectiva teórica, uma vez que discute, nos dias atuais, acerca da memória coletiva no discurso histórico.

A (re)construção discursiva dos acontecimentos passados, relativos ao cangaceiro Lampião, evidencia que os fatos históricos continuam presentes na memória social do grupo ou na memória vivida em torno da história do lugar, em que a figura deste cangaceiro é vista como uma figura contraditória. Podemos constatar esta questão a partir dessa (re)construção de sua imagem positiva e/ou negativa através da utilização das expressões referenciais (*um homem bom, um homem de palavra, um homem mau, um criminoso*), extraídas de fragmentos dos depoimentos dos sujeitos da pesquisa. São essas múltiplas e diversificadas interpretações sobre Lampião que o transformam em um símbolo mítico.

Halbwachs (1990) ressalta a importância da conservação dessas lembranças comuns a todo o grupo social e a sua influência sobre a vida da sociedade. Então, essa memória discursiva é construída, mantida e transformada (KOCH, 2009) no curso das práticas interativas dos sujeitos e os diferentes grupos sociais, práticas estas que contribuem para a cristalização da memória local.

No posicionamento de Lima (2008), nas discussões historiográficas contemporâneas, a memória vincula-se, então, às questões levantadas tanto pela história oral, em sua proposta de registro e análise dos testemunhos orais acerca do passado, quanto às questões da história do presente, obrigando a rever o pressuposto da ruptura com o passado como garantia de um conhecimento objetivo. Com isso “se estabeleceu uma nova relação entre história e memória, ao se questionar o papel da memória coletiva, na história e na construção das identidades coletivas, a memória e o esquecimento como fenômenos políticos etc.” (SÁ, 2006, p.32). Desde então, a memória se torna objeto da história, passando a existir uma história da memória.

Dentro dessa perspectiva, Nora (1993) afirma que a novidade da história da memória reside no fato de que é uma história crítica como um todo e não somente por seus próprios instrumentos de trabalho. Nesta sua pesquisa, em que busca reconstruir a história coletiva francesa, mostra que esse seu estudo pode ser considerado como representativo desta nova historiografia da memória, pois, para ele:

[...] a memória emerge de um grupo que ela une [...] que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

Conforme este posicionamento, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, escrever atas, porque estas operações não são naturais. Tudo o que é chamado hoje de memória, não é, portanto, memória, mas já história. De acordo com sua concepção, “a necessidade de memória é uma necessidade de história” (NORA, op. cit., p.13).

Halbwachs (1990) parte das reflexões sobre a psicologia coletiva para afirmar, de um lado, o que há de social nas lembranças individuais e, de outro, a importância da conservação das lembranças comuns a todo o grupo humano e sua influência sobre a vida social. Ainda, segundo este autor, não subsistem, no pensamento do indivíduo, imagens completamente prontas, mas na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstrução de fatos passados, já que o acaso nos coloca na presença daqueles que participaram dos mesmos acontecimentos como atores ou testemunhos. De acordo com este sociólogo, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse sujeito. Conforme este autor:

a lembrança é em larga medida, uma reconstrução do passado com ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. [...] ajudada pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma idéia do que foi nosso passado (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Na visão de Halbwachs (1990), na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas

refazer, reconstruir, pensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. A lembrança é uma imagem construída por aquilo que está, agora, à disposição do indivíduo no conjunto de representações que povoa a consciência atual desse indivíduo. Por mais nítida que lhe pareça a lembrança de um acontecimento antigo, ela não é a mesma imagem experimentada na infância, porque o sujeito não é o mesmo de então e porque sua percepção mudou, com ela, suas idéias, seu juízo de realidade e de valor.

Ao salientar a importância da linguagem como constitutiva da realidade social, Halbwachs (1990) reitera que a linguagem configura o grupo e o grupo configura a linguagem. Ao analisar as modalidades da memória coletiva, o autor constata que, nas sociedades modernas, há grupos, linguagens e espaço-tempo socialmente diferenciados, o que conduz a postular uma memória coletiva que é, na verdade, resultado de diferentes memórias coletivas.

Além dessas questões, Halbwachs (1990) examinou a forma pela qual vai se formando a reconstrução do passado no tempo presente. Portanto, entendemos, conforme o autor, que no interior das lembranças, no cerne das imagens evocadas, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem e é graças ao caráter objetivo e subjetivo de tais noções que as imagens resistem e se transformam nas lembranças. É dessa maneira que se destacam as relações de espaço, de tempo, de causa e de consequência. As convenções verbais produzidas em sociedade constituem um quadro simultâneo mais elementar e mais estável da memória coletiva. Assim, os fatos lembrados tendem a conservar o significado que tinham para os sujeitos no momento em que os vivenciaram (HALBWACHS, 1990).

O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. Por outro lado, os fatos que não foram testemunhados são omitidos porque não costumam ser objeto de conversação nas práticas sociais, a não ser em momentos excepcionais. Assim, segundo o sociólogo, quando o sujeito os evoca, não tem o apoio contínuo dos outros, é como se ele estivesse sonhando ou imaginando (HALBWACHS, 1990). É como se essa espécie de lembranças houvesse marcado mais profundamente sua compreensão na memória de um grupo em que se destacam “as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele” (LIMA, 2008, p. 103).

Na perspectiva de Halbwachs (1990), a reconstrução dos fatos passados se opera no espírito do indivíduo como no dos outros por meio de noções que fizeram e continuam “a

fazer parte de uma mesma sociedade” em cuja memória as lembranças se cristalizaram. Para tanto, não basta que outros indivíduos do grupo tragam-lhe seus depoimentos, é necessário, também, que sua memória não tenha cessado de concordar com as memórias dos outros e que haja bastantes pontos de contato entre uma e outra, para que as lembranças recordadas possam ser reconstituídas discursivamente sobre um fundamento comum. Desta forma, “para que a memória dos outros venha assim reforçar e completar a nossa, é preciso também, dizíamos, que as lembranças desses grupos não estejam absolutamente sem relação com os eventos que constituem o meu passado” (HALBWACHS, 1990, p. 78).

Ainda, de acordo com ele, para que se atinja a realidade histórica, é preciso que o indivíduo saia de si mesmo, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num círculo das preocupações e dos interesses coletivos. “A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado” (HALBWACHS, op. cit., p. 67). Conforme este sociólogo, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência.

A vida do indivíduo mergulha mais do que se imagina nos meios sociais por meio dos quais entra em contato com um passado mais ou menos distante, e que é como que um quadro dentro do qual são guardadas as suas lembranças mais pessoais. “É esse passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se sua memória” (HALBWACHS, op. cit., p. 71). Nas suas reflexões sobre a perspectiva da memória, Halbwachs (1990) postula que a memória coletiva não se confunde com a história.

Segundo sua visão, a história é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Dessa maneira, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta apenas quando esses fatos já estão muito distantes do passado, a fim de se ter a oportunidade de encontrar por muito tempo, ainda, em torno de si muitas testemunhas que dela guardaram por muito tempo lembranças vivas.

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo em que esteve engajado, então “o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, porém os escritos permanecem” (HALBWACHS, op. cit., p. 80). Assim, de acordo com este autor, a memória coletiva é:

[...] uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo (HALBWACHS, 1990, p. 81-82).

Nessa perspectiva, a memória coletiva de uma dada comunidade, de um período de sua história, ou de um acontecimento concreto, consiste em um conjunto de representações em que os seus membros compartilham, dando-lhes sentido, por pertencerem a essa mesma comunidade. Assim sendo, na maioria das vezes, Halbwachs (1990) afirma que lembrar não é reviver, mas reconstruir com as imagens do presente, as experiências do passado, amarrando a memória da pessoa à memória do grupo e esta à memória coletiva.

No tocante a tradição oral, em que o jogo da memória se realiza com maior intensidade, esses objetos culturais se manifestam e se agravam de maneira mais forte e direta do que na escrita, impregnando a consciência do grupo e nela se reordenando, reelaborando-se no imaginário, nos conjuntos de discursos em que cada elemento atribui sentido aos demais (LIMA, 2008). A história oral aparece como uma possibilidade de inserir a memória como fonte do trabalho de investigação do linguista, na medida em que expõe o acesso às experiências de grupos que haviam sido, talvez, ocultadas pela história (LIMA, 2008).

Diante do que foi elucidado brevemente sobre o percurso histórico do cangaço, a história de Lampião, as discussões sucintas sobre o gênero relato, modalidade textual que apresenta uma narração sobre um fato ou acontecimento marcante da vida de uma pessoa, e também acerca da construção social da memória coletiva em cuja memória as lembranças são cristalizadas; discutimos, na seção seguinte, acerca dos consensos do fenômeno da referenciação, levando em conta a perspectiva de Mondada e Dubois (2003) a respeito das situações de interação ininterrupta focadas em textos iguais, embora tratando do mesmo objeto de discurso. Além disso, pesquisamos também sobre a “anáfora intertextual”, estratégia textual-discursiva pouco desenvolvida no campo da Linguística de Texto.

3. A QUESTÃO DA REFERENCIAÇÃO: OS CONSENSOS

Nesta seção, investigamos o conceito de referenciação conforme o posicionamento de alguns autores da área da Linguística Textual (LT); discutimos sobre os estudos ancorados nos consensos que têm como característica reafirmar as ideias iniciais de Mondada e Dubois (2003) para propor descrições sobre a natureza sociocognitivo-discursiva do sintagma nominal; explicitamos também sobre um breve percurso evolutivo das concepções de texto dentro das fases da LT.

Além disso, trouxemos a concepção atual de texto enquanto processo de interação e, logo em seguida, discutimos a respeito de alguns mecanismos textual-discursivos fundamentais para a compreensão de textos e para a construção dos sentidos, quando se trata de investigar situações de interação pertencentes ao mesmo cotexto e, também, discutimos situações que possibilitam a investigação de estratégias sobre (co)textos distintos, ou seja, a anáfora intertextual (assunto também discutido no capítulo seguinte).

3.1 O fenômeno da referenciação

A referenciação é investigada dentro dos estudos da LT, a qual objetiva fornecer explicações sobre a compreensão e produção de textos pelos sujeitos (CUSTÓDIO FILHO, 2015). Além disso, este fenômeno – a referenciação – é objeto de estudo de vários autores da área (KOCH, 2009; MONDADA; DUBOIS 2003; CAVALCANTE, 2003, 2011, 2016, CUSTÓDIO FILHO, 2011, 2015), sendo conceituada como uma atividade discursiva, uma elaboração da realidade, uma negociação entre interlocutores, um trabalho sociocognitivo, atividade de construção de referentes ou objetos de discurso (CAVALCANTE, 2016).

Leite e Martins (2013) asseveram que o fenômeno da referenciação assume uma visão textual-discursiva, interativa e sociocognitiva, uma vez que a produção de sentido é uma construção dinâmica, realizada por sujeitos sociais. Ainda, segundo as mesmas autoras, a noção de referenciação advém não somente da linguística, mas também dos estudos da filosofia da linguagem e da lógica. Na área desses estudos, há uma relação direta e clara entre a linguagem e o mundo, em que o referente é considerado como objeto do mundo. Nesse sentido, o foco está para o produto e não para o processo. Na visão de Blikstein (1983), o referente representa a realidade extralinguística, sendo visto enquanto objeto do discurso por ser compreendido no espaço da percepção que organiza o pensamento.

No campo da Linguística, Mondada e Dubois (2003) concordam que a referenciação

é uma “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, nas ratificações de concepções individuais e públicas do mundo.” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 18). Nesta concepção, os referentes são objetos de discurso, uma vez que eles não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constroem-se no processo de interação. Por isso, são dinâmicos, e quando são introduzidos na memória discursiva, são sempre modificados, desativados, reativados, (re)construindo-se o sentido do texto, ao longo da progressão referencial. Ou seja, os referentes se transformam no decorrer do texto.

Corroborando com este posicionamento sobre os referentes, Cavalcante (2016, p. 98) assevera que “o referente é um objeto, uma entidade, uma representação construída a partir do texto e percebida, na maioria das vezes, a partir do uso de expressões referenciais”. Nesse sentido, as expressões referenciais são normalmente sintagmas nominais – quando o núcleo é um substantivo ou pronome substantivo –, podendo também ser constituídas por sintagmas adverbiais, cujo núcleo é um pronome advérbio. Isto é possível, uma vez que os referentes remetem a conteúdos nominais do texto (CAVALCANTE, 2016).

Enquanto elaboração da realidade, um mesmo objeto do mundo real pode ser referenciado de maneiras distintas, de acordo com os propósitos comunicativos dentro de uma colaboração interacional, pois “os eventos ocorridos e as experiências vividas não são estáveis, não são estáticos. Eles são reelaborados a fim de que façam sentido” (CAVALCANTE, 2016, p. 105). De acordo com o exposto, percebemos que é inerente à linguagem a reelaboração das práticas sociais e que não há uma realidade acabada, mas que é construída, possibilitando ao sujeito possuir versões diferentes de uma mesma realidade.

Ao passo que estamos interpretando e produzindo, estamos também modificando os referentes, recategorizando os objetos. A recategorização referencial está atrelada na possibilidade de um determinado referente passar por mudanças no decorrer de um texto e as expressões que permitem este fenômeno são denominadas de anáforas recategorizadoras. Por exemplo, o referente “limusine”, pode ser retratado, dependendo do ponto de vista, pelas expressões “carrão”, “esse trambolho”, para se referir a um mesmo objeto de discurso (CAVALCANTE, 2016). Ou ainda no exemplo (1) abaixo, citado por Custódio Filho (2011):

- (1) Aconteceu em Minas: **uma mulher traída** cortou o cabelo da amiga... Pois é, foi assim mesmo. **Uma** descobriu que a outra tava saindo com o marido da **uma**. Complicado? Na verdade não... se fosse só a clássica história de traição não teria nada demais. Mas a **mulher traída** era **uma pessoa que queria (e sabia como) se vingar**. Sabendo que o

ponto fraco feminino são as melenas, não contou tempo: cortou tudo! Isso mesmo, fez com que a —amigal fosse pra casa careca. As mulheres sabem como se vingar... Mas a história não acaba aqui. A careca entrou na justiça e processou **a cabeleireira louca** em 4 mil e 800 reais. Sim, e mais 600 reais pela peruca... Pois é... coisas do universo feminino.

(Disponível em: < http://www.psicologoneurotico.blogspot.com.br/2004_07_01_archive.html>. Acesso em: 19 ago. 2008.)

Verificamos, com isto, que essas expressões negritadas possibilitam maneiras distintas de se interpretar os referentes “*limusine*” e “*a mulher traída*”. Podemos perceber também que um mesmo objeto de discurso recebe diferentes formas referenciais, que modificam (recategorizam) seu *status* ao longo do texto. Assim, Cavalcante (2016, p. 108) conclui que:

a realidade é submetida a reelaborações por parte dos sujeitos que se envolvem na interação, sendo que uma mesma realidade pode dar origem a referentes distintos. Isso significa que os indivíduos têm a seu dispor um leque de possibilidades linguístico-discursivas quando se trata de construir um referente (CAVALCANTE, 2016, p. 108).

Quando a atividade de referenciação é uma negociação entre interlocutores, ela é resultado de uma negociação entre os sujeitos envolvidos, tornando-se um processo negociado, cooperativo, intersubjetivo e consensualmente compartilhável, pois proporciona uma construção negociada dos referentes pelos participantes da interação. Essa construção somente é possível dependendo de como cada indivíduo compreende as ações dos outros sujeitos, levando em consideração a “bagagem de conhecimentos de cada indivíduo e de circunstâncias contextuais momentâneas” (CAVALCANTE, 2016, p. 110).

A referenciação enquanto um trabalho sociocognitivo leva em conta o cognitivo e o social. Isto quer dizer que no processo de construção dos referentes, vários conhecimentos do falante são ativados. O social contribui para que o falante entenda e analise as expressões referenciais utilizadas num determinado texto. E o cognitivo é fundamental porque o falante pode perceber que os interlocutores escolhem maneiras diversas de se expressar na produção e recepção dos textos (CAVALCANTE, 2016).

Além disso, levando em conta a concepção sociocognitiva e interacional da linguagem, o estudo da referenciação é considerado como um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes. Assim, a referenciação é “uma atividade discursiva, de tal modo que os referentes passam a ser objetos-de-discurso e não realidades independentes” (KOCH; MARCUSCHI, 1998, p.173). Em conformidade com esta visão acima mencionada, os processos de referenciação possibilitam a construção e

reconstrução de referentes, nos quais estes são objetos do discurso reconstruídos interativamente por sujeitos históricos sociais, em que se fundamentam as escolhas do sujeito em virtude de um querer-dizer. Para Mondada (2001, p. 9),

os objetos de discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele e que não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva.

Diante dessa afirmação, entendemos que nem os objetos do discurso e nem os objetos do mundo são fixos, pois ambos são construídos e reconstruídos interativamente, nas práticas sociodiscursivas dos sujeitos sociais. A partir dessa explicação, a *referenciação* passa a ser utilizada no lugar de *referência*, posto que esta última tem uma relação pré-fabricada entre o mundo e a linguagem, enquanto a primeira designa o ato de *referir*, ou seja, os sentidos são construídos ao longo do processo, na interação. Por isso, Mondada (1994, p. 17), ao levar em conta a noção de:

objeto de discurso interessa ter em conta a imbricação das práticas cognitivas e sociais nas operações de referenciação, onde a referência é construída pela atividade enunciativa e orientada em primeiro lugar para a dimensão intersubjetiva no seio da qual ela é negociada, instaurada, modificada, ratificada.

Assim, não estamos somente transformando os objetos do mundo em objetos de discurso, como também estamos produzindo objetos de discurso (MARCUSCHI, 2006). Além disso, a referenciação leva em conta as relações intersubjetivas e sociais, mediante as versões de mundo publicamente elaboradas pelos sujeitos sociais, e não a relação existente entre as palavras e as coisas (MONDADA, 2001; KOCH, 2009).

Dentro dessa perspectiva, Cavalcante (2011) assevera que os referentes não são entidades fixas, congeladas, mas passam a ser construídos dentro de uma instância de referencialidade que se torna indeterminada. E ainda acrescenta a visão de Marcuschi (2006), quando este assevera que é importante analisar os processos envolvidos na atividade de referenciação em que a língua está envolvida. Nesse sentido, o mundo e o discurso são constantemente estabilizados dentro de um processo dinâmico, realizado por sujeitos sócio-cognitivos. Mondada e Dubois (2003) também discutem sobre a categorização e recategorização dos objetos de discurso, nos quais essas categorias são dinâmicas e possuem

práticas linguísticas e cognitivas. Por estarem presentes nas práticas sociais, essas categorias são “práticas, dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 29).

De acordo com esta visão, percebemos que as autoras concordam que há uma instabilidade entre as palavras e as coisas. E essas instabilidades estão “ligadas à dimensão constitutivamente intersubjetiva das atividades cognitivas” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 35). Nessa perspectiva, entendemos que existem processos colaborativos que contribuem para a construção discursiva dos objetos. E estes emergem de práticas simbólicas e intersubjetivas. Por isso, as coisas presentes no mundo não são necessariamente da forma que dizemos ao outro, uma vez que “a maneira como nós dizemos aos outros as coisas é decorrência de nossa atuação intersubjetiva sobre o mundo e da inserção sociocognitiva no mundo que vivemos” (MARCUSCHI, 2005b, p. 52).

Consoante Mondada e Dubois (2003, p. 21), há na experiência humana uma “instabilidade generalizada”, pois o mundo discursivo está em constante construção e ao construí-lo, os sujeitos sociais também se constituem. Essa instabilidade está presente tanto nas relações entre palavras e coisas como também entre categorias, pertencentes às práticas linguísticas e cognitivas.

Dessa forma, as autoras comprovam a não correspondência entre as palavras e as coisas e compreendemos que pesquisar a referenciação não se trata de avaliar o “grau de correção” no uso dos elementos linguísticos para nomear objetos, mas de descrever as estratégias linguísticas e sociocognitivas dos sujeitos ao construírem ou escolherem uma categoria em vez de outra (COSTA, 2007). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Marcuschi (2002) afirma que a língua não é espelho, mas sim, lâmpada,

pois ela não é uma representação especular do mundo e sim uma apresentação; a língua não é um **retrato** e sim um **trato** do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele. Mais do que **capital**, a língua é uma **moeda**, servindo para trocas; mais do que um **almoxarifado** de mercadorias disponíveis (num estoque de itens lexicais) a língua é uma **carpintaria** (uma espécie de heurística). A língua não é uma dupla de **trilhos** a ligar dois pólos – o mundo e a mente -, mas um conjunto de **trilhas** que decidimos seguir mesmo que dê em aporias. Com isto perguntamos muito mais pelos processos de construção de sentido na interlocução e muito menos pelos sentidos eventualmente construídos nessa interlocução (p. 4, grifos do autor).

Sob a visão de Mondada e Dubois (2003) no tocante à instabilidade constitutiva das entidades da língua e do mundo, percebemos que uma mesma “realidade” pode ser expressa por meio de várias maneiras, podendo ser traduzida em diferentes versões, dependentes de diversos fatores, como intencionalidade, consideração da aceitabilidade, momento sócio histórico, dentre outros (CUSTÓDIO FILHO, 2011). Então, se por um lado as categorias são constantemente criadas e recriadas, por outro lado, elas o são, em virtude de um limite que nos é imposto socialmente. Blikstein (1983), citado por Costa (2007, p. 79), postula que a língua exerce uma “função interpretante e modelante na percepção/cognição e no pensamento”. Segundo sua explicação, “A impossibilidade de capturar a semiose não-verbal compele o indivíduo a recorrer ao sistema verbal para materializar e compreender a significação escondida”.

De modo similar, as categorias gerariam os “estereótipos” por meio dos quais a língua passaria a “atuar sobre a práxis”, condicionando nossa percepção/cognição e nos impedindo de ver “a realidade ainda não-programada” (COSTA, 2007, p. 81-82). Logo, eles poderiam regular a atuação dos indivíduos e iriam garantir alguma estabilidade à língua. Diante disso, retomando Mondada e Dubois (2003), elas enfatizam que a referenciação diz respeito à relação existente entre o texto e a parte não linguística. Daí, fazer necessário explicitar algumas concepções de texto, conforme a visão de alguns autores da LT.

3.2 Concepções de texto dentro da Linguística Textual

Na Linguística Textual, o conceito de texto passou por diversas alterações, até chegar à concepção atual de processo dinâmico, interacional, multifacetado, resultante de atividades linguísticas, sociocognitivas e discursivas entre os interactantes. O seu conceito foi e está sendo bastante rediscutido, havendo uma significativa ampliação conceitual. Dessa forma, Koch (2009, p. xii) explicita resumidamente algumas concepções conforme suas respectivas bases teóricas:

1. texto como frase complexa ou signo linguístico mais alto na hierarquia do sistema linguístico (concepção de base gramatical);
2. texto como signo complexo (concepção de base semiótica);
3. texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas (concepção de base semântica);
4. texto como ato de fala complexo (concepção de base pragmática);
5. texto como discurso “congelado”, como *produto* acabado de uma ação discursiva (concepção de base discursiva);

6. texto como meio específico de realização da comunicação verbal (concepção de base comunicativa);
7. texto como *processo* que mobiliza operações e processos cognitivos (concepção de base cognitiva);
8. texto como *lugar de interação* entre atores sociais e de construção interacional de sentidos (concepção de base sociocognitivo-interacional).

Diante desses vários momentos conceituais, a concepção de base sociocognitivo-interacional, investigada nos estudos atuais da LT, considera o texto enquanto evento social, em que seu sentido é construído pelos sujeitos na interação. Koch (2009) conclui o seguinte a respeito dessa concepção sociocognitivo-interacional:

[...] na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos. A produção de linguagem constitui *atividade interativa* altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal. (KOCH, 2009, p. 32-33).

Além disso, Cavalcante e Custódio Filho (2010) discutem a perspectiva de conceber o texto enquanto fenômeno multifacetado, lembrando que o seu estudo ultrapassa os limites da materialidade linguística. Assim, eles explicitam “a necessidade de uma investigação que esteja atenta aos sistemas de conhecimento acionados/ construídos quando da produção e interpretação, bem como ao contexto sócio-histórico envolvido em cada situação de comunicação” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, op. cit., p. 60). Nesse sentido, não apenas os elementos verbais, mas também os elementos não verbais contribuem para a construção de sentidos dos sujeitos ao interagirem com o texto. Por este motivo, os mesmos autores dizem o seguinte:

Defendemos que o pesquisador deve assumir toda a complexidade do objeto texto e propor análises que deem conta dessa multiplicidade, considerando-se que, ainda que se configurem como não verbais, as diferentes manifestações semióticas ou os diferentes processos envolvidos em situações de interação sem o verbal passam por um tratamento linguístico quando da interpretação; essa seria a decisão mais coerente com o panorama atualmente delineado nos estudos sobre o texto (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 65).

Nessa mesma linha de raciocínio, Marcuschi (2008, p. 88), conceitua o texto enquanto “unidade máxima de funcionamento da língua”. Na visão de Beaugrande (1997, p. 10), o texto é definido como “um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, culturais, sociais e cognitivas.”; e Koch (2002) corrobora que o texto pode sofrer transformações em consonância com o sentido da língua e sujeito. Portanto, na concepção desses três últimos pesquisadores, a noção de texto é bastante ampla e vai além dos elementos linguísticos presentes no cotexto, estando relacionada com o conhecimento de mundo e com as práticas comunicativas do sujeito social.

Nessa abordagem, Cavalcante (2016, p. 20) afirma que o texto “é um evento comunicativo em que estão presentes os elementos linguísticos, visuais e sonoros, os fatores cognitivos e vários aspectos. É, também, um evento de interação entre locutor e interlocutor, os quais se encontram em um diálogo constante”. Essa visão nos permite entender que os sentidos do texto não estão apenas na superfície textual, no (co)texto, mas que são construídos na interação locutor-texto-interlocutor. Corroborando com este posicionamento, Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 58) consideram que “o texto emerge de um evento no qual os sujeitos são vistos como agentes sociais que levam em consideração o contexto sociocomunicativo, histórico e cultural para a construção de sentidos.”

De uma forma resumida, Cavalcante (2016, p. 18-19) traz três concepções de texto que foram evoluindo com o passar dos anos: artefato lógico do pensamento, decodificação de ideias e processo de interação. No primeiro conceito, o texto representava apenas as intenções do autor. No conceito seguinte, o texto foi considerado como produto, que para ser compreendido, necessitava apenas do domínio das estruturas linguísticas pelo ouvinte, isto é, seu papel era transmitir informações a um ouvinte passivo. Na última concepção, o texto é tomado enquanto um evento em que os agentes sociais constroem a compreensão e os sentidos, levando em conta os contextos sociocomunicativo, cultural e histórico.

A autora supracitada também complementou sua ideia, afirmando que a atividade textual ocorre na relação com os elementos linguísticos da superfície do texto (cotexto) e com os conhecimentos de mundo, as práticas comunicativas do sujeito. A seguir, explicitamos, de maneira sucinta, os três momentos da Linguística Textual, levando em conta as concepções de texto que foram evoluindo.

3.3 Breve percurso evolutivo das concepções de texto nas três fases da LT

Nessa abordagem, o conceito de texto passou por diferentes concepções ao longo do seu processo evolutivo dentro das fases da LT, pelo fato de terem surgido propostas teórico-metodológicas diversas e pelo fato de se modificar de acordo com o sentido da língua e de sujeito. Na época do surgimento da LT, ocorrida na década de 60, a sua primeira fase, denominada de transfrástica, o texto estava voltado para os fenômenos linguísticos.

De acordo com as análises transfrásticas, o texto ainda não era considerado objeto de análise, uma vez que o percurso se dava da frase para o texto. Essas análises surgiram a partir da observação de que determinados fenômenos não poderiam ser explicados pelas teorias vigentes na época (estruturalismo e gramática gerativa) pelo fato de ultrapassarem os limites da frase simples e complexa: a correferenciação (anáfora); a pronominalização, seleção do artigo, a ordem das palavras, a correlação de tempos verbais, o uso de conectores interfrasais. Logo, os estudiosos dessa fase valorizaram o estudo dos vínculos interfrásticos, ou seja, os elementos coesivos (KOCH, 2009).

A segunda fase, nomeada de gramáticas de texto, o texto foi colocado como o objeto central da Linguística e, assim, foram estabelecidos um sistema de regras que fosse finito e recorrente, partilhado (internalizado) por todos os usuários de uma determinada língua. Dentro desse sistema de regras, os falantes identificariam se uma dada sequência de frases constituiria (ou não) um texto e se esse texto seria bem formado, analisando a competência linguística dos falantes, levando-se em conta a coerência (KOCH, 2009).

Já na terceira fase, denominada de teoria do texto, é o momento que surge a Linguística de Texto, propriamente dita, voltada para os fatores de produção, recepção e interpretação dos textos, além de levar em conta o falante nesse processo de compreensão dos textos (MARCUSCHI, 2009). Nesta última fase, o texto é investigado enquanto lugar de interação e (re)construção de sentidos. Assim, é fundamental explicitar alguns processos referenciais que são bastante primordiais na construção de sentidos e na compreensão de um determinado texto, a saber: a introdução referencial, a anáfora e a dêixis.

3.4 Processos referenciais

3.4.1 Introdução referencial

Esse processo referencial é um mecanismo da referenciação que diz respeito aos referentes introduzidos no cotexto sem que nenhum elemento do texto os tenha mencionado antes. Nas palavras de Cavalcante (2016, p. 122): “Temos, assim, que a introdução referencial ocorre quando um ‘objeto’ até então não apresentado é introduzido no texto, sem que haja qualquer elemento do discurso em que ele esteja ‘ancorado’ anteriormente”. No exemplo (2), citado por Cavalcante (2003):

- (2) Se **um homem** bate **na mesa** e grita, está impondo **controle**. Se **uma mulher** faz o mesmo, está perdendo o controle.⁷

Nesse exemplo, podemos perceber que os referentes “*um homem*”, “*(n)a mesa*”, “*controle*” e “*uma mulher*” apareceram pela primeira vez no contexto discursivo sem que houvesse outros elementos que os tivessem retomado anteriormente. Cavalcante (2003, 2016) ainda menciona que existem dois tipos de introdução referencial: a introdução referencial pura, quando não há relação com algum referente já introduzido no texto e as anáforas indiretas, quando ocorre a existência de alguma “âncora”.

3.4.2 Anáfora

Já as anáforas estão relacionadas com a continuidade do referente no texto, ou seja, as diferentes maneiras pelas quais o referente é retomado através das expressões referenciais. Assim, as anáforas diretas ou correferenciais são aquelas em que as expressões referenciais retomam os mesmos referentes já introduzidos por meio de outras expressões referenciais. As retomadas podem ocorrer através de pronomes, novos sintagmas nominais, repetições de um item lexical ou pronominal (CAVALCANTE, 2016). Em virtude disso, Cavalcante (2011) chama a atenção para o seguinte aspecto:

continuidade não significa obrigatoriamente manutenção de um mesmo referente. Quando o mesmo referente é retomado, dizemos que a anáfora é correferencial. Mas nem toda continuidade, ou seja, nem toda anáfora, é

⁷ Exemplo retirado de Cavalcante (2003, p. 87).

correferencial, porque nem todas retomam o mesmo objeto de discurso. Quando acontece de não haver correferencialidade, a continuidade se estabelece por uma espécie de associação que os participantes da enunciação elaboram por inferência (CAVALCANTE, 2011, p. 61).

Corroborando com essa visão, Marcuschi (2000) afirma que a anáfora é um fenômeno de semântica textual porque forma um sistema de “relações semânticas cognitivas e discursivas no universo textual e não um caso de relações entre duas entidades identificáveis pontualmente no texto” (MARCUSCHI, 2000, p.3). Conforme esse posicionamento mais amplo de anáfora, o autor postula que os processos cognitivos e as estratégias inferenciais são fundamentais na atividade de textualização.

Além das anáforas diretas, há também as indiretas. Estas consistem na apresentação de um novo referente como se este já fosse conhecido. Isso decorre do fato de o contexto estabelecido até um determinado momento permitir uma gama de referentes potencialmente ativáveis, os quais, quando aparecem, já são esperados. No exemplo (3), explicitado por Cavalcante (2003), ilustra esta questão:

- (3) Nos últimos dias de agosto [...] a menina Rita Seidel acorda *num minúsculo quarto de hospital* [...] **A enfermeira** chega até a cama [...] ⁸

A mesma autora afirma que o referente “*a enfermeira*” não é correferencial a uma expressão anterior. No entanto, esse mesmo referente se torna conhecido, pois diz respeito a um elemento passível de ativação pela memória cognitiva do sujeito, ao levar em conta a expressão “um minúsculo quarto de hospital”. Ainda conforme Cavalcante (2003), trata-se de uma interpretação que demanda o conhecimento cognitivo construído e compartilhado socialmente. Além disso, Cavalcante (2016, p. 125) também complementa esse posicionamento ao concordar que a anáfora indireta é vista como “estratégia, em que um novo referente é apresentado como já conhecido, em virtude de ser inferível por conta do processamento sociocognitivo do texto”.

Outro tipo de anáfora bastante conhecido são as encapsuladoras, em que são estratégias na qual uma expressão referencial resume (encapsula) uma porção do texto. Nesse mecanismo, as expressões resumitivas mais comuns são os pronomes demonstrativos. Além disso, esse encapsulamento resume proposições do discurso empacotando-as numa expressão referencial, que pode ser um sintagma nominal, além do pronome acima informado. No

⁸ Exemplo retirado de Cavalcante (2003, p. 113).

exemplo (4) discutido por Cavalcante (2003), temos o seguinte:

- (4) Um dos pontos de discussão no governo do PT diz respeito à extensão da jornada de trabalho. Por sugestão da CUT, estuda-se a hipótese de apresentar um projeto de lei reduzindo a carga semanal de trabalho das atuais 44 horas para 40. **A idéia** é inspirada no modelo europeu, principalmente o francês, e tem **um objetivo principal**: se as pessoas trabalharem menos, mais gente pode ser contratada. Um estudo sobre **o assunto** realizado pelo sociólogo José Pastore mostra que **a estratégia** pode não funcionar.⁹

No exemplo (5), vemos a presença dos pronomes demonstrativos enquanto elementos encapsuladores:

- (5) Sou a favor da abertura dos arquivos. **Isso** tem de ser feito de modo que não se cause trauma. **Isso** vai ser feito. É uma decisão que o governo vai tomar dentro do seu próprio ritmo.¹⁰

Verificamos nos exemplos (4) e (5) que todas as expressões destacadas em negrito recuperam uma parte do texto (ou do discurso) e não apenas um referente pontual. Não houve um antecedente pontual a que os encapsuladores pudessem remeter, motivo pelo qual poderiam ser classificados como anáforas indiretas. Contudo, admitimos também que, à semelhança de uma anáfora direta, os encapsuladores recuperam (sem retomar) o que há no co(n)texto. Por conseguinte, Cavalcante (2003, p. 115-116) diz que a característica da anáfora encapsuladora é de ser híbrida, já que não tem um referente pontual no texto (por isso tem característica de anáfora indireta), e, ao mesmo tempo “recupera, sem retomar, o que há no co(n)texto” (característica da anáfora direta).

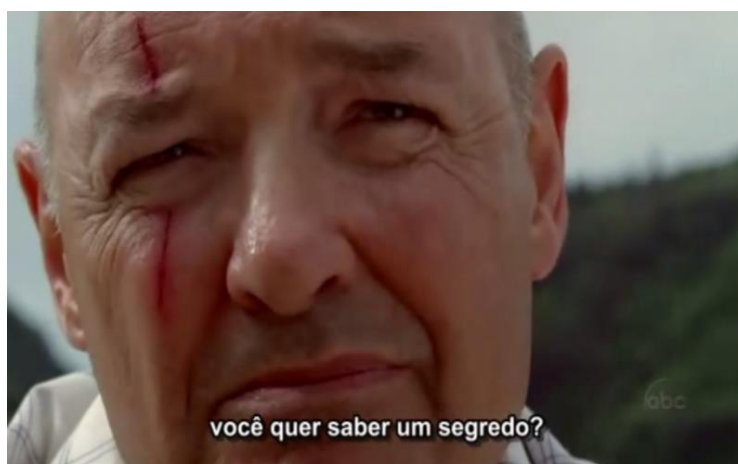
Além dessas anáforas corriqueiramente conhecidas nas pesquisas da LT, o nosso estudo vem tratar *da anáfora intertextual*, pouco desenvolvida, quando se refere a investigar estratégias textual-discursivas na compreensão de textos distintos. Esse tipo de anáfora estuda os processos de construção e reconstrução de determinado objeto de discurso que está presente em cotextos distintos. Na visão de Custódio Filho (2011, 2015), a anáfora intertextual possibilita a análise de textos longos com leitura interrupta. O referido autor analisou duas narrativas constituídas por episódios para ilustrar como funciona essa leitura interrupta entre textos longos, possibilitando o estudo da anáfora intertextual. No entanto, neste nosso trabalho, trouxemos apenas um exemplo, no qual o autor discutiu os episódios 2,

⁹ Exemplo retirado de Cavalcante (2003, p. 115)

¹⁰ Exemplo retirado de Cavalcante (2003, p. 116)

3 e 4 da primeira temporada da série *Lost*¹¹, selecionando a análise de um acontecimento crucial envolvendo um dos protagonistas – o personagem John Locke. No episódio 2 da primeira temporada, uma das cenas mostra John Locke conversando com o garoto Walt. Esse diálogo é concluído com uma pergunta que Locke faz a Walt:

Figura 1: Locke faz uma pergunta a Walt¹².



A pergunta do personagem Locke possibilita o aparecimento, pela primeira vez, de um objeto de discurso na trama: “um segredo”. O interlocutor não sabe, ainda, o que seria, de fato, esse segredo. No episódio 3, há um diálogo entre Walt e seu pai (Michael), que falam sobre a conversa que o garoto teve com Locke. A seguir, uma parte do diálogo entre os dois foi transcrita.

¹¹ Série de TV criada por J. J. Abrams e Damon Lindelof e exibida, no Brasil, de 2005 a 2010, pelo canal AXN. Esta série narra a saga dos sobreviventes de um acidente de avião (partindo da Austrália para os Estados Unidos) que foram parar numa ilha deserta do Pacífico. Lá, além de aprenderem a viver em condições precárias, eles têm de lidar com alguns mistérios e perigos.

A série focaliza a ação de 14 personagens na ilha. Com o passar dos episódios, o interlocutor vai se familiarizando com eles, reconhecendo qual o papel de cada um na trama. Na narrativa, além do enredo que se desenrola na ilha, a cada episódio são mostrados *flashbacks* de um personagem. Normalmente, esses *flashbacks* esclarecem algum dado sobre o personagem focalizado, importante para a compreensão de suas ações no presente, na ilha.

A narração, portanto, acontece em dois planos: no presente, mostram-se as desventuras dos personagens na ilha, e os mistérios e apuros por que passam no local fazem o enredo progredir; no passado, em cada episódio, mostra-se como era a vida de um determinado personagem antes do acidente. Nos primeiros episódios, os *flashbacks* procuram explicar por que motivo cada personagem se encontrava no avião que caiu (CUSTÓDIO FILHO, 2015, p. 267).

¹² A figura 1 foi retirada de Custódio Filho (2015).

(6) **Episódio 3**

[...]

Michael: É? E o que ele [Senhor Locke] disse?**Walt:** Eu não sei.**Michael:** Como assim você não sabe? O que ele disse?**Walt:** Uma parte disso é *segredo*.

[...]

Michael: Então, qual é o *segredo*?**Walt:** O senhor Locke disse que *um milagre* aconteceu aqui.**Michael:** É, bem, *um milagre* aconteceu com todos nós. *Nós sobrevivemos ao desastre do avião.***Figura 2:** Walt conversa com seu pai sobre John Locke¹³.

De acordo com a cena descrita acima, podemos verificar que o interlocutor transforma o referente iniciado no episódio anterior: o segredo de que Locke fala é, na verdade, um milagre. Na visão do pai de Walt, o milagre se baseia no fato de eles terem sobrevivido ao acidente de avião (e, nesse caso, a expressão “um milagre”, ao mesmo tempo em que é anáfora direta de “um segredo”, é um encapsulamento para o conteúdo “Nós sobrevivemos ao desastre do avião”). Para Custódio Filho (2015), a retomada aqui descrita, por si, já é suficiente para demonstrar que, de fato, existe uma estratégia anafórica a qual se manifesta na “ligação” entre textos, e tal estratégia só pode ser efetivamente descrita se tomarmos como material de análise a situação de interação aqui investigada.

¹³ A figura 2 foi retirada de Custódio Filho (2015).

Podemos ressaltar que o referente em questão ainda não está “completamente” formulado, em virtude de ele passar, no quarto episódio, por uma grande transformação. Nesse episódio, o espectador entra em contato com a vida pregressa de Locke, antes da ilha, por meio dos *flashbacks* sobre o personagem. No último *flashback*, o personagem aparece tal como se vê na figura 3.

Figura 3: Locke usa uma cadeira de rodas¹⁴.



Diante dessa cena, chegamos à conclusão, conforme o posicionamento de Custódio Filho (2015), de que o interlocutor descobre que, antes de chegar à ilha, Locke não podia andar, pois era paralítico. O milagre, então, não se refere à sobrevivência dos personagens após o acidente de avião, mas sim à cura de um personagem específico. Logo, trata-se de um referente que teve sua construção trabalhada ao longo de três episódios, de forma que a compreensão a respeito desse objeto de discurso e, conseqüentemente, sobre o personagem só se efetivou perante a relação entre os textos (episódios), e não somente no texto equivalente ao episódio 4.

Esta série foi exibida com um episódio semanalmente, com duração aproximada de 42 minutos. Então, pode ser considerada como um *megatexto* (composto por vários textos “solidários”) que se materializa em uma situação de interação pensada inicialmente como interrupta. Embora cada episódio seja, até certo momento, uma história fechada, uma vez que apresenta um conflito vivido por um dos personagens que tende a se resolver (ainda que

¹⁴A figura 3 foi retirada de Custódio Filho (2015).

parcialmente) no próprio episódio, o desenvolvimento geral da trama permite a inter-relação entre os episódios (CUSTÓDIO FILHO, 2015).

Portanto, e ainda segundo o autor acima citado, a referenciação intertextual equivale a uma “intertextualidade de continuidade”. O que torna essa estratégia particular, em relação aos casos de intertextualidade normalmente observados, é o fato de a retomada ser amplamente esperada, ou, mais ainda, absolutamente necessária (CUSTÓDIO FILHO, op. cit., p. 274). Na próxima seção, discutimos mais acerca da anáfora intertextual. Passemos agora para outro tipo de processo referencial, a dêixis.

2.4.3 Dêixis

Além dos processos de introdução referencial e retomada, as expressões referenciais dêíticas podem realizar esses dois mecanismos. No entanto, “o que define um dêítico é outra propriedade: a de só podermos identificar a entidade a que ele se refere se soubermos, mais ou menos, quem está enunciando a expressão dêítica e o local ou o tempo em que esse enunciador se encontra” (CAVALCANTE, 2016, p. 127). Diante dessa afirmação, podemos perceber que as expressões referenciais dêíticas remetem a um referente que não se encontra representado no cotexto. No exemplo (7), citado por Cavalcante (2016):

(7) Desligue **você** mesmo **esse aparelho**.

A partir dele, verificamos que certas ocorrências só podem ser entendidas se o interlocutor souber quem fala, para quem fala, de onde fala e quando fala. Nesse exemplo, o ouvinte consegue identificar qual o objeto que se aproxima da imagem construída pelo falante. Além disso, o ouvinte também consegue entender que “você mesmo” se refere a ele e não a outro sujeito que esteja perto. Por isso, “*esse aparelho*” e “*você*” são expressões dêíticas. Como aponta Cavalcante (2003, 2016), os dêíticos, inicialmente, podem ser divididos em três tipos: dêíticos pessoais, dêíticos espaciais e dêíticos temporais.

No caso dos dêíticos pessoais, são definidos como expressões usadas pelo sujeito para remeter às pessoas do discurso. No exemplo (8), em que é possível ilustrar essa ocorrência, eles apontam para os próprios interlocutores na situação de comunicação:

(8) - **Você** tem filhos ou coisa do gênero???

- Vou mostrar-**lhe** a Prova 3 e peço que reconheça a foto.

- Este sou **eu**.
- **Você** estava presente quando esta foto foi tirada?¹⁵

Os dêiticos espaciais apontam para informações sobre lugar, remetem ao lugar em que se encontra o enunciador. Além disso, os elementos linguísticos que demarcam esses dêiticos no contexto são os advérbios ou locuções adverbiais, como também os determinantes e pronomes demonstrativos (CAVALCANTE, 2016). No exemplo (9) que segue, compreendemos que os objetos citados dentro da comunicação entre os falantes, estão fisicamente pertos do falante, por conta das expressões “*este lugar*”, “*este aqui onde estou*” e “*aí*”, vejamos:

(9) (Cantadas que não deram certo)

Homem: **Este lugar** está vago?

Mulher: Está, e **este aqui onde estou** também vai ficar se você se sentar **aí**.¹⁶

Os dêiticos temporais “localizam no tempo do enunciador determinados fatos, isto é, utilizam como ponto de referência o “agora” da enunciação” (CAVALCANTE, 2016, p. 132). Diante disso, percebemos que a dêixis temporal pressupõe o tempo em que determinada mensagem foi enviada ou o tempo em que ocorre o ato comunicativo. Os elementos linguísticos que desempenham este papel são os advérbios, locuções adverbiais ou expressões que indiquem tempo e os sufixos flexionais de tempo-modo. No exemplo (10) trazido por Cavalcante (2003):

(10) Apresentada **na última sexta-feira** pela polícia como uma das autoras do assassinato de seus pais, ocorrido **no mês passado**, em São Paulo, Suzane Richthofen, de 19 anos, tem muito a ensinar sobre a atual geração de jovens de classe média.¹⁷

Verificamos que as expressões dêiticas “*na última sexta-feira*” e “*no mês passado*” sinalizam para o enunciador de que somente é possível interpretá-las corretamente se ele tiver ciência da data, na qual esta matéria foi publicada no jornal.

Além desses três tipos de dêiticos, Cavalcante (2003) traz mais um, os dêiticos memoriais. Neste fenômeno, os referentes possuem acesso fácil na memória dos

¹⁵ Exemplo retirado de Cavalcante (2003, p. 107)

¹⁶ Exemplo retirado de Cavalcante (2003, p. 107)

¹⁷ Exemplo retirado de Cavalcante (2003, p. 107)

interlocutores e podem referir na ausência de qualquer designação de seu referente sem que ele esteja presente no momento da comunicação. Nesse sentido, o pronome demonstrativo tem a função de trazer para o leitor a evidência desse referente como se ele tivesse sido citado no texto, evidenciando para o sujeito o lugar no qual ele deve buscar os referentes. Vejamos o exemplo (11), citado por Cruz (2008):

(11) E deve ter sido lá que, uma tarde, apanhou a flor [...]. Apanhou com **esse gesto vago e maquinal** que a gente tem diante de um pé de flor. (Andrade, 1951).¹⁸

Nesse excerto, Cruz (2008) explicita que na expressão destacada não houve nenhuma referência citada anteriormente ao gesto. No entanto, a expressão não é apresentada como nova ou desconhecida do leitor, que evoca um referente que parece ser tão óbvio como se já tivesse sido explicitado no texto.

Outro tipo de dêitico foi investigado por Cruz (2008), o dêitico textual. Na visão dessa autora, esse fenômeno é uma derivação da dêixis de tempo e lugar, posto que esses elementos dêiticos de tempo e de lugar são utilizados, mas com a finalidade de se referir ao texto. Para uma melhor compreensão, vejamos os exemplos (12) e (13), discutidos por Cruz (2008):

(12) **Aqui** faz sol o ano inteiro.¹⁹

(13) Finalizo esta carta deixando **aqui** meus votos de felicidades a todos.²⁰

No exemplo (12), é necessário ter em mente o lugar que ocorreu a enunciação, e é a este local que “*aqui*” remete, um local físico no qual se encontra o enunciador na situação comunicativa. No exemplo (13), não temos uma referência ao espaço do enunciador no momento comunicativo, mas sim uma referência ao espaço do próprio texto. A autora ainda assevera que a diferença entre os dêiticos de pessoa, tempo, lugar e o dêitico textual é uma questão de referencialidade e de campo dêitico, pois um dêitico textual remete ao texto em si mesmo e não ao lugar real de comunicação.

Concluimos este capítulo explicitando que nos debruçamos na proposta basilar da concepção inicial da referenciação de Mondada e Dubois (2003) e seus desdobramentos

¹⁸ Exemplo retirado de Cruz (2008, p. 23)

¹⁹ Exemplo retirado de Cruz (2008, p. 21)

²⁰ Exemplo retirado de Cruz (2008, p. 21)

efetivados por outros autores da área. Além disso, concordamos que as pesquisas em LT ainda têm se baseado em situações de interação limitada, ao enfatizarem a análise da compreensão e produção de sentidos somente na continuidade ou não de sintagmas nominais entre os mesmos cotextos, pertencentes a gêneros discursivos curtos, possibilitando uma leitura ininterrupta (CUSTÓDIO FILHO, 2015).

Outrossim, evidenciamos que a construção da referência não se manifesta somente a partir dos elementos linguísticos do texto, mas também através de outros elementos que podem ser incluídos na interação linguística, tais como os gestos, as expressões faciais, as manifestações pictóricas (MONDADA, 2005). Nessa perspectiva, a ação de referir vai além da relação entre expressão referencial e elementos linguísticos cotextuais (CUSTÓDIO FILHO, 2011).

Na próxima seção, realizamos alguns questionamentos a respeito de como as pesquisas em LT tem sido abordadas, levando em conta apenas um conjunto específico e limitado de situações de interação e, além disso, discutimos sobre como esse campo teórico precisa ampliar suas investigações sobre as estratégias textual-discursivas, tomando como base situações de interação diferentes das usuais, em que é possível encontrarmos outras manifestações textual-discursivas, ainda não muito investigadas pelas pesquisas atuais.

Ainda nesta mesma seção, investigamos o estatuto sociocognitivo do contexto para compreendermos as práticas referenciais realizadas pelos sujeitos nos seus relatos orais sobre a recategorização do objeto de discurso, Lampião. Para tanto, embasamo-nos em autores, como Hanks (2008), Van Dijk (2012), dentre outros. E Para uma melhor compreensão sobre as anáforas intertextuais, discutimos, brevemente, a respeito da intertextualidade, pois é por meio desta que há relações dialógicas existentes entre os textos. Conforme Trindade e Noronha (2016) não existe produção de texto, seja escrito ou oral, isento da ação de outros textos.

4. AVANÇOS NAS PESQUISAS EM REFERENCIAÇÃO: CONTEXTO E INTERTEXTUALIDADE

Nesta seção, tratamos das duas tendências de pesquisa em Linguística de Texto, uma que foca em análises direcionadas a textos iguais, e a outra em situações de interação presentes em textos distintos na construção da referência. Pontuamos também a necessidade de serem investigadas estratégias textual-discursivas diferentes das normalmente utilizadas, com o intuito de levar em conta, não somente interação ininterrupta com textos curtos – foco da maioria das pesquisas em LT –, mas também interação interrupta com textos solidários (CUSTÓDIO FILHO, 2011, 2015).

Sugerimos, assim, em conformidade com a visão do autor supracitado, que a reflexão sobre textos diferentes dos normalmente analisados pode fornecer novas propostas descritivas dos processos referenciais. As pesquisas que proporcionam avanços procuram “tratar o fenômeno da referenciação como não necessariamente atrelado à prevalência do sintagma nominal, do que surge a tentativa de propor explicações mais abrangentes para as complexas relações entre as muitas dimensões da configuração textual” (CUSTÓDIO FILHO, 2015, p. 263).

Além disso, investigamos o estatuto sociocognitivo-interacional do contexto para compreendermos as práticas referenciais realizadas pelos sujeitos nos seus relatos orais sobre a recategorização do objeto de discurso, Lampião, visto que a linguagem possibilita a construção e reconstrução da realidade. E, para uma melhor compreensão sobre as anáforas intertextuais, discutimos, brevemente, a respeito da intertextualidade, pois é por meio desse fator de textualidade que há relações dialógicas existentes entre os textos. Conforme Trindade e Noronha (2016) não há produção de texto, seja escrito ou oral, isento da ação de outros textos.

4.1 O primeiro paradigma

Seguido pela grande maioria das pesquisas em referenciação, o primeiro paradigma tem como questão fundamental a seguinte: de que forma os usos referenciais, ou expressões referenciais, confirmam os pressupostos assumidos pela referenciação? Em termos gerais, pode-se afirmar que esse paradigma parte das expressões referenciais acionadas em um texto para refletir sobre a natureza sociocognitivo-discursiva do fenômeno? Em decorrência do caráter dinâmico do processo de construção dos objetos de discurso, foram abertas novas

possibilidades investigativas, o que justificou a mudança da terminologia *referência* para *referenciação* (CUSTÓDIO FILHO, 2011).

Os estudos sobre referência dentro da Linguística Textual se concentravam na investigação da anáfora como um fenômeno da superfície do texto. Essa questão é investigada por Koch (1999). A referida autora demonstra os mecanismos participantes da coesão referencial: a substituição (por retomada lexical ou pronominal), a repetição e a elipse.

Dentro dessa proposta, percebemos que o estabelecimento das cadeias coesivas é o conjunto de expressões nominais que contribuem para a indicação de um referente no texto. No exemplo (14) citado por Custódio Filho (2011, p. 126), temos uma cadeia coesiva, a partir das expressões sublinhadas e das elipses (indicadas entre colchetes) no texto abaixo:

- (14) Sou aficionado por quadrinhos – e, para ser mais específico, pelos X-Men – há cerca de 20 anos. Durante este tempo todo, ainda não vi ninguém tomar uma atitude quanto aos poderes da **Vampira**. Ultimamente, **ela** vem se tornando briguenta e carrancuda (não é para menos, **a coitada** não pode nem dar um beijinho no seu namorado sem sugar os poderes dele). Já que ninguém toma uma providência, resolvi eu tomá-la: o Fera e o Noturno não usavam indutores de imagem para poder sair à rua sem serem notados? Então, é só criar um inibidor de poder para **Vampira**! Quando *ela* quiser relaxar e dar uns amassos, é só [Ø] **ligar**, e, quando for a hora do pau, [Ø] **desliga** e [Ø] **cai** na porrada! Se até hoje ninguém teve esta ideia na Marvel, manda minha ideia para eles e até quem sabe não rola um convite pra roteirista?

Ilídio Tavares de Azevedo Jr – Trindade (GO) - (Carta do leitor publicada na seção de correspondência da revista *X-Men Extra*, n. 29. Barueri (SP): Panini Comics, 2004, p. 97.)

No exemplo (14), o enunciador utilizou recursos diferentes para construir uma cadeia em torno do referente Vampira²¹: o próprio nome da personagem, o pronome “*ela*”, a expressão lexical “*a coitada*”, a repetição do nome da personagem e do pronome “*ela*”, e as elipses antes das formas verbais “*ligar*”, “*desliga*” e “*cai*”. Esse tipo de estudo investiga, principalmente, o modo como a informação sobre uma entidade pode ser estabelecida e processada, de forma a se perceber como a continuidade textual é garantida.

De acordo com Custódio Filho (2011), as análises desse tipo focam principalmente

²¹ Trata-se de uma personagem das histórias em quadrinhos dos X-Men, cujo poder é absorver, pelo contato com a pele, os poderes, as memórias e a força vital de outros mutantes.

as relações de equivalência entre um anafórico e seu antecedente (ou conseqüente), que se esgotam numa análise (co)textual. Os estudos em referência vão mais além: investigam-se também as relações entre as expressões referenciais, mas essas relações são observadas a partir de um enfoque sociocognitivo-discursivo. E o autor acrescenta que “o que está em jogo, agora, não é apenas o reconhecimento de relações de equivalência entre termos linguísticos” (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 127), mas, sim, “a importância do papel desempenhado pelos atos de referência na construção do mundo de nossas experiências” (COSTA, 2007, p. 10).

Custódio Filho (2011, p. 138) ainda assevera que a referência é uma proposta teórica que fortalece o “poder” da anáfora. Essa categoria não pode mais ser entendida nos limitados moldes da relação de identificação entre sintagmas presentes em um texto. Ela é, na verdade, a unidade poderosa que revela um complexo trabalho sociocognitivo-discursivo de abordagem da realidade, passível de retomar elementos os mais diversos e de realizar múltiplas funções. Há, portanto, diversas possibilidades de análises dentro dessa perspectiva.

Pontuamos, entretanto, que todas essas possibilidades são centralizadas na análise de expressões referenciais. Uma teoria que reforça o poder da anáfora é, também, uma teoria da onipresença do sintagma nominal. Custódio Filho (2011) ainda discute que não se concebe, nesse panorama, que a construção dos referentes possa se estabelecer por estruturas e mecanismos não diretamente relacionados à menção referencial.

Além disso, uma vez que a ênfase é posta sobre as expressões referenciais, ou sobre as relações entre essas expressões, há uma forte inclinação para que a recategorização seja encarada como um fenômeno linear, ou seja, analisado a partir do estabelecimento de cadeias coesivas de um mesmo referente. É a partir das limitações discutidas ao longo desta investigação que surge o que o autor supracitado denomina de segunda tendência dos estudos em referência a qual mostramos a seguir.

4.2 O segundo paradigma

Neste segundo paradigma, Custódio Filho (2011, 2015) problematiza a tendência das pesquisas em LT, que focam um conjunto específico e limitado de situações de interação, estabelecendo consensos que valeriam para toda e qualquer interação. No entanto, se decidirmos investigar situações de interação diferentes das usuais, será possível encontrarmos outras manifestações textual-discursivas, ainda não amplamente investigadas pelos estudos mais tradicionais. Esse pesquisador assevera que o eixo das reflexões desse paradigma parte do seguinte questionamento: de que modo os diversos elementos que participam da

configuração textual (superfície linguística, aparato cognitivo, aspectos sóciohistóricos e circunstanciais) são acionados para a construção de referentes?

É de suma importância entender como as relações entre as expressões referenciais podem ser tratadas sob o viés sociocognitivo-discursivo, além disso, importa saber como os referentes são elaborados, levando-se em conta que tal construção é passível de acontecer dentro de uma dinâmica muito mais ampla, não se limitando apenas ao universo das expressões referenciais presentes no cotexto. Nesse sentido, e em conformidade com o autor citado, o que se observa, na literatura da área, é que as assunções decorrentes da interação por meio de textos que permitem uma experiência de leitura/escuta na qual o contato com o exemplar se inicia e se encerra sem que haja interrupção são generalizadas para outras situações de interação.

A comunidade acadêmica erigida em torno da LT tem aceitado que os postulados sobre o que os sujeitos fazem ao participarem da construção e compreensão de sentidos, nas diversas esferas sociocognitivo-discursivas, em consonância com Custódio Filho (2015), são aqueles que se observam na interação com textos que podemos chamar de “curtos”. Essas esferas são explicadas, conforme tal condição, que, para o autor, está carregada de limitações. Ele ainda acrescenta que em vez de buscar exemplos (expressões referenciais) que confirmem a teoria, parte-se dos usos, assumindo-se uma complexidade que não pode ser restrita ao papel dos sintagmas nominais, para ver como uma proposta de integração entre múltiplos fatores pode explicá-los; simultaneamente, admite-se que a própria análise pode mudar a proposta, tornando-a mais forte no que diz respeito a sua capacidade de explicação.

Assim, esta reflexão buscou levar em conta não somente um conjunto específico e limitado de situações de interação, mas também ampliar a pesquisa em LT para incluir outros tipos de interação, ainda, pouco investigados neste campo teórico. Em virtude disso, tratamos a seguir a respeito desses tipos de interação discutida por Custódio Filho (2011, 2015).

4.3 Por uma diversificação das situações de interação analisáveis

Nesta seção, elencamos algumas discussões provenientes da importância de outras situações de interação não muito investigadas, interações nas quais o contato do interlocutor com os textos demanda uma interrupção. Para tanto, Custódio Filho (2011, 2015) e Cavalcante e Custódio Filho (2010) advogam a favor de uma postura investigativa que privilegie situações de interação via textos diferentes das costumeiramente investigadas e destacam que os consensos sobre as estratégias textual-discursivas podem ser desestabilizados

a partir de uma ampliação dos tipos de texto analisáveis.

Outro ponto relevante é a respeito da definição de texto, em que Custódio Filho (2015) traz a metáfora do *iceberg*. Para este autor, a tarefa de limitar o texto (o que é e o que não é, o que faz e o que não faz parte) pode ser mais difícil do que se imagina. Afinal de contas, é possível saber sempre onde começa e onde termina um texto (e, conseqüentemente, o cotexto)? Dessa maneira, o que os analistas consideram efetivamente como texto é uma unidade material perceptível (uma ponta) e finita, a qual, para ser compreendida/explicada, é relacionada a outras instâncias “menos materiais” (o resto do *iceberg*). Há, portanto, uma unidade de análise perceptível.

O autor ainda acrescenta que, mesmo dentro do paradigma razoável e aparentemente mais confortável do reconhecimento do texto em termos de limites da sua materialidade, há um problema a se enfrentar: o tamanho dessa materialidade e das diferentes possibilidades de contato com ele. “Os usos parecem mostrar que, em algumas práticas, a análise da materialidade cotextual, mesmo que relacionada às outras instâncias submersas do *iceberg*, não é suficiente para explicar alguns fenômenos” (CUSTÓDIO FILHO, 2015, p. 260).

Diante dessas questões, podemos perceber que há uma contradição entre os pressupostos assumidos e as análises investigadas em LT. De um lado, os pesquisadores afirmam que elegem como objeto de estudo o texto em interação e se comprometem a explicar as diferentes situações de interação pela linguagem; de outro, as análises se limitam, em sua grande maioria, às situações de interação com um grupo bastante específico de textos no tocante ao tamanho e ao tipo de contato.

O autor se posiciona, afirmando que não há problema em fazer esse recorte. O problema, de acordo com o autor, é “propor que as explicações geradas a partir do recorte seriam características da interação como um todo, e qualquer estudioso familiarizado com as pesquisas em LT sabe que essa prática é a dominante” (CUSTÓDIO FILHO, 2015, p. 260). A partir dessa explicação, classificou e nomeou quatro tipos de interação, a respeito da extensão dos textos e à forma de contato com eles, a saber: (I) interação ininterrupta com textos curtos; (II) interação ininterrupta com textos longos; (III) interação interrompida com textos longos, (IV) interação interrompida com um conjunto de textos “solidários”.

O primeiro tipo “interação ininterrupta com textos curtos”, acontece com o contato com textos, nos quais a leitura/escuta ocorre sem interrupção, exemplos desse tipo se enquadram em interações feitas a partir de notícias, crônicas, artigos de opinião, receitas, piadas, dentre outras. O pesquisador afirma que a grande maioria das pesquisas em LT tem se concentrado neste tipo de interação. Com isso, é fundamental levar em conta outros tipos de

interação pouco investigadas nas pesquisas em LT. É também preciso avançar no que concerne à diversificação do material de análise. Ele conclui dizendo que “Isso pode ser verificado nas análises em referenciação sobre a retomada anafórica; a proposta majoritária dos trabalhos reside em entender a anáfora (direta ou indireta) como uma relação entre partes do cotexto” (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 104).

No segundo tipo “interação ininterrupta com textos longos”, o referido autor assevera que fazem parte dessa categoria interações ocorridas sem que haja uma interrupção da leitura/escuta para retomada posterior. Nessa modalidade, encontram-se os filmes, os contos, as reportagens, as aulas, os artigos acadêmicos.

No tipo três “interação interrompida com textos longos”, são incluídas as interações efetivadas com textos que demandam uma leitura/escuta interrompida. Em virtude da natureza própria do gênero, é preciso realizar pausas no contato para posterior retomada. Aqui, também, estão incluídos os textos longos. Porém, nesse caso, ainda mais longos que os do tipo dois, daí vêm a necessidade de se estabelecer as interrupções no contato. Exemplos de textos dessa categoria são os romances, as dissertações, as teses e os livros acadêmicos.

No quarto tipo “interação interrompida com um conjunto de textos ‘solidários’”, incluem-se as situações de interação nas quais os interlocutores entram em contato com um conjunto de textos essencialmente dependentes uns dos outros, como os episódios de uma série de TV, as edições de uma série em quadrinhos ou os volumes de uma obra literária. Nessas situações, ainda mais que nos romances e textos monográficos, a interrupção do contato é constitutiva. Custódio Filho (2011) afirma que nos três primeiros tipos, o critério de divisão incide sobre a extensão do texto e, conseqüentemente, sobre a necessidade de o contato ser ou não interrompido. No quarto tipo, está se referindo não mais a um único texto, mas sim a um conjunto de textos.

Este último tipo de interação possibilita a construção de determinado objeto de discurso que se inicia em um texto e continua em outro, além deste mesmo referente estar sendo reconstruído em virtude do diálogo entre textos distintos. Essa reconstrução proporciona o estudo de uma estratégia textual-discursiva ainda pouco estudada, a anáfora intertextual, que conceituamos anteriormente na seção 3. Na próxima seção, discutimos a respeito desse diálogo entre textos/discursos distintos que se trata do tipo quatro de interação acima discutido.

4.4 Expressões referenciais que retomam o mesmo objeto de discurso entre textos diversos

Dentre as muitas contribuições que os avanços têm trazido, destacamos, nesta seção, a possibilidade de as remissões referenciais se manifestarem por meio de sintagmas nominais presentes em textos distintos. Essa abordagem proporciona a investigação de situações diferentes das normalmente investigadas no campo da LT. Custódio Filho (2011) discutiu essa questão ao concordar que a primeira característica mais pertinente diz respeito à decisão de, na análise dos processos referenciais, considerar as relações entre várias porções (co)textuais, para além das expressões nominais.

Nesse sentido, Costa (2007) investigou sobre as relações de retomada entre elementos de textos distintos. A autora salienta que sua investigação pretende fornecer respostas sobre procedimentos corriqueiros e insólitos. Corriqueiros porque são inerentes à comunicação em geral; insólitos porque, mesmo sendo comuns, ainda não foram devidamente descritos na literatura em vigor. Para tanto, a autora, na sua pesquisa, selecionou o gênero mensagem de grupo de discussão, pois segundo ela, tal gênero pode ilustrar mais apropriadamente algumas ocorrências, em virtude de suas características específicas:

Como é sabido, apesar de se verificar, nas listas de discussão, o distanciamento espacial e temporal (próprio da escrita) entre escritores e leitores, a redução drástica da distância temporal no funcionamento dos *e-mails* e a possibilidade de vários “debatedores” abrirem, em um determinado momento, uma mesma mensagem parecem criar, nos participantes, a “ilusão” de um espaço físico comum, onde as trocas se dariam em tempo real. Uma das consequências disso seria a presença de alguns usos que podem ser considerados insólitos, como o encapsulamento anafórico, não resumizando porções do cotexto, como é conhecido na literatura corrente, mas apontando para o conteúdo veiculado fora da mensagem atual. Pelo que se conhecia até então, na literatura sobre os processos referenciais, os encapsulamentos resumiriam trechos do cotexto (COSTA, 2007, p. 12).

Podemos perceber que a pesquisa dessa autora promoveu um redimensionamento dos processos referenciais, procurando ampliar o entendimento do fenômeno para além do consenso no campo teórico da LT. Dessa maneira, esta pesquisa também trouxe contribuições para os princípios teórico-analíticos assumidos pela segunda tendência discutida na seção anterior. Trouxemos alguns exemplos do trabalho de Costa (2007) para entendermos melhor esta perspectiva:

(15) From: "A S" <as@terra.com.br>
 To: <CVL@yahoogroups.com>
 Sent: Tuesday, May 18, 2004 11:01 AM
 Subject: [CVL] Re: o assunto das cotas!!!!!!!!!!!!
 Não se poderia dizê-lo melhor! (A S)

(16) De: C C
 Para: CVL@yahoogroups.com
 Data: 10/11/2002 22:51
 Assunto: *CVL* - E os cursos de graduação em língua estrangeira?

Caros amigos,
 ao ver **toda esta preocupação com a formação dos nossos futuros professores de língua portuguesa**, refleti um pouco sobre os cursos de graduação em língua estrangeira. Gostaria de saber se há projetos ou estudos que falem da formação destes. Como os alunos estão recebendo diplomas, será que eles estão realmente capacitados para lecionar as quatro habilidades de uma língua estrangeira? Se não estão, como podemos fazer para tentar mudar esta situação? Agradeço pela atenção (CC).

(17) From: "T" <t@yahoo.com.br>
 To: <CVL@yahoogroups.com>
 Sent: Tuesday, May 18, 2004 5:49 PM
 Subject: [CVL] cotas para negros, índios
 Olha, estou gostando do **debate**. Pela primeira vez, vejo as pessoas assumirem suas opiniões sem nenhum medo de serem censuradas. Concordo com a colega quando ela chama atenção para dois pontos importantes (...) (T).

Verificamos, nos três exemplos, acima que os termos destacados podem ser classificados como elementos encapsuladores. Contudo, o conteúdo encapsulado não se encontra na superfície textual; para compreendê-los é necessário recorrer a mensagens que antecederam as apresentadas nos exemplos. Costa (2007) ainda acrescenta que os resultados obtidos indicam a necessidade de se repensarem algumas categorias-chave dos estudos referenciais, dentre as quais destacamos a anáfora. Nesse momento, Custódio Filho (2011, p. 146) traz um questionamento:

[...] uma vez que a relação anafórica (direta ou indireta, nos seus vários subtipos) se dá entre partes de um mesmo texto, seria necessário, então,

estabelecer uma nova categoria que contemplasse uma relação entre partes de textos distintos? Seria necessário, assim, falar de “anáfora intertextual”, em oposição a “anáfora intratextual”? E como ficaria, nesse caso, o status das introduções referenciais?

Diante dessa questão, o caminho teórico a ser percorrido é aquele que possibilite investigações que assumam essa complexidade como uma instância a ser permanentemente descrita. A discussão exposta por Costa (2007) também questionou sobre os limites formais do texto. Com isso, é possível saber sempre onde começa e onde termina um texto (e, consequentemente, o cotexto)? Conforme as mensagens da lista de discussão da CVL, Costa (2007, p. 144) diz que há “certa indefinição no que tange aos limites da materialidade textual”. E essa indefinição traria à tona a possibilidade de ocorrências mostradas nos exemplos (15), (16) e (17).

Portanto, são questões que se relacionam em como os fenômenos textual-discursivos são explicados a partir dos conceitos de texto assumidos, nesse caso, pelo paradigma sociocognitivo-interacional. É a partir desse paradigma que nos debruçamos na seção seguinte ao discutir o estatuto sociocognitivo do contexto, para compreendermos as práticas referenciais realizadas pelos sujeitos nos seus relatos orais sobre a recategorização do objeto de discurso, Lampião.

4.5 Breve discussão sobre o papel do contexto na/para compreensão de práticas referenciais em textos orais

Nesta seção, propomos investigar o estatuto sociocognitivo-interacional do contexto para compreendermos as práticas referenciais realizadas pelos sujeitos nos seus relatos orais sobre a recategorização do objeto de discurso, Lampião, visto que a linguagem possibilita a construção e reconstrução da realidade. Por conta disso, os sentidos são construídos na elaboração de enunciados que rodeiam os sujeitos e que compõem o mundo. “Esses sentidos brotam dos seres humanos que, dotados de intenções discursivas, transformam o conhecimento e moldam suas concepções e visões e, consequentemente, seus discursos, sofrendo influências, também, de inúmeros fatores” (SANTANA, 2015, p. 29).

É na construção desses discursos, textos e/ou enunciados, diante de um grande leque de intenções discursivas, que se relacionam linguagem e contexto. Nesse sentido, a língua e as

informações de um determinado texto/discurso²² são adaptadas por esses contextos, sejam eles sociais, históricos, imediatos, interpessoais, sociocognitivos, geográficos, dentre outros.

Os elementos que compõem os vários tipos de contextos são baseados nos conhecimentos dos indivíduos, nas suas crenças e nas suas intenções argumentativas. “De um ponto de vista linguístico, é preciso dizer que o contexto entra na construção do sentido dos enunciados. Com efeito, todo enunciado, por mais breve ou complexo que ele seja, tem sempre necessidade de um co(n)texto” (ADAM, 2008, p. 52).

Nessa perspectiva, o contexto é que define as conversas diárias, as decisões, as posições estabelecidas, um ponto de vista, as intenções discursivas. Essas questões explicitam que a linguística na atualidade se posiciona na coarticulação entre diversas modalidades, tais como o linguístico, o cognitivo, o extralinguístico e o uso da língua. Dessa maneira, o contexto se torna:

[...] um conceito teórico, estritamente baseado em relações. Não há contexto que não seja ‘contexto de’, ou ‘contexto para’. Como este conceito é tratado depende de como são construídos outros elementos fundamentais, incluindo língua(gem), discurso, produção e recepção de enunciados, práticas sociais, dentre outros (HANKS, 2008, p. 174).

Conforme a afirmação acima, podemos perceber que há várias concepções de contextos e diversas formas de se moldar a linguagem. Assim, é importante levar em conta todo o processo de compreensão de sentidos, caso contrário, proporciona a incompletude e a falta de entendimento de determinado discurso. A linguagem é, pois, “um elemento importante, se não for o definidor, em grande parte da vida social, e as ideias sobre a linguagem têm tido um impacto fundamental sobre a teoria social no último século.” (HANKS, 2008, p. 170).

Já na visão de Van Dijk (2012, p. 11), “não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele), mas a maneira como os participantes definem essa situação”. Em outras palavras, é o próprio sujeito, com seus aspectos (inter)subjetivos e com suas interações enquanto membros de grupos e comunidades que constroem o contexto (SANTANA, 2015). Por este motivo,

o contexto não é dado *a priori*, mas construído segundo as negociações efetuadas pelos sujeitos durante sua própria atividade comunicativa. Trata-se

²² Nesta investigação, consideramos os termos “texto” e “discurso” como equivalentes, pois pesquisamos sob uma abordagem sociocognitivo-interacional.

de um conceito dinâmico, portanto, cuja determinação é ininterruptamente reconstruída nas/por atividades linguísticas a serem realizadas ou interpretadas pelos sujeitos (BENTES; REZENDE, 2008, p. 35).

Van Dijk (2012) ainda define o contexto levando em conta diversos vieses sobre algumas visões que ele acredita serem fundamentais para a construção do conhecimento. Para esse autor, os contextos são: construtos subjetivos dos participantes, são experiências únicas, tipo específico de modelo da experiência, esquemas, possuem bases sociais, são dinâmicos e amplamente planejados, são funções pragmáticas de seus modelos, são relevantes, possuem seus macro e micro modelos, são culturalmente variáveis, possuem aspectos cognitivos. Santana (2015) acrescenta que os contextos são e possuem uma gama de conceitos e princípios que fazem parte das variações da linguagem.

De acordo com o posicionamento dessa autora, são diversas as vertentes que abordam o contexto e as práticas sociais de interação e trocas comunicativas. A etnometodologia e a análise da conversação são duas das teorias que mais destacam a interação face a face, que trazem a construção e reconstrução da realidade nas práticas do dia a dia, nas relações humanas, priorizam a linguagem em interação, tornando-se importante foco de observação da língua e linguagem. É nessa interação face a face, de trocas entre “indivíduos que vários contextos podem estar presentes, e influenciarem no estabelecimento dos sentidos, na reconstrução da realidade, na formação dos pontos de vista e na criação e recriação dos *objetos de discurso*, sendo assim, a recategorização dos sentidos” (SANTANA, 2015, p. 31).

A mesma autora ainda acrescenta as contribuições da Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, pois este campo teórico investiga o discurso, levando em consideração a perspectiva das práticas discursivas sob as quais os textos são produzidos; como prática social que inclui história, ideologia e hegemonia; e como forma linguística. Dentro dessa perspectiva, o contexto pode ser local e efêmero, ou seja, dura pouco, prioriza o individual sobre o coletivo, diminui estruturas sociais aos comportamentos individuais; e também pode se referir a um contexto global e duradouro, com escopo social e histórico maior que qualquer enunciado momentâneo.

Nossa proposta de análise se utiliza, conforme Santana (2015, p. 32) de pressupostos das duas abordagens acima discutidas. O contexto, para esta investigação, pode ser efêmero, pode levar em conta fatores de ordem conversacionais e momentâneos como também permitir que o social, o histórico, o cultural influenciem nas interpretações, nas práticas linguísticas,

nas intenções argumentativas e nos projetos de dizer partilhado, negociado, assim, da opinião do enunciador.

Na perspectiva de Koch (2002), o contexto é investigado sobre dois pontos, a ideia de contexto ampliado, que considera a atividade comunicativa sob o viés sociocultural, considerada como *macrotexto*; e a ideia de contexto imediato, levando em conta a situação de comunicação, considerando o *microtexto*. Além desses aspectos, levamos em consideração os conhecimentos prévios do interlocutor, seus saberes, pontos de vista, o modo como interagem, o uso de expressões referenciais e inferências adequadas a situação contextual.

Hanks (2008) advoga sobre dois aspectos que contribuem para a concepção de contexto: a emergência e a incorporação. O primeiro se refere ao tempo real da produção do enunciado, o momento da interação e de trocas comunicativas. E o segundo se relaciona com o momento do enunciado em um contexto mais amplo, mais duradouro e que interfere no discurso sócio-histórico. A emergência é constituída por três modalidades: contexto como uma situação momentânea, em cenários relevantes e em campo semiótico, simbólico e demonstrativo. Na primeira modalidade, encontra-se o contexto da situação de fala, de interação face a face, situado e de trocas comunicativas e discursivas.

Na segunda modalidade de contexto emergencial temos os cenários relevantes, que segundo o autor acima citado, complementa o primeiro tipo, já que uma situação momentânea não define todos os traços importantes de uma interação. Esse segundo tipo traz as formulações como internas ao contexto interativo, as quais ilustram a conversão de uma simples situação a um cenário social. Na visão de Santana (2015), tais cenários compreendem uma unidade contextual mais estruturada; dotados de expectativas, de significados, de compreensão mútua entre as partes e de um sistema de relevância. Isto é, espera-se que tudo que for enunciado pelo falante estará em conformidade com o cenário no qual ele e a situação estão inseridos.

Ainda de acordo com Hanks (2008), podemos verificar que esse conceito de relevância traz uma mudança na concepção de contexto uma vez que expressa os pontos de interesse para o falante no estabelecimento de sua proposta discursiva e assinalam o conhecimento e a experiência dos sujeitos. Conforme suas palavras,

a referência à história dos sujeitos para quem algo é temático efetivamente expande o âmbito do contexto, que passa do presente vivido da percepção situada para um passado rememorado e sedimentado através da experiência cotidiana. Em resumo, ao se introduzir a noção de relevância, o contexto se torna uma estrutura hierárquica conectada a uma história não-local (HANKS, 2008, p. 179).

Nesse posicionamento, evidenciamos que o momento da interação leva em conta o presente, mas também na construção de sentidos são incluídos fatores sociais, históricos, culturais, os quais envolvem o conhecimento partilhado dos interlocutores e suas propostas de sentido. Na terceira modalidade que concerne aos campos semiótico, simbólico e demonstrativo, percebemos que a proposta desse mesmo autor une o campo das palavras e dos signos (semiótico) e o campo imediato no qual um enunciado é produzido (demonstrativo ou indicial), herdando as características do cenário, transformando-as por meio das especificidades da semiótica e suas relações (sintática, semântica e pragmática), dando significância aos objetos de discurso presentes (HANKS, 2008).

O campo demonstrativo diz respeito às categorias do *eu-aqui-agora* (dêiticos), os quais são índices referenciais que representam um dado contexto, um campo de sentidos por meio do código linguístico expresso. Para Hanks (2008), esses dêiticos invocam o cenário, porque eles são indiciais, mas não o formulam, porque eles carecem de conteúdo descritivo. Além dos dêiticos, há também os elementos indiciais de referência como os sintagmas nominais que acabam por invocar o cenário e por indicar uma significação. Para Hanks (2008),

o que é mais importante sobre a indicialidade, para nossos objetivos, é o modo pelo qual variedades referenciais e não-referenciais servem para articular a língua, como um sistema geral, com o contexto do enunciado. As categorias dêíticas de qualquer língua, e a combinação dessas categorias em frases, sentenças e enunciados, revelam modelos esquemáticos para o contexto (HANKS, 2008, p. 182).

Dessa forma, a combinação das categorias linguísticas – dêíticas ou não – assinala esquemas de significação, conhecidos também como *frames* ou *scripts*, que são modelos de sentido prontos que estabelecem determinados aspectos próprios daquela situação ou cenário. Esse campo demonstrativo orienta o foco de atenção subjetivo dos interlocutores através das especificidades do ambiente de comunicação e interação. Esses aspectos refletem e transformam o contexto; determinam os objetos de discurso; constroem os cenários; selecionam os sistemas de relevância; orientam os projetos de dizer dos falantes, recategorizando as categorias linguísticas e reconstruindo os sentidos do texto/discurso e fazendo com que as sentenças e os enunciados interajam entre si (SANTANA, 2015).

Os três aspectos emergentes discutidos acima – situação, cenário e campo demonstrativo – estão interligados e só tem sentido se analisados juntos, sendo sua separação em categorias apenas para fins didáticos, com a finalidade de distingui-los e analisá-los. “A emergência está em tudo relacionada à estrutura, e descrever o contexto como emergente

implica assumir que ele é estruturado” (HANKS, 2008, p. 183). Investigar o contexto é pesquisar a ligação dessas questões, e a relação de conexão, entre elas, é o que se denomina de incorporação ou encaixamento.

Assim, na visão de Santana (2015), esse modelo emergente é o ponto inicial para a pesquisa do discurso e da construção dos sentidos. Diante disso, tornam-se necessárias outras explicações para que as análises possam ser mais completas e globais. Portanto, destacamos que esses contextos também podem variar, além das estruturas e sistemas linguísticos, levam em conta outros aspectos para a determinação dos sentidos. Logo, são eles os chamados campos sociais ou incorporação, que, ao mesmo tempo em que acrescenta novos aspectos, une os três campos emergentes, estando evidente em todos eles.

Ainda segundo a autora supracitada, o campo social é um lugar restrito de posições e de tomadas de posições através das quais os valores circundam e determinam os projetos de sentido de dizer dos sujeitos. Hanks (2008, p. 185) assevera que “a incorporação textual nunca é um mero acréscimo ou entorno externo para aspectos do discurso ou da interação. Em qualquer nível que o examinarmos, o contexto é constituído de relações de incorporação”. Então, os sistemas e as práticas linguísticas se articulam com os sistemas sociais para explicar e justificar mais detalhadamente a complexidade da linguagem. Desta maneira,

muitas das interações que ocorrem nesses contextos são moldadas em parte por sistemas institucionais, processos de credenciamento e divisões sociais que existem antes e além de qualquer campo demonstrativo, que não estão assinaladas em lugar algum do discurso e, mesmo assim, moldam o contexto e restringem o acesso dos sujeitos ao discurso (HANKS, 2008, p. 186).

A partir dessa questão, Santana (2015) assevera que as formações sociais podem incorporar e/ou serem incorporadas entre elas e, ainda, fornecem contextos críticos incorporados que modelam campos demonstrativos, inteiramente, centrados. Para que as práticas indiciais sejam compreendidas é inevitável a busca pelo campo social para uma melhor compreensão dos enunciados e uma maior completude dos sentidos.

Hanks (2008) aponta também que do processo de incorporação do campo demonstrativo ao social acontecem algumas mudanças, como: o mundo é organizado; o campo torna-se atual, bem articulado; o sujeito ocupa seu lugar de agente; os cenários ocupam um lugar socialmente definido; o referente-objeto ocupa uma posição socialmente definida. Em suma, “o campo social situa o contexto, fornece um espaço de valores e de posições” (SANTANA, 2015, p. 37).

Em conformidade com essas questões, também podemos evidenciar, na visão de Santana (2015), que os participantes do discurso exercem grande influência sobre o contexto de maneira geral, desde o sujeito individual à copresença intersubjetiva (situação), ao coengajamento (cenário), aos papéis participantes (campo demonstrativo) até as posições agentes (campo social). Isso ocorre em virtude da construção dos sentidos, o conhecimento compartilhado dos interactantes, seus valores, suas crenças, opiniões e os variados aspectos que os circundam. Logo, a partir da perspectiva dos campos sociais, a questão correspondente seria em que parâmetro “o engajamento em um campo conforma os participantes, não apenas em seus engajamentos externos baseados na função agente, como sempre foi, mas, de forma mais ampla, conforma-os em seus hábitos, disposições e intenções” (HANKS, 2008, p. 192). Na proposta de Van Dijk (2012), os contextos seriam, portanto, construtos (inter)subjetivos dos participantes da interação comunicativa:

contrariamente à maioria das abordagens, que conceituam os contextos como propriedades objetivas das situações sociais, políticas e culturais, entendo que os contextos são construtos dos participantes, ou definições subjetivas das situações interacionais ou comunicativas. Isso não significa que as estruturas sociais e políticas não possam ter dimensões objetivas (por exemplo, de tempo e espaço), ou que elas não sejam vividas como ‘reais’ pelos membros da sociedade. O que conta fundamentalmente para mim é realçar que essas situações sociais só conseguem influenciar o discurso através das interpretações (inter)subjetivas que delas fazem os participantes. Essa perspectiva é um caso especial do ponto de vista de que as situações sociais em geral são construtos sociais e de que elas só conseguem influenciar a conduta humana enquanto tais (VAN DIJK, 2012, p.34).

Diante dessa perspectiva, Braga (2016) assevera que os contextos, pensados agora enquanto *modelos mentais* das situações sociais realizados por meio dos participantes da interação comunicativa proporcionam a qualquer um que se proponha a analisar discursos, a percepção de que “sem uma interface desse tipo, é impossível explicar os nexos de produção e interpretação sutis que se estabelecem entre a sociedade e o discurso” (VAN DIJK, 2012, p.42).

Evidenciamos que ao discutir o que seria o contexto, Hanks (2008) e Van Dijk (2012) convergem no sentido de que o conceito foi se tornando paulatinamente mais presente em vários campos das ciências humanas e sociais ao longo das décadas de 60, 70 e 80... Outro ponto de contato nas duas discussões é que se trata de um tema a ser ainda detalhado, por ser abrangente quando aplicado e plural quando definido. Assim, no posicionamento de Hanks:

Hoje em dia se reconhece de forma bastante ampla que muito (se não tudo) da produção de sentido que ocorre por meio da língua(gem) depende fundamentalmente do contexto e que, além disso, não há uma definição única de quanto ou de que tipo de contexto é necessário para a descrição da linguagem. Consequentemente, não há razão para esperar que algum modelo único ou conjunto de processos sejam analiticamente suficientes para toda pesquisa (e há boas razões para ser cético em relação a pretensões universais). (HANKS, 2008, p. 174-175)

Na abordagem da temática, cada um construiu modelos de análise distintos. Hanks (2008) procura se afastar da visão dicotômica que prioriza apenas o aspecto microtextual ou apenas o lado macrotextual. Na visão desse pesquisador, o estudo sobre o assunto traria contribuições fundamentais se conseguisse relacionar essas duas vertentes. Por isso, o mesmo autor, articulando os campos da Antropologia e da Linguística, sugere que a análise leve em consideração estas duas dimensões: emergência e incorporação (já discutidos anteriormente).

Outro aspecto, também, discutido pelo pesquisador foi o conceito de *habitus*, que se refere ao modo de funcionamento do contexto, ou seja, como as posições, convicções e valores são postos em prática. Ainda acrescenta que é o modo de se expressar, de enunciar, de construir e reconstruir os sentidos, como também pode incluir os hábitos mentais implícitos nos modos padronizados de representar o mundo através da linguagem. Assim, para ele “o *habitus* é um *modus operandi*, flexível o suficiente para realizar-se em diferentes atividades, sendo cada uma delas única, e em diferentes esferas de atividade, que podem ser largamente diferentes entre si” (HANKS, 2008, p. 178).

Diante dessa questão, podemos compará-lo aos gêneros do discurso que variam conforme a intenção discursiva, podendo ser, também, uma intenção argumentativa, dependendo do objetivo do falante a partir do aspecto situacional ou da atividade sociodiscursiva. O *habitus* tanto pode ser individual, como pode ser coletivo, pois se enquadra num dado campo social. Portanto,

qualquer forma de prática ritual tem um impacto potencialmente forte sobre o *habitus*, por meio do engajamento das disposições, avaliações, orientações mentais e corporais dos praticantes no fazer repetido da prática. O ponto importante é que há uma relação dinâmica (se não dialética) entre a incorporação contextual e a formação dos atores que se engajam nos contextos. A língua e o discurso estão entre as modalidades centrais por meio das quais essa dinâmica é articulada (HANKS, 2008, p. 195).

As intenções dos falantes são baseadas em um projeto de sentido, sendo a interpretação dos seus enunciados restrita estrategicamente conforme seus objetivos discursivos. Hanks (2008) ainda afirma que seus enunciadores “perseguem fins comunicativos

através da ‘implicitação’, derivando e comunicando sentidos com declarações sub-especificadas, formuladas para serem expandidas por meio de inferências” (HANKS, 2008, p. 195).

De acordo com essa afirmação, verificamos ainda que o falante pode ser estratégico, inferencial, no momento de suas pretensões e na hora de alcançar êxito nas suas intenções, pois ele deve saber quando deve ser ousado, ou “quando precisa ir devagar, quando for preciso mudar o foco, desdobrar certas inferências ou frear outras, sendo orientado e orientando” (SANTANA, 2015, p. 38). O mesmo autor também explicita que é complexo levar em conta uma teoria do contexto discursivo e da linguagem, deixando de lado a intencionalidade como constitutiva desses processos, uma vez que, por intermédio dessa intencionalidade, os signos e expressões projetam seus objetos e, como consequência, os contextos são transformados. Para Adam (2008), a contextualização se dá a partir da memória do texto que se acaba de ler e, na sua falta, da memória dos textos lidos, ou de crenças e opiniões que se encontram presentes na memória do indivíduo. Nas palavras de Adam (2008, p. 56):

Contexto linguístico, situação extralinguística, conhecimentos gerais se reencontram todos tratados de forma memorial: todos eles têm o estatuto de representação interna, ainda que se diferenciem quanto à origem e ao nível de representação (memória de curto prazo, memória de longo prazo, etc).

Já Van Dijk (2012) postula que os contextos deveriam ser analisados por um viés sociocognitivo. Além disso, eles estão atrelados às informações advindas dos participantes da atividade verbal. Desse modo, ainda na visão desse autor, os participantes da atividade verbal trariam para a interação mediada pelo texto modelos de contextos próprios. Seriam esses modelos que viabilizariam a maneira como o contato interpessoal ocorre e que explicariam seu processamento, da apropriação da situação comunicativa ao domínio das marcas de gênero, da adequação ao registro linguístico pertinente à percepção das condições sociodiscursivas mais amplas.

Outra questão relevante é que, assim como o “texto”, a noção de “contexto” também passou por um percurso evolutivo e interdisciplinar ao longo dos anos. Nesse sentido, Koch (2006, p. 21) postula que “as concepções de contexto variam não só no tempo como também de um autor para outro”. Através dessas discussões acerca do contexto, podemos evidenciar que a sua noção é mobilizada já nas primeiras pesquisas na área de Linguística Textual.

Portanto, os contextos são flexíveis e dinâmicos, podendo ser negociados pelos

sujeitos nas suas práticas discursivas, ou seja, a realidade sendo construída e reconstruída a partir de fatores histórico, social e cognitivo, havendo, dessa forma, a troca de conhecimentos. Na seção seguinte, discutimos, brevemente, sobre a questão da intertextualidade, uma vez que propomos analisar a relação de textos (relatos) distintos.

Para Souza (2017), a Linguística Textual nos fornece arcabouço teórico-metodológico para que seja possível organizar a estrutura do texto, nossa forma de argumentar e o todo significativo, que chamamos de texto, por meio dos fatores de textualidade, como a coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade (está discutida na seção seguinte). Parte desses fatores está relacionada à arquitetura do texto, sua organicidade linguístico-estrutural, e de outro lado, tem a ver com o nível da produção, sua intenção e dinamicidade.

4.6 Fator de intertextualidade: relação entre textos ou relatos distintos

Para uma melhor compreensão das anáforas intertextuais, foi relevante discutirmos, brevemente, a respeito da intertextualidade, pois é por meio desta que há relações dialógicas existentes entre os textos. Pará (2015) assevera que a intertextualidade foi estudada, inicialmente, pela Teoria da Literatura e, posteriormente, por outras correntes do conhecimento, como a Linguística Textual. Essa noção está intimamente ligada a outras. Quando se pretende fazer um estudo sobre intertextualidade, principalmente no âmbito da Linguística Textual, é imprescindível diferenciá-la em relação às noções de dialogismo e de polifonia, uma vez que as diferenças são tênues.

Na concepção bakhtiniana, a linguagem é concebida como um fenômeno dialógico. Assim, o dialogismo é condição da linguagem. Trata-se de uma atividade pluriinterativa, em que cada elemento ou ação é marcado pela presença da subjetividade. “O sujeito utiliza sempre as palavras dos outros através das palavras que ele apreendeu no seu meio social de maneira implícita em seu discurso, e também na medida em que seu discurso é uma resposta a outros discursos passados ou futuros” (PARÁ, 2015, p. 24).

Sobre o conceito de polifonia, a mesma autora acima citada explicita que ele foi introduzido por Bakhtin para o estudo da literatura romanesca; o filósofo da linguagem a idealizava como a presença de várias “vozes” simultaneamente nos enunciados. E por volta de 1966, a linguista francesa Julia Kristeva introduz na literatura a noção de intertextualidade.

Os autores Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 228) concordam que a intertextualidade é um termo que “designa ao mesmo tempo uma propriedade constitutiva de

qualquer texto e o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros textos”. Complementando este pensamento, Trindade e Noronha (2016) asseveram que não existe produção de texto, seja escrito ou oral, isento da ação de outros textos. Então, no nosso estudo levamos em conta o texto base, o depoimento de ABM²³, para a partir deste, verificarmos como os relatos seguintes dialogam com o texto fonte.

O processo de escrita retoma outros dizeres, dialogando com o texto base, como forma de trocar ideias, conhecimentos de mundo, culturais, históricos, geográficos. Trindade e Noronha (2016) ainda asseveram que a construção de sentidos entre os textos depende das experiências de vida de cada leitor, neste caso, de cada morador entrevistado. Ao passo que analisamos o texto base, ficou claro que os depoentes utilizaram marcas linguísticas similares para construir ou recategorizar o objeto de discurso Lampião. Todos os entrevistados sabiam algo sobre a história de Lampião, pois suas lembranças ficam armazenadas em suas memórias.

O diálogo entre esses relatos é marcado por mudanças ou permanências de sentidos no tocante às expressões referenciais presentes no texto base, para a construção de novos significados nos demais depoimentos, registrando alterações de sentidos carregadas de críticas, humor, opiniões por parte dos entrevistados. O mecanismo da intertextualidade evidencia o caráter interacional desses relatos (textos). Assim, há uma negociação, uma construção colaborativa dos interlocutores em seus processos discursivos. Com isso, podemos perceber que toda intertextualidade supõe o caráter dialógico de todo discurso e o atravessamento de vozes que representam diferentes lugares sociais que se estabilizam e se desestabilizam no momento das interações (CAVALCANTE; BRITO, 2011, p. 260-261).

A intertextualidade é a referência – implícita ou explícita – a outros textos, sejam estes orais, escritos, visuais. Este fenômeno se faz presente em vários campos do conhecimento, como por exemplo, as artes plásticas, a literatura, a pintura, a música, a propaganda, o cinema, dentre outros. Como exemplo de intertextualidade, podemos verificar nos poemas “Meus oito anos” de Casimiro de Abreu e Oswald de Andrade. O primeiro foi escrito no século XIX e o outro no século XX. Dessa maneira, o segundo texto cita o primeiro, estabelecendo-se uma relação intertextual entre eles. Evidenciamos essa intertextualidade nos seguintes trechos de cada poema, exemplo 18, citado por Duarte (2018):

²³ Primeiro participante da pesquisa a ser entrevistado por Lima (2008)

Meus oito anos (Casimiro de Abreu)

Oh! que saudades que tenho
 Da aurora da minha vida,
 Da minha infância querida
 Que os anos não trazem mais!
 Que amor, que sonhos, que flores,
 Naquelas tardes fagueiras
 À sombra das bananeiras,
 Debaixo dos laranjais!

Como são belos os dias
 Do despontar da existência!
 — Respira a alma inocência
 Como perfumes a flor;
 O mar é — lago sereno,
 O céu — um manto azulado,
 O mundo — um sonho dourado,
 A vida — um hino d'amor! [...]

Meus oito anos (Oswald de Andrade)

Oh que saudades que eu tenho
 Da aurora de minha vida
 Das horas
 De minha infância
 Que os anos não trazem mais
 Naquele quintal de terra
 Da Rua de Santo Antônio
 Debaixo da bananeira
 Sem nenhum laranjais

Eu tinha doces visões
 Da cocaína da infância
 Nos banhos de astro-rei
 Do quintal de minha ânsia
 A cidade progredia
 Em roda de minha casa
 Que os anos não trazem mais
 Debaixo da bananeira
 Sem nenhum laranjais [...]

Nestes excertos, o entrelaçar de ideias existente entre os dois poetas se dá por conta de uma carga ideológica muito presente, pois Casimiro de Abreu, escritor do Romantismo, explora a questão voltada para o camuflar da realidade, envolta em um clima de magia, beleza, encantamento. Outro aspecto se refere ao exaltar da natureza, das belezas da terra, fazendo referência ao Brasil. Já no poema de Oswald de Andrade, constatamos que, por pertencer à época do Modernismo, ele faz um retrato falado da realidade aqui existente, isto, discute sobre as condições políticas, sociais e econômicas pelas quais perpassava a situação brasileira naquela época, tais como o crescimento desordenado das cidades, entre outros aspectos.

O diálogo entre os dois textos apresenta características literárias semelhantes embora em épocas completamente distintas. Um dos aspectos a ser comparado é o saudosismo. Observamos que, em ambos os poemas, há um desejo de volta a uma época diferente: à infância. Dessa maneira, podemos concluir que essa relação intertextual, materializada pela paródia, manifesta-se através de uma crítica, direcionada por um tom subversivo, irônico.

Segundo Koch, Bentes e Cavalcante (2008), a intertextualidade quando tomada em sentido amplo, ou seja, para estabelecer qualquer relação de diálogo entre um texto e outro, sem necessariamente haver a materialização do intertexto²⁴, classifica-se como sendo intertextualidade *lato sensu*, enquanto aquela em que o intertexto se materializa no outro

²⁴ Emprega-se frequentemente “intertexto” para designar um conjunto de textos ligados por relações intertextuais. O *intertexto* é o conjunto de fragmentos convocados (citações, alusões, paráfrase...) em um *corpus* dado. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p.289). Ou seja, intertexto é o fragmento de um texto reproduzido, adaptado ou mencionado em outro texto.

texto, é chamada de intertextualidade *stricto sensu*.

Ainda, conforme Koch, Bentes e Cavalcante (2008), há diversos tipos de intertextualidade, dentre as quais, temos a explícita e a implícita. A primeira se refere a termos que estão diretamente ligados ao texto base através das citações diretas ou indiretas, referências, resumos, resenhas, traduções, por exemplo. Ou seja, na intertextualidade explícita ocorre a citação da fonte do intertexto. A intertextualidade implícita ocorre quando não há citação do texto base, ficando a cargo do sujeito acionar seus conhecimentos de mundo, guardados na memória, para construção e compreensão do texto. A exemplo disso, temos as paródias e as paráfrases.

As paródias ocorrem quando a relação intertextual objetiva provocar a inversão do sentido do texto-fonte, de caráter contestador e com a incidência de gesto gozador, cômico, engraçado e/ou irônico. Já as paráfrases se caracterizam como sendo uma reafirmação de um texto pré-existente. Neste tipo de intertexto, há uma repetição do conteúdo ou um fragmento dele em outros termos, permanecendo preservada a ideia inicial. Ou seja, ao parafrasearmos um texto, estamos recriando-o com outras palavras, mantendo a sua essência.

Cavalcante e Brito (2011) discutem a respeito de quatro tipos de intertextualidade por copresença: citação, referência, alusão e plágio. O primeiro se faz com aspas, com ou sem referência precisa; como relação de copresença, a referência, evidentemente, se utiliza de um processo referencial, mas o fenômeno só se apresenta como intertextual no momento em que o enunciador de um dado texto faz uma remissão direta a certa entidade constante em algum outro texto; a alusão é quando se faz uma referência indireta a um texto e se constrói pelo apelo a algo que se espera familiar para os interlocutores: apela-se para a memória do coenunciador, podendo apresentar modificações formais no texto-fonte, ou se dar apenas por expressões referenciais. Quanto mais popularmente for conhecido o texto aludido, com mais facilidade será recuperada a alusão, e por último, temos o plágio, que é uma reprodução disfarçada e desonesta, porque não autorizada, do texto de outrem, sem as devidas menções a fonte de onde as informações foram extraídas.

A partir dessa explicação, constatamos que qualquer produção não é isenta de sofrer influências de outros textos, no qual este não é considerado uma produção unilateral. Dentro dessa dinamicidade, “os já-ditos possibilitam uma renovação contínua, tendo em vista que um intertexto sempre construirá novos sentidos. E estes darão forma a novas ideias, conceitos e ideologias.” (TRINDADE; NORONHA, 2016, p. 14). Corroborando com esta visão, Bakhtin afirma que:

o texto só ganha vida em contato com outro texto (com contexto). Somente neste ponto do contato entre textos é que uma luz brilha, iluminando tanto o posterior como o anterior, juntando dado texto a um diálogo. Enfatizamos que esse contato é um contato dialógico entre textos [...] por trás desse contato está um contato de personalidades e não de coisas (BAKHTIN, 2010, p.162).

Dentro deste posicionamento, fica explícito que o discurso é construído colaborativamente entre os interactantes. E concordamos que este diálogo constitui a pluralidade existente dos textos. Podemos evidenciar também que a cultura de um povo é fruto de um processo intertextual, em que cada produção humana dialoga necessariamente com as outras. Nesse sentido, a intertextualidade é um importante fator de coerência, na medida em que, para o processamento cognitivo de um texto, recorre-se ao conhecimento prévio de outros textos (SANTOS; LEURQUIN, 2013).

Ao estudarmos a intertextualidade, não podemos esquecer de que, ao longo do tempo, o termo texto adquiriu diferentes conceitos que o integram a diferentes abordagens. Centramos a nossa atenção na concepção de texto numa perspectiva sócio-interacionista, na qual o texto não é tido como produto acabado em si mesmo, mas como resultado do processo de interação entre locutor e interlocutor em uma dada situação comunicativa. Conforme afirmam Koch e Elias (2008, p. 12), o lugar mesmo de interação é o texto cujo sentido “não está lá”, mas é construído, considerando-se, para tanto, as “sinalizações” textuais dadas pelo autor e os conhecimentos do leitor, que, durante todo o processo de leitura, deve assumir uma atitude ‘responsiva ativa’”.

Dessa maneira, Koch, Bentes e Cavalcante (2008) classificam a intertextualidade *stricto sensu* em quatro tipos: temática, estilística, explícita e implícita. As próprias autoras chamam atenção para o fato de que essa divisão não significa que um enunciado ou texto se constitua apenas a partir de um deles, pois podem ser utilizados simultaneamente em um mesmo texto, assim como em um mesmo enunciado a incorporação de um único intertexto pode formar diferentes tipos de intertextualidade.

Segundo as referidas autoras, a *intertextualidade temática* é definida como a relação de diálogo que dois ou mais textos mantêm entre si, compartilhando um mesmo tema, embora com acento valorativo diferente, uma vez que à medida que um texto é tomado dialogicamente por outro, devido à nova situação comunicativa no qual é usado, passa a atender a novos objetivos e a construir novos sentidos.

Evidenciamos que esse tipo de intertextualidade em diferentes esferas comunicativas: na jornalística, por exemplo, é comum um ato polêmico ou de grandes proporções trágicas ser

noticiado e comentado por muitos veículos de comunicação e em diferentes gêneros. Podemos perceber, nesse contexto da *intertextualidade temática*, “uma relação de conteúdo entre os diferentes textos que se relacionam, de modo que um passa a ser motivo para o surgimento de outros” (SANTOS, 2013, p. 302).

A *intertextualidade estilística* se constitui essencialmente na forma, mas também veicula um conteúdo, ou seja, até mesmo a forma composicional de um gênero tem um aspecto funcional. Exemplificando a intertextualidade estilística, apontamos vários textos que utilizam como intertexto a oração do Pai-Nosso, como a oração dos programadores (exemplo 19) citada por Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p. 19):

Sistema operacional que estais na memória,
 Compilado seja o vosso programa,
 Venham à tela os vossos comandos,
 Seja executada a nossa rotina,
 Assim na memória como na impressora.
 Acerto nosso de cada dia, rodai hoje
 Informai os nossos erros,
 Assim como nós informamos o que está corrigido.
 Não nos deixei cair em looping,
 Mas livrai-nos do Dump,
 Amém.

Conforme a explicação das autoras, os textos citados se assemelham estilisticamente. O segundo se constrói a partir de uma relação de aceitação de forma e estilo do primeiro, mas embora possuam conteúdos diferentes, os dois se concretizam com o intuito comunicativo que se configura numa prece. Observamos, não seria qualquer intertexto que resultaria no mesmo efeito obtido. O autor, ao recorrer à oração Pai-Nosso, leva em conta à força argumentativa que tem esse texto sobre o leitor, o fato de ele fazer parte da memória discursiva deste, além da possibilidade de adequar o conteúdo do segundo texto ao estilo rítmico do primeiro, isto é, existe uma série de fatores que influenciam a intertextualidade estilística, portanto, a forma não é selecionada *a priori*, mas sim como resultado de uma intenção já, antecipadamente, estabelecida (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008).

A *intertextualidade explícita*, na visão das autoras, caracteriza-se pela possibilidade que se tem de resgatar o intertexto pela menção feita a este em um segundo texto. Ou seja, a intertextualidade explícita acontece quando a fonte do intertexto é citada. A partir disso, depreendemos que o autor do segundo texto delega claramente a autoria do intertexto a outro enunciador, seja esse outro uma voz particular ou coletiva. É importante enfatizar que a necessidade de se fazer uso do discurso alheio com explicitude sempre encerra um objetivo,

podendo ser, por exemplo, “a necessidade de um enunciador validar sua voz por meio do discurso citado, como acontece com frequência nos textos científicos, nos quais se pode usar a intertextualidade explícita com o objetivo de convencer o leitor a partir de um argumento de autoridade” (SANTOS, 2013, p. 5).

O outro tipo de intertextualidade discutida por Koch, Bentes e Cavalcante (2008) é a *intertextualidade implícita* que se caracteriza também pela presença de um intertexto, porém sem mencioná-lo explicitamente, uma vez que esse tipo de intertextualidade acontece sem citar a fonte, sendo papel do interlocutor recuperá-la na sua memória com o intuito de construir o sentido do texto.

Santos (2013) afirma que usar um intertexto de maneira implícita pode implicar, em uma situação comunicativa, diversos propósitos. É comum encontrarmos esse tipo de intertextualidade com o propósito argumentativo, de forma que, mesmo sem citar a fonte, fica subentendida a intenção de convencer o interlocutor a aceitar determinada ideia. Essa argumentação pode ocorrer num sentido de captação ou de subversão, que dizem respeito a funções discursivas da intertextualidade. A função de captação é a reiteração do texto fonte, ao passo que a função de subversão se infere a partir do seu distanciamento e é especificada através de recursos de paródia, ironia, reformulação e concessão (NOBRE, 2014).

A mesma autora acima citada continua concordando que o autor do segundo texto pode considerar desnecessária a explicitude do intertexto por acreditar que o seu leitor/ouvinte tenha conhecimento dele, isto é, direciona seu discurso a partir da imagem que faz do seu interlocutor enquanto possível detentor de um conhecimento partilhado. Podemos enfatizar que, para a devida construção dos sentidos, é preciso que o interlocutor resgate o intertexto para identificar os propósitos do locutor. Por meio dessa revisão teórica, verificamos que o autor, ao recorrer a um intertexto para dialogar com seu texto, já tem *a priori* uma imagem de seu leitor/ouvinte, bem como objetivos previamente determinados para a utilização do intertexto. “A intertextualidade surge, portanto, dentro de uma situação comunicativa na qual o locutor busca por meio desse mecanismo construir determinados efeitos de sentidos, dentre eles, a argumentação” (SANTOS, 2013, p. 6).

Em síntese, podemos afirmar que a intertextualidade tem grande importância na construção argumentativa de um texto, uma vez que o autor recorre a vários outros textos fazendo uso, simultaneamente, de diferentes tipos de intertextualidade para defender seu ponto de vista, construindo argumentos que se fundamentam na aceitação ou subversão do intertexto. A progressão do texto argumentativo vai sendo construída a partir da voz de um locutor que se mostra contra ou a favor de determinada ideia, e que, para validar sua opinião,

constrói seus argumentos recorrendo a outros textos que contribuem para garantir a validade do seu ponto de vista (SANTOS, 2013). Concluímos este pensamento dizendo que a intertextualidade é um aspecto inerente ao uso da língua. Como salientam Koch e Elias (2008, p. 86):

A intertextualidade é elemento constituinte e constitutivo do processo de escrita/leitura e compreende as diversas maneiras pelas quais a produção /recepção de um dado texto depende de conhecimentos de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relações que um texto mantém com outros textos.

Conforme este posicionamento, a intertextualidade ocorre com o/no diálogo entre os muitos textos de uma (ou várias) cultura(s) que se instala no interior de cada texto e o define como um ponto de intersecção de muitos diálogos, relacionando vozes advindas de práticas da linguagem socialmente diversificada, tornando-se a intertextualidade em uma transposição de um sistema de signos no outro texto.

A partir dessa breve discussão sobre a intertextualidade, no próximo capítulo dedicamo-nos em tratar da metodologia e da análise propriamente dita, com o intuito de verificarmos como acontece a (re)construção do referente Lampião em co(n)textos diferentes, através das expressões referenciais anafóricas intertextuais que surgiram nos depoimentos das histórias contadas e recontadas pelos sujeitos entrevistados.

5. PROCESSO METODOLÓGICO-ANALÍTICO

5.1 Questões norteadoras desta investigação

A opção teórico-metodológica para o desenvolvimento deste estudo se fundamentou nos tipos de pesquisa abaixo descritos quanto à sua abordagem e aos seus objetivos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). No que diz respeito à abordagem, esta pesquisa é de caráter qualitativo, visto que, de acordo com esses autores, não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Além disso, os métodos qualitativos buscam:

[...] explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31-32).

Quanto aos objetivos, nossa proposta está pautada na pesquisa descritiva que busca descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, exigindo do pesquisador uma série de informações sobre o que deseja investigar. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Na visão desses autores, a abordagem qualitativa enfatiza uma visão fenomenológica, em que a realidade está inerente à percepção dos indivíduos, assim como os estudos provenientes dessa perspectiva são focados em significados e compreensão, em situações naturais do cotidiano.

Para tal investigação, fundamentamos o presente estudo nas seguintes questões de pesquisa: (1) Como se processa a recategorização do referente Lampião em textos diferentes, pelo uso de expressões referenciais anafóricas que surgiram nos depoimentos das histórias contadas e recontadas pelos sujeitos entrevistados? (2) De que forma o fator de intertextualidades restrita e ampla pode contemplar ocorrências anafóricas evidenciadas no *corpus* desta investigação, levando em consideração a proposta de Custódio Filho (2011, 2015)? (3) Como podemos compreender a influência da configuração de narrativas orais que apresentam uma experiência de leitura/escuta interrupta na manifestação de uma estratégia de (re)construção da referência ainda não amplamente desenvolvida: a anáfora intertextual (relação anafórica entre textos distintos)?

5.2 Locais da pesquisa

Em vários lugares do sertão nordestino, excluindo-se os municípios da região litorânea, as histórias sobre Lampião são mais evidentes, por conta de sua passagem e de seu bando nesses locais. Dentre essas localidades, os municípios de Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória foram os que Lampião teve maior contato. Em virtude disso, nossa investigação se debruçou sobre estes dois municípios.

De acordo com Lima (2008), o município de Poço Redondo está situado na microrregião sergipana do Sertão do São Francisco, integrante da mesorregião do Sertão Sergipano, sendo criado pela Lei Estadual nº. 525 de 25 de novembro de 1953, desmembrado do município de Porto da Folha, com uma área de 1.220 km². Fica distante de Aracaju a 184 km, tendo seus limites com Porto da Folha e o município de Canindé do São Francisco, no território sergipano, com o Estado de Alagoas, na divisa interestadual do Rio São Francisco, e com a Bahia, no lado da Serra Negra.

Além disso, a vegetação desse município é constituída por capoeira e caatinga, o que caracteriza o cenário de tantas histórias do cangaço, e em especial, de Lampião e seu bando. Para o senso agropecuário de Sergipe, tendo como referência o ano de 1980, o mais próximo da época do cangaço, dos 90.586 hectares de terra do município, 47.632 hectares eram matas e florestas, dando a noção exata do local em que Lampião e seu bando faziam suas trilhas (LIMA, 2008). Ainda aponta que o município de Poço Redondo foi um dos principais pontos de referência para as peregrinações de Lampião e seu bando em terras sergipanas.

Segundo a autora acima citada, levando em conta a parte cultural, a região que mais se destaca é a região de Angico, que ficou famosa por ter sido o lugar em que Lampião e seu bando foram dizimados. A Grotta do Angico, lugar da emboscada, onde morreu o mais famoso cangaceiro brasileiro, é considerada uma das principais atrações turísticas, uma “beleza cênica”. Em decorrência disso, no mês de setembro se comemora em Angico a missa do vaqueiro, conhecida em toda a região, momento em que os cangaceiros são cultuados (LIMA, 2008).

No município de Nossa Senhora da Glória, nomeado como a capital do sertão em Sergipe, Lampião possuía apoio de alguns fazendeiros. Esse município foi criado em 26 de setembro de 1928 pela Lei Estadual nº 1014, quando se deu sua emancipação política do município de Gararu. Lima (2008), referindo-se às raízes histórico-geográficas daquele município, observa que a saga de Boca da Mata, atual Nossa Senhora da Glória, confunde-se com as dos municípios vizinhos localizados no semiárido sergipano, inseridos em um lugar de

secas constantes, de clima adverso, mas de população perseverante, de índole pacífica, por conta de sua herança genética e de sua cultura nos costumes e tradições dos seus antepassados.

Um ano após a criação desse município, Lampião o visitou pela primeira vez. Evidenciamos esta visita na fala de Sousa (2005) que

[...] em 20 de abril do mesmo ano [1929], dia de feira, o novo Município teve sua sede invadida pelo bando de Lampião, constituído de dez cangaceiros (bandidos, cabras, bandoleiros): o próprio Lampião, Luiz Pedro, Ângelo Roque, Corisco, Zé Baiano, Alvaredo, Moderno, Ponto Fino, Amoroso e Volta Seca, sendo este último de menor idade; tomaram as armas do Sargento Alfredo e dos Soldados Osório e José Rodrigues, deixando-os detidos no Quartel de Polícia; as exigências de cinco contos de réis e dez burros selados para deixarem a comunidade em paz, foram atendidas, em parte, pelo Intendente João Francisco de Souza e seu irmão Delegado, Antônio Francisco de Souza (meu pai), pois só conseguiram arrecadar da população três contos de réis (SOUSA, 2005, p. 23).

O mesmo autor retrata que essa relação próxima entre Lampião e o município ainda permanece. Ele enumera alguns momentos relevantes que marcaram a evolução histórica desse município, dentre os quais, o fato de que “em 28 de julho de 1938, o grupo de Lampião é dizimado em Angicos, encerrando-se a fase negra da história do banditismo nesta região” (SOUSA, 2005, p. 24).

Assim, o nosso objetivo foi analisar a ocorrência do emprego de processos anafóricos intertextuais presentes nas entrevistas orais dos moradores dos municípios de Poço Redondo e de Nossa Senhora da Glória a respeito da imagem de Lampião, que articula diferentes pontos de vista a respeito da figura desse cangaceiro que se tornou um grande mito na história do cangaço.

Nessa perspectiva, trouxemos como hipótese a de que é através do diálogo entre textos distintos de sujeitos também diferentes que é possível a construção do ponto de vista diverso sobre a recategorização da figura de Lampião, confirmada por meio das formas referenciais de cada entrevistado.

5.3 Sujeitos da pesquisa e coleta de dados

Para analisarmos o *corpus* proposto, selecionamos oito dos quinze relatos de pessoas residentes dos municípios de Poço Redondo e de Nossa Senhora da Glória. Esclarecemos que nossa investigação tem como *corpus* os dados de pesquisa realizada por Lima (2008). Este *corpus* foi coletado em 2006 e analisado pela Profa. Dr^a. Geralda de Oliveira Santos Lima, na sua Tese de Doutorado, intitulada “O rei do cangaço, o governador do sertão; o bandido ousado do sertão, o cangaceiro malvado: processos referenciais na construção da memória discursiva sobre Lampião”, defendida em 2008, na Universidade Estadual de Campinas.

Nesse sentido, reaproveitamos o mesmo *corpus* nesta Dissertação, mas abordando-o de maneira diferente do investigado na referida Tese, já que os objetivos de ambos os trabalhos são distintos. O critério para a escolha das entrevistas consistiu no fato de que os depoimentos desses moradores revelaram uma quantidade significativa de informações a respeito da imagem de Lampião e sobre momentos de sua vida como cangaceiro (LIMA, 2008).

Outra questão relevante foi que, dentre os oito entrevistados, seis identificados como MGG, JPS, JAO, EC, AAA e ABM vivenciaram a época dos acontecimentos relatados nos testemunhos que constituíram o *corpus* deste estudo. Os outros dois, identificados como ES e JFO, tiveram contato indiretamente por meio das histórias contadas e recontadas por outros moradores dessas localidades ou de outras próximas. Esses oito sujeitos estão distribuídos da seguinte maneira: JPS, EC e ES são moradores de Poço Redondo (um homem e duas mulheres, respectivamente). MGG, JAO, AAA, ABM e JFO (uma mulher e quatro homens, respectivamente) residem em Nossa Senhora da Glória, cuja faixa etária se situa entre 67 e 94 anos e, é interessante registrar, que alguns deles viveram na mesma época em que ocorreu o cangaço.

Por meio das entrevistas, foi possível identificar que alguns deles, também, foram coiteiros e apoiaram as idas e vindas de Lampião. Além desses entrevistados, foram identificados outros cidadãos desses municípios os quais, até o momento de finalização da Tese de Lima (2008), em suas práticas cognitivo-enunciativas, construíram e reconstruíram todo um discurso sobre as ações envolvendo Lampião, ocorridas no período de 1928 a 1938, no Estado de Sergipe.

Esses moradores são familiares de ex-cangaceiros e outras pessoas interessadas em falar sobre o passado, enfim, pessoas que se dispuseram não só a fazer alguns relatos, mas também, de forma sucinta, a dar opiniões a respeito do objeto de discurso pesquisado, e de

outras figuras relacionadas ao cangaço. Dessa forma, através da contínua construção e reconstrução discursiva, conforme o ponto de vista de cada informante, fica evidente o diálogo entre os cotextos distintos, neste caso, entre sujeitos diferentes, que retomam esse mesmo objeto de discurso, Lampião, possibilitando uma variedade de interpretações apresentadas para os fatos históricos.

Na sua pesquisa de doutorado, Lima (2008) utilizou como método de coleta de dados, as entrevistas semiestruturadas. A nossa investigação, a nosso ver, está coerente com os objetivos expostos anteriormente, uma vez que os estudos da pesquisadora possibilitaram o uso de entrevistas como método de coleta de dados e, também, pelo fato de que a pesquisa descritiva proporciona a caracterização do fenômeno que investigamos nesta dissertação, além de promover uma nova visão sobre esta realidade já existente.

Esse tipo de entrevista – a entrevista semiestruturada – é menos estruturada e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo a coleta de dados. Além disso, a entrevista semiestruturada é recomendada nos estudos exploratórios, que visam a abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado. Outro ponto fundamental a ser considerado ao se utilizar a técnica da entrevista é o seu roteiro, uma vez que: “na formulação das perguntas que serão utilizadas em uma entrevista estruturada ou na entrevista informal, deve-se atentar para que sejam padronizadas na medida do possível, para que possam ser comparadas entre si” (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011, p. 8).

Essas entrevistas foram gravadas em arquivo de áudio, transcritas e analisadas posteriormente, conforme os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística de Texto juntamente com os estudos sobre a intertextualidade e o contexto discursivo das práticas referenciais. A opção pela gravação em arquivo de áudio e não por um questionário escrito se justificou pela possibilidade de um discurso mais espontâneo e natural, sem cortes ou edições. Nessas gravações, foi solicitado que os informantes pudessem dar depoimentos sobre fatos ocorridos, ali, no passado e que tinham deixado marcas em suas memórias.

No tocante às definições constitutivas, esta proposta está embasada nos estudos atuais de referência sob a perspectiva sociocognitivo-interacional, enquanto processo em construção e reconstrução dos objetos de discurso, levando em conta as necessidades, objetivos de cada sujeito e de acordo com o contexto, em que esse mesmo sujeito tem a possibilidade de remodelar, reestruturar e recategorizar suas práticas sociodiscursivas e referenciais. Partindo dos estudos feitos até o momento, e tendo como pressupostos teórico-descritivos pesquisas desenvolvidas acerca da memória sociodiscursiva de Lampião, no

tópico seguinte, apresentamos a análise dos dados coletados.

5.4 Análise do *Corpus* – os relatos orais

Para a análise do *corpus* descrito anteriormente, selecionamos e discutimos oito relatos dos cidadãos pesquisados na seção anterior, a saber: ABM²⁵ – entrevista 2; AAA²⁶ – entrevista 4; ES²⁷ – entrevista 5; EC²⁸ – entrevista 6; JFO²⁹ – entrevista 8; JPS³⁰ – entrevista 9; JAO³¹ – entrevista 11 e MGG³² – entrevista 12. Assim, a idade desses moradores era respectivamente: 87, 94, 78, 83, 81, 89, 67 e 86. Para uma melhor compreensão em termos didáticos, utilizamos a mesma nomenclatura de Lima (2008) para identificar os moradores entrevistados. Informamos também que, alteramos somente a paginação dos relatos constante nos Anexos para seguirmos uma ordem numérica das páginas nesta pesquisa. No entanto, eles podem ser encontrados na Tese de Lima (2008), conforme localização das páginas informadas nas notas de rodapé deste tópico.

Como critério de análise, escolhemos o relato de ABM, sexo masculino, 87 anos, residente de Nossa Senhora da Glória, como o texto base, por ter sido a primeira entrevista realizada por Lima (2008). A partir desse relato, analisamos as relações intertextuais de como acontece o processo de recategorização do mito Lampião, por meio de expressões referenciais anafóricas, nos demais relatos dos moradores, possibilitando um diálogo entre esses cotextos distintos. Dessa forma, para a realização dos objetivos expostos anteriormente, optamos pela análise de determinados fragmentos de falas desses moradores, com o intuito de investigar recortes de relações intertextuais sobre essa entidade. E, em seguida, procuramos identificar as expressões referenciais presentes em cada relato no tocante a esse objeto de discurso. Para tanto, utilizamos algumas categorias de análise desenvolvidas no âmbito da LT, como o estudo de anáforas, de contextos (linguístico, social, cognitivo, histórico, cultural, interacional) e do critério da intertextualidade.

Por conta disso, selecionamos este *corpus* para discutirmos, também, como se processa a construção e reconstrução de um mesmo objeto de discurso, o mito Lampião, em

²⁵ Para consultar a transcrição completa do relato, ver Lima (2008, p. 255-258)

²⁶ Para consultar a transcrição completa do relato, ver Lima (2008, p. 264-267)

²⁷ Para consultar a transcrição completa do relato, ver Lima (2008, p. 268-270)

²⁸ Para consultar a transcrição completa do relato, ver Lima (2008, p. 271-273)

²⁹ Para consultar a transcrição completa do relato, ver Lima (2008, p. 277-279)

³⁰ Para consultar a transcrição completa do relato, ver Lima (2008, p. 280-283)

³¹ Para consultar a transcrição completa do relato, ver Lima (2008, p. 289-291)

³² Para consultar a transcrição completa do relato, ver Lima (2008, p. 292-294)

textos ou cotextos distintos (relatos orais de diferentes sujeitos), por meio do uso de expressões linguísticas que se relacionam entre si, isto é, através de relações intertextuais presentes nos relatos. Dentro dessa perspectiva, analisamos esses recortes seguindo a sequência de relatos: ABM, AAA, ES, EC, JFO, JPS, JAO e MGG. Como língua e realidade são instâncias instáveis, a atividade de interação linguística se transforma em um momento de construção de versões da realidade, mais do que apenas uma representação fidedigna dessa suposta realidade.

Nesse sentido, os relatos desses moradores são exemplos de que cada depoente possui, em suas práticas discursivas, posicionamentos e percepções de mundo, de forma distinta, em torno de um mesmo objeto de discurso. Por se tratar de relatos, este gênero discursivo apresenta em sua composição constitucional, características favoráveis à construção de situações comunicativas capazes de comover e convencer o leitor sobre determinadas experiências vividas e histórias contadas e recontadas. Experiências estas que são passadas de geração em geração, ficando na memória coletiva dos sujeitos. Logo, o relato é um terreno discursivo, que aponta as ações realizadas no passado. Discutimos, a seguir, a ST1 (sequência textual 1) abaixo referente ao relato de ABM, nosso texto base:

(ST1) A **história de Lampião** é a seguinte: Lampião era pernambucano e se chamava Virgulino Ferreira da Silva. **Eu era rapazinho** ainda. **Eu me lembro** que ele ficou **aqui em Sergipe**, bastante de tempo e **eu me lembro porque eu** levava de-comer pra ele e mantimento. **Eu tinha só 17 anos quando eu** levava mais outro coiteiro bóia pra ele. **Eu lembro de tudinho. Nesse tempo** o governo do Estado era Eronildes de Carvalho (...). **Eu ainda acompanhei Lampião** durante sete meses.[...]. E pra tornar **a história mais curta**, (...). **Nesse tempo, eu era moleque ainda bem novinho** [...]. (Rel. de ABM – entr2³³).

Os fragmentos acima destacados em negrito apresentam, na sua dinamicidade textual, marcas linguísticas intertextuais que caracterizaram acontecimentos importantes registrados na memória do interactante, demonstrando suas práticas comunicativas conforme os conhecimentos de mundo que ele possui. Complementando este pensamento, Trindade e Noronha (2016) argumentam que não há produção de texto, seja escrito ou oral, isento da ação de outros textos. Em virtude disso, evidenciamos nos demais relatos a presença de uma intertextualidade temática, visto que os demais depoimentos selecionados para esta pesquisa

³³ Relato de ABM – entrevista 2

reconstroem ou recategorizam o mesmo objeto de discurso, por meio do uso de expressões linguísticas similares (idênticas) acrescentadas de seus pontos de vista e conhecimentos de mundo, às vezes, diferentes por parte dos entrevistados.

A partir dessa explicação, constatamos que qualquer produção não está isenta de sofrer influências de outros textos. Dentro dessa dinamicidade, “os já-ditos possibilitam uma renovação contínua, tendo em vista que um intertexto sempre construirá novos sentidos. E estes darão forma a novas ideias, conceitos e ideologias.” (TRINDADE; NORONHA, 2016, p. 14). Conforme o dito, o processo de relatar retoma outros dizeres que pressupõe o caráter dialógico de todo discurso e o atravessamento de vozes que representam diferentes lugares sociais que se estabilizam e se desestabilizam no momento das interações (CAVALCANTE; BRITO, 2011, p. 260-261). Como podemos constatar, ABM não somente presenciou e vivenciou, em alguns momentos de sua vida, algumas ações de Lampião [...] *eu me lembro porque eu levava de-comer pra ele e mantimento.*), mas também viveu em sua companhia durante algum tempo (*Eu ainda acompanhei Lampião durante sete meses.[...] E pra tornar a história mais curta, [...]. Nesse tempo, eu era moleque ainda bem novinho, [...]*). Esse informante possui uma visão positiva sobre o referente em estudo. A partir dessa informação, selecionamos abaixo algumas expressões referenciais utilizadas por ABM, as quais reconstroem, ou melhor, recategorizam o objeto de discurso Lampião. Vejamos, a seguir, a sequência textual 2 (ST2):

(ST2) [...] quando o bando chegou no quartel [de Ribeirópolis], aí, **Lampião**, por ser **muito cuidadoso**, cortou os fios de passar telegrama pra que a polícia não pudesse se comunicar com Itabaiana que era a cidade mais perto dali. Aí **Lampião** disse pro delegado [...] o senhor tem um dinheirinho aí pra me dar? [...] “eu não tenho dinheiro hoje não. Aí, **o rei do cangaço** disse: “então tá certo, você tá sendo verdadeiro, você não tem dinheiro mermo”. Mais aí **Lampião** [...] viajou de cabeça arriba, foi aí pros lado de Frei Paulo onde **o capitão Virgulino** tinha uns amigos lá nesse tempo. Eram uns fazendeiros de lá que gostavam **dele**, porque **Lampião** era **uma pessoa amigüeira** e quem gostasse dele era amigo dele de verdade (Rel. de ABM – entr2).

Essas expressões destacadas, em negrito, e selecionadas por ABM demonstram toda uma carga semântica em cima da imagem que ele possui a respeito de Lampião. No seu relato, ABM introduziu o referente aqui estudado pela expressão resgatada de sua memória, a partir de suas lembranças. Ao recategorizar o referente Lampião, o informante torna evidente

a construção do seu ponto de vista (*o capitão Virgulino tinha uns amigos lá [Frei Paulo] nesse tempo. Eram uns fazendeiros de lá que gostavam dele, porque Lampião era uma pessoa amigüeira e quem gostasse dele era amigo dele de verdade*). Por esse ângulo, o processo de referenciação leva em conta as relações intersubjetivas e sociais, mediante as versões de mundo publicamente elaboradas pelos sujeitos sociais, e não a relação existente entre as palavras e as coisas (MONDADA, 2001).

Conforme posicionamento de Koch, Bentes e Cavalcante (2008), a intertextualidade quando tomada em sentido amplo, ou seja, para estabelecer qualquer relação de diálogo entre um texto e outro, sem necessariamente haver a materialização do intertexto, classifica-se como sendo intertextualidade *lato sensu*, enquanto aquela em que o intertexto se materializa em outro texto é chamada de intertextualidade *stricto sensu*. A cultura de determinado povo é fruto de um processo intertextual, uma vez que cada produção humana dialoga necessariamente com outras.

A partir dessa perspectiva, podemos observar no recorte selecionado a não materialização de um intertexto, pois seria necessário que tivéssemos realizado algum tipo de citação ao texto fonte. Nesse caso, se pensarmos nas expressões dêiticas (em ST1) presentes nos enunciados destacados acima (**Eu** era rapazinho ainda. **Eu me** lembro que ele ficou **aqui** em Sergipe bastante de tempo [...], podemos dizer que esses dêiticos negritados fazem o papel de apontar, indicar não um intertexto materializado, mas um conjunto de conhecimentos registrados na memória discursiva e coletiva dos sujeitos a respeito de uma temática comum a todos os envolvidos.

No interior desse posicionamento, o que podemos perceber é que esse relato pode se configurar como sendo o próprio intertexto, pois é a partir dele que observamos como os relatos posteriores se remetem a ele, como forma de citação. Na próxima sequência textual 3 (ST3) de autoria de AAA, selecionamos alguns trechos nos quais o depoente utilizou expressões referenciais dêiticas memoriais que remeteram ao nosso texto base. Essas expressões dêiticas definem relações estritas com o primeiro texto porque há uma relação dialógica entre eles. Vejamos:

(ST3) **Eu prefiro não me lembrar disso**, não! [...]. Mas sempre via falar de Lampião né? **Naquele tempo de Lampião**, [...] o povo dizia: “**Eu** vou **lá** nada! Vou **lá** pra morrer!” Outro dizia: “se **a gente** cair nas unhas do povo de Lampião pronto acabou” [...]. **Nesse tempo... No tempo de Lampião**, ele chegava **na casa do povo** e falava: - “o que se come **aqui**”? – “**Aqui** se come qualquer coisa”! [...] Lampião era **um homem decente**, nunca

roubou e não gostava de quem dizia que ele era um ladrão por isso é que ele começou a matar gente e quando os caras disseram que ele tinha roubado um chocalho, né? Então ele não aceitou essa desfeita e começou essa desforra, foi **aí**, que começou tudo... Começou essa vida de ser chamado de o bandoleiro, o malfeitor [...]. Assim o povo conta né?! [...]. (Rel. de AAA – entr4³⁴)

Conforme essas marcas linguísticas em **negrito**, percebemos que cada morador conta ou reconta histórias que se tornaram marcantes em suas vidas. Por isso, o fenômeno da referenciação assume uma visão interativa e sociocognitiva, na medida em que a produção de sentidos é uma construção dinâmica realizada por sujeitos sociais nas suas práticas discursivas, de modo que os referentes são concebidos como objetos de discurso elaborados e reelaborados nessas práticas. Esse fragmento (ST3) faz referência a situações (fatos) ocorridas em um passado um pouco distante, mas que continua muito presente em suas memórias, pois o movimento do cangaço é fruto de várias visões de quem seriam os cangaceiros.

Outro aspecto fundamental é que na intertextualidade ampla, existem elementos semânticos pontuais que podemos denominá-los de intertextualidade estrita, dado que há partes de um texto presentes em outro(s) (o povo dizia: *“Eu vou lá nada! Vou lá pra morrer!”* Outro dizia: *“se a gente cair nas unhas do povo de Lampião pronto acabou”*). Além disso, na visão de Cavalcante, Faria e Carvalho (2017), a intertextualidade é compreendida como fenômeno textual-discursivo que abriga, de forma mais ou menos explícita, as relações entre textos, gêneros e estilos. Na definição das autoras, o (co)texto é assumido como unidade de análise, do qual se devem aferir marcas tangíveis, referentes a conteúdos, formas e/ou estilos de outros textos ou autores, capazes de indiciar o fenômeno.

Em nosso entendimento, a intertextualidade pode se estabelecer por remissões de diversos tipos, tais como ao léxico, a estruturas fonológicas, a estruturas sintáticas, ao gênero, ao estilo, ao tom, dentre outras. Nessa perspectiva, importa, antes, a copresença de textos, parâmetros genéricos ou de estilo(s) de autor(es), que pode ou não ser reconhecida pelo interlocutor. (CAVALCANTE; FARIA; CARVALHO, 2017, p. 11-12).

A partir dessa abordagem, as autoras subdividem a intertextualidade em estrita e ampla. A intertextualidade estrita é identificada através da copresença ou transformação de um texto específico, ou recortes dele, em outro texto (No tempo de Lampião, ele chegava na casa do povo e falava: - *“o que se come aqui?”*- *“Aqui se come qualquer coisa”*!). Já a

³⁴ Relato de AAA – entrevista 4

intertextualidade ampla acontece por indícios alusivos à forma composicional de um padrão de gênero; ao estilo de um autor deduzido de vários de seus textos; ou a uma temática particular divulgada por diversos textos. “O que dá um caráter amplo a essa intertextualidade é o fato de o diálogo não se dar entre textos individuais e de essa ligação acontecer por mecanismos de alusão a traços de composição de gênero, de estilo de autor ou de tema de textos” (CAVALCANTE; FARIA; CARVALHO, 2017, p.12).

No tocante à temática, percebemos que os relatos possuem esse tipo de intertextualidade ampla. Ela é confirmada pela relação de diálogo que dois ou mais textos mantêm entre si, compartilhando um mesmo tema, embora com acento valorativo diferente, visto que um texto é tomado dialogicamente por outro, devido à nova situação comunicativa no qual é usado, passa a atender a novos objetivos e a construir novos sentidos. Isso é possível pelo fato de que o texto é um processo dinâmico-interacional com a participação ativa dos interactantes. Ainda sobre o relato de AAA, selecionamos, na sequência textual 4 (ST4) abaixo, algumas expressões referenciais anafóricas para o mesmo objeto de discurso, Lampião. Podemos verificar que este entrevistado trouxe no seu discurso visões (fatos) ora positivas ora negativas sobre a figura do cangaceiro mais conhecido no sertão nordestino:

(ST4) [...] **Lampião** era **um homem decente**, nunca roubou e não gostava de quem dizia que ele era um ladrão por isso é que ele começou a matar gente e quando os caras disseram que ele tinha roubado um chocalho, né? Então ele não aceitou essa desfeita e começou essa desforra, foi aí, que começou tudo... Começou essa vida de ser chamado de **o bandoleiro, o malfeitor. O bandoleiro** que andou, andou... Andou muito por esse mundo todo. **O rei do cangaço** andava aqui e acolá, mas eles, eu mesmo nunca vi, nunca vi eles não. Eu via a notícia: **o bandido Lampião** passou ali! **O bandido** passou acolá. E um dia mesmo eu tava em casa, eu era solteiro, rapaz novo, tava mais a minha mãe e um magote de irmãos, aí, a gente teve a notícia: **O bandoleiro maldito** ta ali no algodão e ele vai passar por aqui. Aí a velha minha mãe se alvoroço e disse: - quando **aquele bandido maldito** passar aqui não vai deixar ninguém vivo! (...).Tem muitos causos sobre **o homem do cangaço** uns causos faziam medo assim o povo conta. (Rel. de AAA – entr4).

Toda história é carregada de interpretações e conhecimento de mundo, de vivências, experiências compartilhadas, que contribuem para que esse morador possua posicionamentos diversos. Evidenciamos, nesse fragmento (ST4), que este morador ao introduzir o referente principal – Lampião –, logo em seguida o recategoriza por meio do uso da expressão

anafórica “*muito decente*”, utilizando-se, assim, de um atributo positivo e, paulatinamente, vai construindo-o e reconstruindo-o, por meio de uma cadeia de expressões referenciais (*o rei do cangaço, o bandido Lampião, o bandoleiro maldito*), de acordo com sua visão e, também, conforme as visões que foram passadas para ele. As expressões selecionadas possibilitam maneiras distintas de se interpretar o mesmo referente. Então, podemos perceber que um mesmo objeto de discurso recebeu diferentes formas referenciais, que modificaram (recategorizaram) seu *status* ao longo do texto.

Como podemos ver, esse depoente o considerava “*um homem decente*”, e que “*Lampião não foi tão perigoso assim. Perigoso era a força volante*”. Um mesmo referente pode ser recategorizado várias vezes a partir da bagagem cultural que o informante tem e vai adquirindo ao longo de sua existência. Outra questão a ser considerada, é que apesar de ser bandido, Lampião não era temido. E, nessa época, os oficiais de polícia, as forças volantes, eram temidos, ao invés de manter a segurança e serem admirados pela população.

Nesse sentido, na visão do homem sertanejo, os cangaceiros são exemplos de herói, pois são corajosos em enfrentar as forças policiais e também pelo fato de não se submeterem às imposições do governo e dos poderosos da terra. Esse comportamento independente dos cangaceiros aumentou a admiração do sertanejo pelo cangaço, que foi visto como um modo de resistência (MENESES, 2012). Dando continuidade às análises, na próxima sequência textual 5, o morador identificado como ES (entr5), utilizou as seguintes marcas linguísticas que remeteram ao nosso texto base, o relato de ABM. Vejamos:

(ST5) Lampião era **um criminoso sem igual. Um homem muito cruel**. Não existia **em tempo algum atrás** alguém pior do que Lampião [...]. **Naquele tempo**, foi **um tempo de muito sofrimento**. [...] o povo vivia assustado com ele e **aí quando se sabia** que ele estava **por perto** todo mundo se escondia no mato, fugia, às vezes, **pra bem longe** com medo dele e de seus cabras que eram perversos como Lampião. Se contam muitos causos de Lampião... **Nesse tempo do cangaço**, [...] sabe moça, **eu nem gosto de lembrar** da maneira que ele morreu. Lampião era **um homem malvado**, né? Mais não precisava acabar com aqueles cangaceiros daquele jeito, não (Rel. de ES – entr5³⁵).

Essas expressões (sintagmas) em negrito dialogam com os textos anteriores porque os depoentes se utilizaram de elementos linguísticos (co)textuais similares (idênticos), como estratégia de construção textual para se referirem a um tempo passado, ou seja, eles dialogam

³⁵ Relato de ES – entrevista 5

entre si, compartilhando a mesma temática. Esse processo de se referir a um tempo e espaços demarcados na memória nos fornece informações a respeito da intertextualidade ampla (*Naquele tempo, foi um tempo de muito sofrimento. [...] o povo vivia assustado com ele e aí quando se sabia que ele estava por perto todo mundo se escondia no mato, fugia, às vezes, pra bem longe*). Esse tipo de intertextualidade possibilita um diálogo tangível entre um texto e um conjunto de textos. “Dá-se pela imitação de parâmetro(s) genérico(s) e/ou de estilo(s) de autor(es), bem como pelas alusões não a textos particulares” (CAVALCANTE; FARIA; CARVALHO, 2017, p. 19).

Essas pesquisadoras argumentam que a intertextualidade ampla se diferencia da estrita posto que não é possível se atribuir o fator de intertextualidade a um único texto fonte a que se recorreu. Isso é devido ao processo de imitação, pois abstrai um padrão não de um único texto, mas sim de um conjunto de textos. Da mesma forma, “as alusões amplas não convocam a memória de um texto específico, mas remetem difusamente a vários textos que abordaram determinada temática ou situação interacional” (CAVALCANTE; FARIA; CARVALHO, 2017, p.19). Portanto, verificamos essa questão da intertextualidade ampla no diálogo entre os (co)textos distintos produzidos por moradores das localidades pesquisadas com visões e pontos de vista diversificados. Trouxemos mais uma sequência textual 6 (ST6) retirada do mesmo relato de ES (entr5), cujo objeto de discurso é renomeado ou recategorizado, de forma negativa, por meio de expressões referenciais anafóricas usadas pelo entrevistado:

(ST6) Lampião era **um capeta** em vida fez muita gente sofrer. [...] Quando Lampião veio aqui levou tantas coisas de nós. Se precisava ver que **o comportamento daquele homem** não era **de gente não**, ele agia **como um bicho**, ele era **um verdadeiro demônio**, (...). Então, aí **o cangaceiro sanguinário**, porque ele gostava de judiar mesmo, disse assim: “eu vou cortar uma orelha quem sabe você não pode escutar”? E mandou Corisco cortar. (...) Ele, como os outros cangaceiros, pintou e bordou... Né? Por esse sertão afora, é, afinal ele era **um bandido malvado**, sabe! Nesse tempo do cangaço muito gente penou porque **Lampião era um cara muito vingativo**, [...] (Rel. de ES – entr5).

Conforme essas expressões linguísticas, evidenciamos que o ponto de vista desse entrevistado era totalmente negativo sobre a imagem de Lampião. Nesse trecho, percebemos que ao tratar o referente principal, Lampião, como “*um capeta*”, “*um verdadeiro demônio*”, o entrevistado dialoga com textos de caráter bíblico, pois esse sintagma nominal faz menção a

um dos títulos mais comuns atribuído à entidade sobrenatural maligna da tradição cristã. É tratado como a representação do mal, em sua forma original de um anjo querubim, responsável pela guarda celestial, que foi expulso dos Céus por ter criado uma rebelião de anjos contra Deus com o intuito de tomar-lhe o trono.

Verificamos que nesse fragmento há uma série de designações (*um verdadeiro demônio, o cangaceiro sanguinário, um bandido malvado, um cara muito vingativo*) para o mesmo referente, na forma de correferencialidade. Isso nos permite um tratamento textual contínuo com manutenção e variação de itens lexicais fundados em dados co(n)textualmente introduzidos. Essas escolhas significativas são realizadas em função de um querer dizer do sujeito a partir de ações coletivas lembradas, retomadas no confronto de memórias.

Além disso, esse posicionamento avesso de ES (entr5) foi proveniente de seu sofrimento em alguns momentos de sua vida ao ter contato com o cangaceiro, como nesta sequência textual: “*não existia em tempo algum atrás alguém pior do que Lampião. Até aquele que tinha feito mal a minha vizinha e me raptou que Deus o tenha, não foi tão ruim como Lampião*”. O relato pessoal se utiliza de uma estrutura que permite ao falante o fortalecimento de sua identidade por meio da operação com reflexões sobre seu próprio universo, propiciando ao sujeito voltar-se para si, buscando a compreensão sobre seu eu. Esse gênero relato, além de tratar de questões individuais do sujeito, também, integra esse mesmo ser ao contexto sociocognitivo-interacional através da troca de experiências apresentadas nas exposições orais.

A partir das expressões referenciais acima citadas (ST6) por ES, percebemos que é inerente à linguagem a (re)elaboração das práticas sociocomunicativas e que não há uma realidade acabada, mas que é construída e reconstruída, possibilitando ao sujeito criar e recriar versões diferentes de uma mesma realidade. Ao passo que estamos interpretando e produzindo, estamos também modificando os referentes, recategorizando os objetos de discurso. A recategorização referencial está atrelada à possibilidade de um determinado referente passar por mudanças no decorrer da construção dos sentidos de um determinado texto, e as expressões que permitem esse fenômeno são denominadas de anáforas recategorizadoras (*um capeta, um verdadeiro demônio, o cangaceiro sanguinário*).

No interior dessa abordagem, Nobre (2014) diz que os conceitos de texto, na atualidade, vão além da materialidade semiótica. Afirmar que o texto é visto a partir de uma perspectiva sociocognitiva e interacionista da linguagem, em que a interação e o processo comunicativo são privilegiados e não mais o mero produto material. Texto não é mais entendido somente como um produto, algo acabado, mas como um processo de interação,

com significados que emergem desse processo. O leitor, nesse sentido, tem sua função ressaltada, uma vez que lança mão de estratégias variadas (inferências, ativação e reativação de conhecimentos prévios (enciclopédico, histórico, cultural, etc.) para a construção de uma possível leitura legitimada por pistas textuais, na medida em que o texto admite uma pluralidade de leituras e sentidos.

A partir dessas questões já discutidas, fizemos um breve comentário a respeito da fala de EC (entr6), na qual, visualizamos algumas recorrências textuais, ou marcadores linguístico-textuais, com função intertextual, pois remetem a outros ditos, em outras situações de interação, presentes, também, na memória sociodiscursiva da entrevistada. Vejamos a sequência textual 7 (ST7) a seguir:

(ST7) **Era um sofrimento só quem viveu sabe. [...] Uma vez** papai vinha de Serra Negra com um comboio de burro que ele tinha, carregado de farinha, quando passou **na fazenda, nesse tempo**, Lampião fez o destacamento correr, todas as pessoas fecharam as portas [...]. **Naquele tempo de Lampião** se chamava Boca da Mata. [...]. Quando ele entrou no bando eu tava mais papai, em Floresta, que papai tinha um terreno **lá... me lembro muito bem dessa vez. [...] A imagem daquele homem continua gravada na nossa mente.** (Rel. de EC – entr6³⁶)

Diante do exposto (em ST7), essas porções textuais, em negritos, possibilitaram relações intertextuais com os demais relatos já expostos anteriormente. Porções estas (“[...] *quando passou na fazenda, nesse tempo, Lampião fez o destacamento correr, todas as pessoas fecharam as portas*”) que funcionam como dêiticos de memória, uma vez que conforme Cavalcante (2003), os referentes possuem acesso fácil na memória dos interlocutores e podem referir na ausência de qualquer designação de seu referente sem que ele esteja presente no momento da comunicação. Nesse sentido, o pronome demonstrativo (“*aquela*”) tem a função de trazer para o leitor a evidência desse referente como se ele tivesse sido citado no texto, evidenciando para o sujeito o lugar no qual ele deve buscar o(s) referente(s).

Outro termo usado por EC (entr6) foi “*lá*” (“*Quando ele entrou no bando eu tava mais papai, em Floresta, que papai tinha um terreno lá... me lembro muito bem dessa vez.*”) que se denomina como dêitico espacial, já que aponta para informações sobre lugar, remetem ao lugar em que se encontra o enunciador. Além disso, os elementos linguísticos que

³⁶ Relato de EC – entrevista 6

demarcam esses dêiticos no cotexto são os advérbios ou locuções adverbiais, como também os determinantes e pronomes demonstrativos (CAVALCANTE, 2016). Nesse fragmento (ST7), as expressões não são apresentadas como novas ou desconhecidas do leitor que evoca um referente que parece ser tão óbvio como se já tivesse sido explicitado no texto.

Apesar de esses relatos serem de moradores diferentes, com visões diversificadas sobre um mesmo objeto de discurso, percebemos que há, mesmo assim, um diálogo possível entre esses textos produzidos por sujeitos distintos, cada um a seu modo, recategorizam a figura de Lampião conforme suas vivências e as histórias contadas e recontadas. Evidenciamos que a depoente escolheu, ao longo de sua fala, a expressão referencial “*a imagem daquele homem*”, para recategorizar e/ou reconstruir a memória discursiva do objeto de discurso Lampião. Apesar de seu posicionamento não estar totalmente demarcado, é possível percebermos que a entrevistada possui visão negativa a partir do trecho: “*Era um sofrimento só quem viveu sabe*” (em ST7).

Vemos, então, que a referenciação é uma proposta teórica de caráter dinâmico, a qual resulta da negociação entre interlocutores envolvidos, tornando-se, assim, um processo negociado, cooperativo, intersubjetivo e consensualmente compartilhável, visto que os sujeitos participam ativamente da interação, de modo que vão estar sempre negociando os sentidos construídos. Essa construção só é possível, se cada indivíduo compreender as ações dos outros sujeitos, levando em consideração a “bagagem de conhecimentos de cada indivíduo e de circunstâncias contextuais momentâneas” (CAVALCANTE, 2016, p. 110).

Os sentidos são construídos na elaboração de enunciados que rodeiam os sujeitos e que compõem o mundo. “Esses sentidos brotam dos seres humanos que, dotados de intenções discursivas, transformam o conhecimento e moldam suas concepções e visões e, conseqüentemente, seus discursos sofrendo influências, também, de inúmeros fatores” (SANTANA, 2015, p. 29). É na construção desses textos ou discursos, diante de um grande leque de intenções discursivas, que se relacionam linguagem e contexto. É importante perceber como as informações de um determinado fato, acontecimento, sofrem adequações ou transformações, dependendo dos diversos contextos, sejam eles sociais, históricos, culturais, interpessoais, sociocognitivos, geográficos, dentre outros.

Os elementos que compõem os vários tipos de contextos são baseados nos conhecimentos dos indivíduos, nas suas crenças e nas suas intenções argumentativas. “De um ponto de vista linguístico, é preciso dizer que o contexto entra na construção do sentido dos enunciados. Com efeito, todo enunciado, por mais breve ou complexo que ele seja, tem sempre necessidade de um co(n)texto” (ADAM, 2008, p. 52). Pelo fato de os próprios sujeitos

construírem o contexto, com seus aspectos (inter)subjetivos e com suas interações enquanto membros de grupos e comunidades, confirmamos esta questão no relato seguinte de JFO (entr8) identificado pela sequência textual 8 (ST8):

(ST8) **No tempo dos cangaceiros** eu sofri tantas coisas... Eu já sofri tanto! A gente só vivia descarrado, não era tanto dos cangaceiros como era das forças do governo. A gente vivia **pelo mato**. Tudo isso eu já passei na minha vida. **Um dia mesmo**, a volante³⁷ chegou **lá na casa** de meu pai... **Naqueles tempos** a gente morava no interior [...], **nesse tempo** o dinheiro era muito difícil. O patrão agradava a eles assim com bebida boa, com cigarro, com charuto... **Tinha dia** que a gente saía, [...] Tem muitos comentários **ainda hoje** [...] Eu não gosto nem de lembrar [...]. **Agora** contam que [...]. **Naquele tempo do cangaço... Muitas lembranças para sempre ficou na vida da gente do sertão** (Rel. de JFO – entr8³⁸).

A partir de suas intenções, vivências e pontos de vista, esse entrevistado vai remodelando o contexto vivenciado por ele à época do cangaço. Esta afirmação é expressa conforme os fragmentos (e sintagmas) acima destacados, nos quais o contexto imediato, por exemplo, vai sendo construído conforme as negociações ocorridas pelos sujeitos ao longo de sua atividade comunicativa. Dessa maneira, na visão de Van Dijk (2012), o contexto é um conceito dinâmico, sendo construtos subjetivos dos interactantes, e amplamente planejado. Portanto, a nosso ver, e por ser planejado, o contexto faz parte de uma intertextualidade mais ampla, uma vez que esta é algo planejado. Mesmo que o interlocutor não recupere a relação intertextual (nos casos das alusões, principalmente), ela vai existir, pois o produtor do texto teve a intenção de estabelecer uma relação intertextual e esperava que os interlocutores a identificassem. Nesse sentido, conforme o relato de JFO (entr8), o próprio depoente compartilhou experiências vivenciadas no passado, contando fatos de sua história, em uma situação interacional cujo conhecimento sobre Lampião já deveria fazer parte daquele que ouviu seu relato. Ou seja, o interlocutor é um possível detentor de um conhecimento partilhado culturalmente.

É nessa interação face a face, de trocas entre “indivíduos que vários contextos podem estar presentes e influenciarem no estabelecimento dos sentidos, na reconstrução da realidade,

³⁷ Forças oficiais que perseguiram os cangaceiros, com o objetivo de encontrá-los e dizimá-los. Essas forças eram formadas não apenas por polícias, mas também por “indivíduos que procuravam obter lucro pessoal, matando cangaceiros e ficando com os seus pertences, como ouro, dinheiro, etc.” (FERREIRA; AMAURY, 1997, p. 19). As volantes eram denominadas dessa forma pelo fato de alguns policiais estarem em constante busca pelos cangaceiros, seguindo suas pistas, a fim de capturá-los.

³⁸ Relato de JFO – entrevista 8

na formação de pontos de vista e na criação e recriação dos *objetos de discurso*” (SANTANA, 2015, p. 31). No tocante às expressões referenciais, JFO (entr8) recategorizou anaforicamente a imagem de Lampião recorrendo a algumas delas, vejamos: “*esses homens de Lampião*”; “*os cangaceiros de Lampião*”; “*aqueles homens do cangaço*”; “*o bando de cangaceiros*”; “*os bandidos de Lampião*” (Assim quando “*esses homens de Lampião*” chegavam lá em casa, eles tomavam conta... *O bando de cangaceiros* vinha, chegou perto, aí, eles pegaram um carro de boi e chegaram na casa de Antônio Rufino, e fizeram um forró).

Esse conhecimento partilhado de uma época específica da história do cangaço manifesta-se, sobretudo, através desses marcadores temporais presentes no relato (ST8) (*no tempo dos cangaceiros, naquele tempo do cangaço, um dia mesmo, ainda hoje, agora*), os quais designam para o interlocutor uma relação intertextual explícita. Relação esta que se caracteriza pela possibilidade que se tem de resgatar o intertexto pela menção feita desses recursos linguísticos em outros textos aqui já analisados. Esse resgate, a nosso ver, também, pode ser realizado por meio das expressões referenciais (*Eu vi muitas vezes “balas enfeadas nas rochas”*), em negrito, seleccionadas pelo informante JPS (entr9) em seu relato. Vejamos a sequência textual 9 (ST9) a seguir:

(ST9) Eu vi muitas vezes **balas enfeadas nas rochas**. **Nas pedras** ainda tem **muita bala enfeada por lá**, né? **Naquela época...** o povo dizia que ele trazia armamentos, mas tem **muitas histórias sobre ele**, umas fazem até medo contar. O povo comenta **ainda hoje** que **o capitão Lampião fez muita coisa boa para os pobres**, mas ele fez **muita malvadeza** também. O povo fala que ele saqueava lojas e dava de presente ao povo mais pobre. [...], o **povo dessa redondeza conta muitos causos** [...]. (Rel. de JPS – entr9³⁹)

Para situar o leitor, é necessário que esse tenha em mente alguns conhecimentos já partilhados culturalmente a respeito desse fato histórico relatado por JPS sobre o período do cangaço, movimento social ocorrido no século XIX e, conseqüentemente, sobre o cangaceiro mais famoso à época, Lampião. Com esse conhecimento em mente, o coenunciador entenderá que os sintagmas destacados, em negrito, remetem a um dado momento da história. Diante disso, concordamos que os diversos contextos, aos quais já nos referimos, são flexíveis e dinâmicos, podendo ser negociados pelos sujeitos nas suas práticas sociodiscursivas, ou seja, a realidade é construída e reconstruída a partir dos fatores histórico, social, cognitivo, havendo, dessa forma, a troca de conhecimentos entre os interactantes da comunicação.

³⁹ Relato de JPS – entrevista 9

Essas expressões, em negrito, confirmam, mais uma vez, que os textos (relatos orais) são concebidos enquanto fenômeno multifacetado, ultrapassando os limites da materialidade linguística. Sob essa abordagem, não apenas os elementos verbais, mas também os elementos não verbais contribuem para a construção de sentidos dos sujeitos ao interagirem com o texto. Além disso, essa visão nos permite entender que os sentidos do texto não estão apenas na superfície textual, no cotexto, mas que eles são construídos na interação locutor-texto-interlocutor, a qual faz parte de um contexto global. Dentro dessa perspectiva, podemos entender que os relatos estão em um contexto imediato, pois consideram a situação de comunicação e, também, fazem parte de um contexto amplo, uma vez que permite o viés sociocultural.

Ainda, como já mencionamos antes, nesse processo interacional negociado, estão presentes os conhecimentos prévios do interlocutor, seus saberes, crenças, valores, pontos de vista, o modo como interagem, o uso de expressões referenciais e inferências adequadas à situação contextual. Por se tratar de relações dialógicas intertextuais, concordamos com a perspectiva de Cavalcante, Faria e Carvalho (2017), visto que elas asseveram que a intertextualidade ampla se configura pelo fato de o diálogo não se dar entre textos individuais, mas sim, entre um conjunto de textos, compartilhando uma mesma temática. No tocante à reconstrução, ou à manutenção do objeto de discurso (Lampião) na progressão textual, o entrevistado JPS (entr9) retoma ou renomeia tal referente, em seu relato, recorrendo principalmente ao processo da correferencialidade (uso de anáforas diretas). Para uma melhor visualização, observemos a sequência textual 10 (ST10) a seguir:

(ST10) João Bezerra e os seus comandados foram eles os que cercaram a Grota do Angico e acabaram **com esse grande lutador dessas terras**, por que ele lutou muito pra se defender dos homens da volante. [...] que **o capitão Lampião** fez muita coisa boa para os pobres, mas ele fez muita malvadeza também. [...] Tinha aqueles que chegavam lá e faziam um malfeito e se faziam passar por **Lampião**. Eles se apresentavam como sendo **o chefe do cangaço, o capitão Virgulino**, né? Só que não era **o capitão do cangaço** não (Rel. de JPS – entr9)

Todas essas expressões referenciais são exemplos de que a construção de sentidos entre os textos depende das experiências de vida de cada sujeito entrevistado. Como o referente principal remete a conteúdos nominais do texto, podemos percebê-lo a partir dos sintagmas nominais selecionados por JPS (*esse grande lutador dessas terras, o capitão*

Lampião), que nos processos referenciais, essas expressões linguísticas são designadas como anáforas, pois estão relacionadas com a continuidade do referente no texto, ou seja, as diferentes maneiras pelas quais o referente é retomado.

A partir desses sintagmas nominais, verificamos que o sujeito faz parte de uma atividade comunicativa negociada, corroborando, assim, com o posicionamento de Cavalcante (2016) quando ela afirma que a referenciação leva em conta o cognitivo e o social. Isto quer dizer que, no processo de construção dos referentes (objetos de discurso), vários conhecimentos do falante são ativados. O social contribui para que o falante entenda e analise as expressões referenciais utilizadas num determinado texto. E o cognitivo é fundamental porque o usuário da língua pode perceber que os interlocutores escolhem maneiras diversas de se expressar na produção e recepção dos textos.

Dois pontos nos chamaram a atenção sobre o relato de JPS. O primeiro foi quando esse informou o seguinte: “[...] *O povo fala que ele saqueava lojas e dava de presente ao povo mais pobre. [...]*”. Consideramos esse trecho um exemplo de intertextualidade ampla e ao mesmo tempo implícita, pois se o sujeito possuir algum conhecimento prévio sobre a temática saberá que se remete a uma memória coletiva sobre o herói mítico inglês, *Robin Hood*. Este era considerado um fora-da-lei que roubava da nobreza para dar aos pobres. Viveu no século XII e era hábil no arco e flecha e vivia na floresta.

Dessa maneira, percebemos que esses textos estão carregados de outros já existentes e estão, de certa forma, ao alcance dos sujeitos. Então, o cangaceiro Lampião apesar de ser considerado bandido, era também visto como uma espécie de *Robin Hood* sertanejo (LIMA, 2008, 2018). Ele agia em favor dos mais necessitados, pois realizou várias caridades para quem precisava de ajuda.

O segundo ponto se refere à relação intertextual existente entre pessoas consideradas comuns, com pouca instrução escolar que explicita falas que são também de historiadores. Verificamos isso neste fragmento: “[...], *ele fazia aquilo ali, mas quando ele ia rezar colocava o joelho no chão e pedia perdão a Deus por tudo aquilo que ele estava fazendo, pois, ele era forçado, não era a vontade dele. [...]*”. Neste trecho, podemos evidenciar que Lampião era religioso e tinha muita devoção com o Padre Cícero.

Na visão do pesquisador Souza (2004), Lampião, ao longo das rezas de terços, muitos pedidos eram feitos. Contudo, havia um pedido que era comum a cada um deles: o fechamento de corpo e a pontaria certa. Além dessa prática coletiva, havia todo um misticismo particularizado, por exemplo, o uso de rosários no pescoço. Para os sertanejos, o corpo de uma pessoa pode ser protegido contra qualquer mal através de orações. As orações,

quase sempre copiadas à mão, passavam de pessoa para pessoa, mas poderiam ser também compradas em folhetos, como os da literatura de cordel. Lampião tinha diversas dessas orações, quando morreu em Angico, uma delas era a “Oração da Pedra Christalina”.

Ao longo do relato de JPS (entr9), evidenciamos que uma mesma “realidade” pode ser expressa por meio de várias maneiras, podendo ser traduzida em diferentes versões, dependentes de diversos fatores, como intencionalidade, consideração da aceitabilidade, momento sócio histórico, dentre outros (CUSTÓDIO FILHO, 2011). No penúltimo relato selecionado nesta pesquisa, identificado como JAO (entr11), o entrevistado, a partir desta sequência textual 11 (ST11), assim, posicionou-se acerca da imagem de Lampião, recorrendo a alguns sintagmas ou expressões referenciais com sentido intertextual:

(ST11) [...] contam **os mais velhos** que **o bandido e seu bando** mataram três soldados e levaram as armas deles. **Esse cangaceiro malvado** deixou muita história pra ser contada por esse sertão afora e a gente sabe **de outras histórias desse bandido malvado** porque a gente ouvia sempre **as pessoas falando de Lampião e sua gente**. [...]. O povo do sertão ainda se lembra bem e eu acho que vai ser difícil de se esquecer, sabe? **Quem é que nunca ouviu falar de Lampião?** [...] Muita gente sabe contar **muitas estórias de sua passagem por aqui**, de alguns fatos verdadeiros que aconteceram. **Naquela época... no tempo de Lampião** [...] **entre essas estórias** contam também as pessoas mais velhas que não se esqueceram (Rel. de JAO – entr11⁴⁰)

Esses recortes, destacando, sobretudo, algumas expressões nominais ou referenciais, fazem remissões a um passado rememorado e marcante na vida desses moradores entrevistados. Verificamos, com base nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, que para a maioria dos habitantes das comunidades mais distantes, àquela época, sem acesso às informações escritas, como as de jornais, por exemplo, as notícias referentes a Lampião e seu bando chegavam de outra maneira. Isto é, sabia-se das investidas desse cangaceiro através de conversas nas feiras de finais de semana, nas festas, com vizinhos e desconhecidos, e no contato com soldados que tinham participado de diligências contra ele. Assim sendo, as informações corriam de boca em boca, tanto na cidade, como nos povoados e nas casas mais longínquas, escondidas nas regiões mais distantes, nas matas (LIMA, 2008).

No período do movimento social – no cangaço, após a refeição noturna, na frente da casa da fazenda, isso era comum, todos se sentarem para contar e recontar histórias do

⁴⁰ Relato de JAO – entrevista 11

cangaço, sobre as quais, geralmente, o mais velho tinha ouvido falar, ou até mesmo, participado de algumas das aventuras narradas (LIMA, 2008). Nesse sentido, na visão do sociólogo Halbwachs (1990), mesmo que o indivíduo não tenha assistido certos acontecimentos, a não ser pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente, ele se lembra, pois esses acontecimentos ocupam um lugar na memória discursiva do grupo social a que pertence. Na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, pensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.

A lembrança é uma imagem construída por aquilo que está, agora, à disposição do indivíduo no conjunto de representações que povoa a consciência atual desse indivíduo. “Por mais nítida que lhe pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem experimentada na infância, porque o sujeito não é o mesmo de então e porque sua percepção alterou-se e, com ela, suas idéias, seu juízo de realidade e de valor.” (p. 100). Por esse viés, Halbwachs (1990) relaciona a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada povo. Para concluir comentários a respeito deste relato de JAO (entr11), vamos ver outra sequência textual 12 (ST12) retirada da sua entrevista, pontuando algumas das expressões referenciais anafóricas utilizadas por ele, ao se referir a Lampião, o objeto de discurso em foco:

(ST12) Lampião era **um homem muito vingativo** agora fala que **ele** era **um homem de palavra** o que **ele** prometia **ele** cumpria por isso o povo do sertão admirava **Lampião** pela sua inteligência e honestidade e cumpridor de palavra, mas na minha opinião, **ele** era **um homem muito mau** e pelas suas malvadezas **o capitão** era caçado pela polícia porque só vivia escondido nos matos como **um bicho** (Rel. de JAO – entr11).

Esses elementos linguísticos, em negrito, são expressos mediante uma noção de recategorização referencial (CAVALCANTE, 2016). Isso acontece quando uma forma referencial é renomeada no discurso, a fim de se adaptar aos objetivos comunicacionais persuasivos do enunciador em questão. Quando o sujeito acima se referiu ao objeto de discurso por meio de pronomes pessoais (“*ele*” *era um homem de palavra o que “ele” prometia “ele” cumpria por isso o povo do sertão admirava Lampião*), ocorreu o processo de anáfora pronominal. Este relato se refere a Lampião por expressões definidas “*o capitão*” e indefinidas “*um homem de palavra*”. Aqui, neste fragmento em análise, o referente está sendo recategorizado por um sintagma nominal ou pronominal de função simultaneamente referencial e atributiva com juízo de valor.

Visualizamos, também, que as expressões anafóricas em negrito acima recuperam o referente principal expresso no cotexto. Essas formas linguísticas desempenham, no discurso ou texto, uma função muito importante, a de manter a continuidade de um texto na busca de informações registradas não só no cotexto, mas também no conhecimento partilhado dos interlocutores, ou na situação extralinguística, ou no contexto global. Há casos em que os anafóricos se relacionam à memória comum por retomarem apenas uma parte do referente mencionado no cotexto, estendendo o fato referido a outras situações afins, contextualmente inferíveis.

Desse modo, os processos referenciais anafóricos não são somente uma maneira de retomar o referente, não é apenas localizar um fragmento linguístico no cotexto (um ‘antecedente’) ou um objeto específico no mundo, mas, sim, algum tipo de informação alocada na memória discursiva do sujeito. Assim, os segmentos que constituem uma anáfora não se referem apenas a antecedentes utilizados na superfície textual, mas a todo conhecimento que o interlocutor traz em sua memória social ou discursiva. No último relato escolhido para nossa análise de MGG (entr12), selecionamos a sequência textual 13 (ST13) seguinte, o qual vai confirmar, mais uma vez, sobre o conhecimento partilhado culturalmente depositado na memória discursiva e coletiva dos sujeitos:

(ST13) **Naquele tempo dos cangaceiros** eu morava na Baixa Limpa mais minha família. **Eu era mocinha ainda [...]** Teve uma vez, **contava meu pai**, que passou trinta de uma só vez de noite. **Nesse dia** a gente não estava em casa, [...]. **Meu pai dizia** também que os cangaceiros nunca bateram nele. [...] Então, **meu pai e as pessoas também contam** que **Lampião mandava chamar as moças da redondeza pra dançar**, aí, elas tinham que ir... mais ninguém mexia com nenhuma não. O chefe dos bandidos não deixava não. [...] **Meu pai sempre falava** que Lampião **era um homem muito cuidadoso... um homem muito cauteloso**, [...] o povo tem muito respeito por Lampião. **Um cara muito valente, muito corajoso...** [...] **Falam também** que pra Lampião **dormir, então, Maria Bonita e Corisco ficavam acordados...** **Mais o povo... sabe como é! Conta muitos *causos*** por aí de Lampião e sua gente (Rel. de MGG – entr12⁴¹).

Essas expressões destacadas no relato de MGG (entr12) trazem à tona discussões do sociólogo Halbwachs (1990). Conforme este pesquisador, a reconstrução dos fatos passados se opera no espírito do indivíduo como no dos outros por meio de noções que fizeram e

⁴¹ Relato de MGG – entrevista 12

continuam a fazer parte de uma mesma sociedade em cuja memória as lembranças se cristalizaram. Os fragmentos destacados (“*Teve uma vez, contava meu pai*”, “*Meu pai dizia*”, “*meu pai e as pessoas também contam*”) não apenas ancoram no objeto da pesquisa, como também condensam informações presentes no discurso de outras pessoas que constroem representações na memória, fundamentado no contexto sócio-histórico, recorrendo ou se utilizando do critério de intertextualidade.

Além de utilização de conhecimento de mundo (prévio), esses entrevistados utilizam outras informações cognitivas, como crenças, opiniões referentes a acontecimentos do passado, existentes na memória discursiva da comunidade em foco. Para tanto, não basta que outros indivíduos do grupo tragam-lhe seus depoimentos, é necessário, também, que sua memória não tenha parado de concordar com as memórias dos outros e que haja muitos pontos de contato entre uma e outras, para que as lembranças recordadas possam ser reconstituídas discursivamente a respeito de um fundamento comum.

Então, o conjunto de lembranças comuns que se apóiam uma sobre a outra não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Cada memória individual “é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali se ocupa, e que este lugar mesmo muda de acordo com as relações que se mantêm com outros meios” (HALBWACHS, 1990, 51).

Na visão desse autor, há dois tipos de memórias: uma interior e outra exterior, ou uma pessoal (autobiográfica) e outra social (histórica). A memória pessoal se apoia na memória social, uma vez que toda história da vida do homem faz parte da história em geral, embora a memória histórica, mesmo sendo bem mais ampla que a pessoal, não representaria o passado do indivíduo senão sob forma resumida e esquemática, enquanto a memória de vida do indivíduo apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso.

Podemos entender a partir dessa afirmação que não é na história apreendida, é na história vivida que se apoia a memória dos sujeitos. Por história é necessário entender como “não uma sucessão cronológica de acontecimentos e datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distingue dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto” (HALBWACHS, 1990, p. 60). Nessa perspectiva, este autor, discute que para se atingir a realidade histórica, é necessário que o indivíduo saia de si mesmo, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, por que penetrou em um círculo das preocupações e dos interesses coletivos.

Outra questão relevante é que Halbwachs (1990, p. 81-82) compreende a memória

coletiva enquanto “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo”. Conforme esta afirmação, a memória coletiva não se confunde com a história. Diante disso, a história é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos indivíduos. Então, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta apenas quando esses fatos já estão muito distantes do passado, a fim de se ter a oportunidade de encontrar por muito tempo, ainda, em torno de si muitas testemunhas que dela guardaram por muito tempo lembranças vivas.

Halbwachs (1990) indaga que não permanecem, no pensamento do indivíduo, imagens completamente prontas, mas na sociedade, lugar que estão todas as indicações necessárias para a reconstrução de fatos passados, já que o acaso nos coloca na presença daqueles que participaram dos mesmos acontecimentos como atores ou testemunhos. Ainda conforme este sociólogo, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. O autor destaca que se lembramos é devido aos outros e/ou a situação presente nos fazem lembrar: “o maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam” (HALBWACHS, 1990, p. 54).

Complementando este pensamento, Lima (2008) assevera que quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo em que esteve engajado, então “o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, porém os escritos permanecem” (HALBWACHS, 1990, p. 80). Assim, percebemos que os trechos em negrito (ST13) fazem parte dessa memória coletiva discutida pelo sociólogo acima e também podem estar inseridos em uma intertextualidade ampla, pois como já foi dito antes, ela se relaciona a um conjunto de textos que dialogam entre si.

O sociólogo francês Halbwachs (1990) criou a categoria de “memória coletiva”, por intermédio da qual postula que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em conta os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. É, portanto, mediante a categoria de “memória coletiva” que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social. É aqui que podemos entender que está presente a

intertextualidade, pois há uma relação dialógica entre os ditos e os já ditos. No tocante às escolhas lexicais, MGG (entr12) usou, também, algumas expressões referenciais recorrentes no conjunto de textos já analisados para (re)nomear o objeto de discurso pesquisado. Vejamos a sequência textual 14 (ST14) seguinte:

(ST14) Meu pai que veio embora pra qui por causa **dos bandidos de Lampião** que queria dinheiro. (...) **O bandido-chefe** que mandava pedir. E se meu pai não mandasse, **o bandoleiro** mandava tacar fogo na fazenda. **Aquele homem muito malvado!**... Ele judiou muita gente... Não judiou a gente porque meu pai não era coiteiro e sempre dava alguma coisa quando ele passava lá na fazenda, na Baixa Limpa... Então, **com essa folia de bandido** que só queria dinheiro, meu pai veio embora pra qui **por causa do bando de Lampião**. [...] mas não valeu de nada, **o cangaceiro Lampião** continuou mandando buscar dinheiro e meu pai tinha que mandar o dinheiro que **o bandido** mandava pedir. [...] Até quando chegou o fim, que deram fim **ao valentão do sertão**. É, mas antes disso **aquele homem** judiou muita gente!... (Rel. de MGG – entr12).

A partir dessas expressões em negrito, verificamos que os trechos acima são exemplos de como determinadas porções discursivas comportam uma multiplicidade de informações e pontos de vista acerca do cangaceiro, nas quais, prevalece o processo de reelaboração de uma imagem negativa através da recategorização anafórica que gira em torno de um campo semântico específico: o da caracterização de Lampião como um “bandido”. É o que verificamos pelo uso das expressões referenciais “*o bandido chefe*”, “*o valentão do sertão*”, “*o chefe dos bandidos*”, “*aquele homem muito malvado*”. Sintagmas estes que formam os principais elementos linguísticos da cadeia referencial e, ao mesmo tempo, reforçam o ponto de vista da entrevistada de que Lampião era realmente um homem “*muito malvado*” (*aquele homem judiou muita gente*). Como vemos, a depoente construiu uma imagem negativa a respeito desse objeto de discurso. Comentou, também, que era muito nova, mas havia presenciado algumas situações e enfrentou dificuldades por conta de Lampião, pois o seu pai preferia ficar longe desse cangaceiro, no entanto, esse sempre aparecia, querendo mais dinheiro (*Então, com essa folia de bandido que só queria dinheiro, meu pai veio embora pra qui [...] mas não valeu de nada, o cangaceiro Lampião continuou mandando buscar dinheiro e meu pai tinha que mandar o dinheiro que o bandido mandava pedir*).

A recategorização do objeto de discurso, Lampião, a qual se opera na mente do sujeito através de noções gerais já cristalizadas na sociedade, cujas lembranças são reconstruídas discursivamente sobre um fundamento comum, é o resultado de situações

sociocognitivas e históricas. Situações estas decorrentes de discussões, interpretações continuamente situadas nas práticas sociais sobre esse personagem da história do cangaço.

Essas informações (depoimentos orais) servem de base para a reconstrução do objeto de discurso identificável por já ter menção no co(n)texto, de tal maneira, que o referente apresentado continua em foco, isto é, presente na memória episódica dos falantes. Por meio dessa memória, é possível recuperar acontecimentos vivenciados e/ou experimentados sobre tal figura no tempo e no espaço. Ainda se tratando da fala (ou do texto/discurso) de MGG (ST13), vemos como essa informante, mesmo tendo avaliado ações de Lampião de forma negativa, agora, sob o enfoque de certas capacidades e habilidades a ele atribuídas, reforça a ideia ou a carga avaliativa da imagem dele como “*um homem muito cuidadoso*”, “*um homem muito cauteloso*”, “*um cara muito valente*”, “*muito corajoso*”. Avaliações essas realizadas com base em recursos linguísticos do cotexto (ou superfície textual) e fundamentadas em inferências que dizem respeito a processos cognitivo, social, cultural, histórico que se relacionam a diversos sistemas do conhecimento.

Essas escolhas nos permitem entender que é durante as atividades de linguagem que emergem propriedades cognitivas e sócio-históricas. Propriedades essas depositadas na mente do indivíduo, as quais vão auxiliar o depoente no momento da construção e reconstrução dos significados do texto, a partir de relações sociocomunicativas. Essas estratégias textual-discursivas contribuem para a reconstrução da imagem do personagem, na medida em que se assinalam argumentações e/ou avaliações, indicando, assim, seus pontos de vista.

Por conseguinte, resumimos na tabela seguinte alguns fragmentos de falas, com recortes de relações intertextuais e as expressões referenciais presentes nos oito relatos aqui analisados:

Tabela 1 - Relações intertextuais (RI) e expressões referenciais (ER)

Relato de ABM	Relato de AAA	Relato de ES
(RI) A história de Lampião Eu era rapazinho ainda Eu me lembro Eu lembro de tudinho	(RI) Eu prefiro não lembrar disso Naquele tempo de Lampião Nesse tempo	(RI) Um tempo de muito sofrimento Nesse tempo do cangaço Eu nem gosto de lembrar
(ER) Lampião Muito cuidadoso O rei do cangaço O capitão Virgulino Uma pessoa amigüeira	(ER) Lampião Um homem decente O bandoleiro O malfeitor Aquele bandido malvado	(ER) Um capeta Como um bicho Um verdadeiro demônio Um cara muito vingativo

Relato de EC	Relato de JFO	Relato de JPS
(RI) Era um sofrimento só quem viveu sabe Naquele tempo de Lampião A imagem daquele homem continua gravada na nossa mente	(RI) No tempo dos cangaceiros Naqueles tempos Ainda hoje Muitas lembranças para sempre ficou na vida da gente do sertão	(RI) Eu vi muitas vezes balas enfeadas nas rochas Naquele época Muitas histórias sobre ele O povo dessa redondeza conta muitos causos
(ER) A imagem daquele homem	(ER) Esses homens de Lampião Os bandidos de Lampião O bando de cangaceiros	(ER) esse grande lutador dessas terras O capitão Lampião O chefe do cangaço

Relato de JAO	Relato de MGG
(RI) Contam os mais velhos A gente sabe de outras histórias As pessoas falando de Lampião e sua gente Quem é que nunca ouviu falar de Lampião? No tempo de Lampião	(RI) Naquele tempo dos cangaceiros Teve uma vez, contava meu pai Meu pai dizia Mais o povo....sabe como é! Conta muitos causos por aí de Lampião e sua gente
(ER) Um homem muito vingativo Um homem muito mal Um bicho	(ER) dos bandidos de Lampião O bandido-chefe Aquele homem muito malvado! O cangaceiro Lampião Ao valentão do sertão

FONTE: A autora (2018)

Existem, portanto, pontos de vista que reúnem o positivo e o negativo, quando reconhecem que mesmo atuando em socorro dos pobres (positivo) tem o seu lado ruim, violento (negativo). Do mesmo modo que alguns o consideram negativo, mas reconhecem suas qualidades e habilidades positivas. Fenômenos esses que evidenciam como a imagem de Lampião, ao longo do tempo, tem sido construída e reconstruída pela sociedade pesquisada.

Fica evidente que os objetos de discurso são representações cognitivas publicamente partilhadas pelos sujeitos do grupo que vêm a construir uma memória discursiva a respeito de tais objetos. Nos relatos, Lampião se constituiu uma figura de dupla face, ambígua, complexa. Por seus feitos, sua imagem continua presente na memória do povo nordestino até os dias atuais. A utilização de uma dada expressão, com função de categorização ou de recategorização de referente, implica sempre uma escolha entre uma multiplicidade de formas de caracterizá-lo ou de predicá-lo.

No geral, como já foram discutidas em seções anteriores, as estratégias de

referenciação possibilitam a reativação ou condensação de uma dada entidade na memória discursiva do sujeito que, imerso nos meios sociais, entra em contato com as lembranças e os acontecimentos do passado para a recategorização de referentes que circulam no interior de um determinado universo discursivo (LIMA, 2008). Pelo uso das diversas expressões referenciais (presentes nos depoimentos dos sujeitos), observamos o quanto os conhecimentos episódicos, depositados na memória coletiva da comunidade, contribuem para a renomeação, reelaboração, da imagem desse cangaceiro.

Por meio do uso de formas referenciais nominais é possível a recategorização da entidade em análise mencionada nos co(n)textos distintos instaurados no universo discursivo e social. Além disso, a imagem de Lampião é sempre reativada na continuidade referencial, como tivemos a oportunidade de observar e analisar nos trechos dos depoimentos anteriores. Ainda nesses relatos descritos, percebemos que a proposta de Custódio Filho (2011, 2015) a respeito da relação anafórica entre textos distintos pode ser empregada, pois esses relatos feitos por pessoas que tiveram vivências e contatos diferentes tratam o objeto de discurso – Lampião – de formas também distintas. Por isso, evidenciamos que há um diálogo entre os textos analisados, uma vez que eles recategorizam o mesmo referente, como observamos nos fragmentos dos depoimentos expostos.

Neste ponto, levando em consideração a proposta de Custódio Filho (2011, 2015), não focamos em um único texto para análise, mas em mais de um, com o propósito de mostrar que nesses depoimentos de diferentes sujeitos há a possibilidade de analisarmos a continuidade, a retomada ou recategorização progressiva de um mesmo referente, encaixando-se em textos considerados solidários, nos quais procuram tratar o fenômeno da referenciação como não necessariamente atrelado à prevalência do sintagma, pertencente a um único texto, mas naqueles que permitem uma interação entre vários textos. Portanto, o objeto de discurso – Lampião – se manifestou através de ocorrências textuais presentes em textos distintos, confirmadas pelas expressões referenciais utilizadas pelos sujeitos pesquisados em seus relatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as discussões e questionamentos elucidados ao longo desta investigação, optamos em percorrer uma trajetória textual-discursiva que levasse em conta outras situações de interação analisáveis, diferentes das normalmente selecionadas pelas pesquisas tradicionais dentro do campo teórico da Linguística de Texto. Diante disso, o nosso objetivo geral foi analisar ocorrências da utilização dos processos referenciais anafóricos por sujeitos distintos em textos também diferentes. Ou seja, encaramos o desafio de investigar situações que possibilitaram o diálogo entre oito textos distintos entre si no tocante a construção e reconstrução de um mesmo objeto de discurso. Verificamos também que os objetos de discurso foram reveladores de pontos de vista diversos, conforme o conhecimento de mundo, enciclopédico de cada entrevistado e de acordo com as práticas comunicativas do sujeito social.

Nessa perspectiva, para o alcance do objetivo geral proposto, estruturamos nosso trabalho em quatro em quatro partes, além da introdução (seção um) e considerações finais.. Na segunda parte, apresentamos o nosso objeto de estudo, Lampião, o seu ingresso e permanência no movimento histórico-social do sertão nordestino – o cangaço – e, logo em seguida, explicitamos, brevemente, as características do gênero relato, diante da necessidade de entendermos melhor o *corpus* selecionado, ou melhor, as oito entrevistas realizadas com moradores de Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória.

Realizamos esse percurso histórico para percebermos como o mito Lampião é conhecido e lembrado até hoje, principalmente, pelo povo do sertão nordestino, por meio das histórias contadas e recontadas passadas de geração em geração entre os sujeitos. Assim, nos recantos brasileiros, é comum as pessoas crescerem ouvindo histórias que impressionam pelo fato de serem narrativas semelhantes, contadas por pessoas diferentes em lugares também diferentes, mas que têm em comum esse partilhamento de informações e histórias sobre um mesmo objeto de discurso.

Além disso, evidenciamos que esse processo de recontação ou rememoração dos fatos vividos é um ato rotineiro. No estado de Sergipe e, especificamente, na região do sertão do baixo São Francisco, os acontecimentos ali lembrados, através dos depoimentos dos sujeitos investigados referente o fenômeno Lampião, vêm mantendo viva a chama da memória desse personagem mítico do sertão nordestino. Conhecido, além de outras expressões referenciais, como “*O Rei do Cangaço*”, Lampião se manteve em uma posição de domínio por volta de duas décadas. Para alguns, foi um reinado de justiça e, para outros, um

predomínio de terror. Esses diferentes pontos de vista presentes nos relatos orais proporcionaram a construção, reconstrução e recategorização da figura de Lampião, por meio da utilização dos processos referenciais anafóricos. Podemos perceber esses aspectos através de determinadas características composicionais do gênero relato.

Por meio dos relatos, os sujeitos desta pesquisa expressaram suas visões, opiniões, posicionamentos, suas escolhas lexicais, sociais, cognitivas explicitadas pela seleção da materialidade linguística em função de um querer-dizer com o intuito de convencer o interlocutor de determinadas experiências vividas em torno de um mesmo personagem. Nesse sentido, os cidadãos investigados na nossa análise puderam buscar na sua memória lembranças de fatos marcantes em suas vidas.

Esses pontos de vista distintos, sob uma perspectiva sociocognitivo-discursiva, contribuíram para que buscássemos, nas práticas discursivo-interativas, a análise científica para estabelecer não a verdade dos acontecimentos, uma vez que estes já estão cristalizados na memória de determinado grupo, mas a validação dos fatos históricos que fizeram e ainda fazem parte da memória coletiva desses grupos. A partir dessa explicação, entendemos que a linguagem acontece dentro dos contextos sociais e dos eventos discursivos, pois a construção e a compreensão do texto dependem sempre do conhecimento compartilhado pelos sujeitos. Concluímos esta parte abordando a questão da memória conforme o posicionamento de Halbwachs (1990). Evidenciamos que as lembranças são reconstruções das experiências vividas no passado pelo grupo, que se manifestam no presente através de conversas, relatos e depoimentos. A memória coletiva é uma realidade social transmitida pelas práticas discursivas dos grupos sociais. Então, a memória coletiva recompõe o passado de um determinado grupo social por meio de “pontos de cristalização” ou através da construção de modelos de relação entre a história e a memória.

Como os estudos sobre a referenciação possibilitaram uma visão sociocognitiva e uma construção dinâmica dos objetos de discursos dentro das práticas discursivas, focamos a terceira seção nas discussões baseadas em perspectivas teórico-analíticas sob o olhar de alguns autores que enxergam a referenciação por duas perspectivas.

A primeira se refere às investigações tradicionais ancoradas em Mondada e Dubois (2003), nas quais estas examinam a presença das expressões referenciais em um mesmo (co)texto. Neste ponto, mostramos as contribuições fundamentais dessas autoras sobre mecanismos textual-discursivos presentes em um dado texto, explicitando a respeito dos processos referenciais, tais como a introdução referencial, a anáfora e a dêixis.

Os processos referenciais, diante dessas discussões, mostram-nos como os textos são

construídos por sujeitos através de práticas partilhadas e negociadas, confirmando que o texto não é um produto acabado, mas sim processo interacional colaborativo. A segunda perspectiva é que ainda nesta seção, discutimos as ideias de outros pesquisadores da área que ampliaram mais a abordagem teórica defendida inicialmente por Mondada e Dubois (2003).

Entretanto, esclarecemos que a partir dessas autoras, é que foram possíveis esses desdobramentos teóricos para repensarmos na seleção de outras situações de interação analisáveis que proporcionaram a discussão entre as relações intertextuais no diálogo dos textos distintos concernentes a construção do ponto de vista sobre o objeto de discurso Lampião. Para tanto, respaldamo-nos nas pesquisas mais atuais de Custódio Filho (2011, 2015) quando este discute sobre a possibilidade da interação entre mais de um (co)texto distinto, que é denominada de “interação interrompida com um conjunto de textos ‘solidários’”.

Na seção 4, continuamos com as discussões referentes à segunda perspectiva teórica acima mencionada, sobre a relevância de pensarmos no diálogo entre textos diferentes na construção da referência. Aqui, verificamos que a relação entre os relatos orais proporcionaram um processo dinâmico das expressões referenciais selecionadas por cada entrevistado, pois, a partir delas, é que evidenciamos as visões positivas e negativas a respeito de um mesmo referente.

Ademais, pleiteamos acerca do papel sociocognitivo interacional do contexto dentro das práticas discursivas dos pontos de vista dos sujeitos pesquisados. Para tanto, embasamo-nos principalmente nos teóricos Hanks (2008) e Van Dijk (2012), pois ambos tratam a perspectiva do contexto enquanto modalidade dinâmica, negociada e subjetiva dos interactantes. Ou seja, é por meio destes, que o contexto vai sendo construído, reconstruído, remodelado conforme os objetivos e intenções discursivas de cada um sujeito.

Visualizamos essa perspectiva nos posicionamentos adotados pelas comunidades analisadas. Assim, o contexto foi crucial para a nossa análise porque o processo de referenciação permitiu a reelaboração de uma dada realidade, já que uma mesma realidade é percebida de modos distintos pelos sujeitos. Nesse sentido, a presença dos processos referenciais retomaram e/ou recategorizaram o mesmo referente a partir de lembranças armazenadas na memória coletiva dos sertanejos que reúnem todas as características (boas ou más) relativas ao homem do cangaço. Contudo, esse conhecimento partilhado de uma época específica da história, somente foi possível através dos marcadores temporais linguísticos explícitos nos relatos expostos.

Entendemos, dessa maneira, que as informações transmitidas foram estruturadas de forma cognitiva e linguística e deram sentido de mundo, de tal modo que a imagem do mito

Lampião se fragmentou entre herói e bandido. Portanto, a partir da rememoração dos acontecimentos passados no presente da memória coletiva das duas comunidades é que o objeto de discurso – Lampião – foi construído e reconstruído via uso das expressões referenciais, a partir de tais informações, um discurso sobre um homem que se destacou na primeira metade do século 20, e que continua vivo nas práticas enunciativas do homem do sertão diante de uma memória histórica e cultural dessas regiões do sertão nordestino.

Por meio das expressões referenciais, os sujeitos entrevistados fizeram remissão não apenas a elementos presentes na superfície do próprio texto por eles produzido, mas também a elementos inferíveis, a partir de uma memória social sobre tal personagem. Isso se realizou, como evidenciamos nas análises, por meio da mobilização de processos referenciais que funcionaram como elementos condensadores do discurso que remeteram a toda uma memória que continuamente foi construída e reconstruída.

Ainda nessa mesma seção, como propomos investigar as relações intertextuais que se manifestaram no diálogo entre textos distintos sobre um mesmo referente, argumentamos acerca de um dos fatores da textualidade, a intertextualidade. Para tanto, explicitamos, sucintamente, o conceito de intertextualidade, suas subdivisões e sua relevância nesta pesquisa no trato dos relatos orais que aqui são denominados de textos distintos. Os autores que expomos nesta seção concordaram que a intertextualidade é a retomada, de modo explícito ou implícito, de outros textos.

A partir dessa perspectiva, analisamos a retomada e a recategorização do uso das expressões referenciais presentes em cada relato e a sua relação com os demais, tendo como texto-base a primeira entrevistada realizada por Lima (2008). Essa análise da relação intertextual entre mais de um texto foi possível porque as autoras Koch, Bentes e Cavalcante (2008) trouxeram uma reflexão sobre a intertextualidade no sentido amplo, pois esta possibilita a investigação de um conjunto de textos que pudessem dialogar entre si.

A utilização das expressões referenciais por cada depoente relacionada ao referente Lampião remete e sumariza tanto o conjunto de informações fornecido no interior da superfície textual, como remeteu a outras expressões referenciais que também encapsularam outras informações enunciadas e/ou implícitas em outros discursos e enunciadas por outras vozes, em outros contextos. Portanto, as expressões referenciais mobilizadas pelos sujeitos constituíram uma cadeia referencial que remete, retoma e recategoriza outras cadeias referenciais enunciadas por outros sujeitos, em outros lugares e tempos, ao mesmo tempo em que remetem e resumem determinados conteúdos presentes na memória coletiva do grupo social.

Verificamos, na quinta seção, nas análises realizadas, todas essas questões acima aludidas. As relações intertextuais entre os textos distintos (os relatos orais) demonstraram que os depoentes selecionaram expressões referenciais de acordo com suas experiências vivenciadas à época do cangaço. E, com isso, tentamos mostrar, de forma coerente e pertinente, a importância de investigarmos outros tipos de situações de interação analisáveis, conforme a visão de Custódio Filho (2011, 2015) e de outros pesquisadores que foram de suma relevância para esta pesquisa. Outro aspecto fundamental foi que direcionamos este trabalho na interface entre a Sociologia, a Linguística e a História, pois os estudos sobre referenciação pouco têm explorado este viés teórico.

Reafirmamos, ainda, que os processos de referenciação abrangeram uma grande quantidade de informações e de pontos de vista acerca de personagens, acontecimentos e eventos. Esperamos ter contribuído nos estudos de referenciação nessa interface entre a Sociologia, a Linguística e a História, e que a diversidade de reflexões linguísticas suscitadas nos textos deste *corpus* possa ser continuada em pesquisas posteriores.

À vista disso, acreditamos que nosso trabalho apresenta um passo relevante para que futuros pesquisadores possam tomá-lo como suporte nas suas pesquisas teóricas. Diante dessas considerações, esperamos também que outras pesquisas venham a expandir as questões aqui levantadas, com o intuito de enfatizar a empregabilidade dos processos referenciais na construção e reconstrução de um mesmo referente, a partir de acontecimentos experimentados e/ou vivenciados interativamente por outros grupos nas suas práticas discursivo-referenciais que se manifestam na relação entre textos distintos.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. *A linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.

ARAGÃO, Andreia Doria. *Produzindo textos a partir do gênero relato pessoal*. São Cristóvão, 86f., 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

BAGNO, Marcos. *Prefácio para o livro Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. IN: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bexerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão*. Rio de Janeiro: Faperj, 2000.

BEAUGRANDE, Robert de. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1997. Disponível em: <http://www.beaugrande.com/new_foundations_for_a_science.htm>. Acesso em: 15 set 2018. ISBN 1-567-50278-4

BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato C. Texto: conceitos, questões e fronteiras contextuais. IN: HANKS, William F.; BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato C; MACHADO, Marco Antônio Rosa. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdier e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.

BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

BRAGA, Victor Eduardo Bijos Jardim Gomes. *Observando o contexto nos processos comunicacionais: a importância de uma estilística da comunicação*. Ano XII, n. 02. Fevereiro/2016. NAMID/UFPB – Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>>. Acesso em: 14 jul 2017.

BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco de; FERES JÚNIOR, Nazir. *A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos*. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

CARVALHO, Maria José Lima de. *Gênero relato de experiência: um olhar sobre as estratégias cognitivas e discursivas em aquisição de linguagem*. João Pessoa, 150f., 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Expressões referenciais – uma proposta classificatória*. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, (44): 105-118, Jan./Jun., 2003.

_____. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva. *Intertextualidades, heterogeneidades e referenciação*. Linha d'Água, n. 24 (2), p. 259-276, 2011.

_____. *Os sentidos do texto*. 1ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

_____, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. *Revisitando o estatuto do texto*. Revista do Gelne, vol. 12, n. 2, 2010, p. 56-71.

_____, Mônica Magalhães; FARIA, Maria das Graças dos Santos; CARVALHO, Ana Paula Lima de. *Sobre intertextualidades estritas e amplas*. Rev. de Letras – nº 36 – vol. (2) – jul./dez., 2017.

CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião, o rei dos cangaceiros*. Tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Coleção Estudos brasileiros; v. 46) Tradução de: The bandit king, Lampião of Brazil.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, Maria Helenice Araújo. *Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão*. Fortaleza, 213f., 2007. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2007.

COSTA, Alcino Alves. *Lampião além da versão: mentiras e mistérios de Angicos*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. Fortaleza, 330f., 2011. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2011.

_____. *Referenciação intertextual: análise da construção de objetos de discurso em narrativas com episódios*. ReVEL, vol. 13, n. 25, p. 256-276, 2015.

CRUZ, Joana D'arc Oliveira. *Os processos dêiticos no discurso literário*. Fortaleza, 106f., 2008. Dissertação. (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2008.

DÓRIA, Carlos Alberto. *O cangaço*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. *Intertextualidade entre Casimiro de Abreu e Oswald de Andrade*, 2018. Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/portugues/intertextualidade-entre-casimiro-abreu-oswald-andrade.html>> Acesso em: 20 set 2018.

DUTRA, Wescley Rodrigues. *Teorizando o cangaço: o “rei Lampião” e a questão do banditismo social*. Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varela (orgs.). Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009. ISBN: 978-85-288-0061-6.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FARACO, Carlos Emílio. *Língua portuguesa: linguagem e interação*. v. 1. São Paulo: Ática, 2010.

FERRAZ, Marilourdes. *O canto do acauã*. 2. ed. atual ampliada. Recife: Comunigraf, 2011.

FERREIRA, Vera; AMAURY, Antônio. *O espinho do quipá: Lampião, a história*. São Paulo: Oficina Cultural Mônica Buonfiglio, 1997.

FONTES, Oleone Coelhe. *Lampião na Bahia*. 4. ed. Petrópolis, 2001.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HANKS, William F. O que é contexto? IN: _____. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. (orgs.) Anna Christina Bentes, Renato Cabral Rezende, Marco Antônio Machado. São Paulo: Cortez, 2008. p.169-203.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. *Bandidos*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Processos de referência na produção discursiva*. In: D.E.L.T.^a, Volume 14, N° especial, 1998.

_____. Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso*. Veredas, Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora, vol.6, n. 1, p. 29-42, 2002.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Ingedore Grunfeld Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2^a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LANDEIRA, José Luís. *Gêneros textuais na sala de aula: entre modas e realidades*. Revista Na Ponta do Lápis - Olimpíada de Língua Portuguesa, Escrevendo o Futuro. São Paulo, 2009.

LEITE, Maria Alzira; MARTINS, Renata. *Referênciação*. Cadernos CESPUC (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas). Belo Horizonte – n. 23, 2013.

LIMA, Geralda de Oliveira Santos. *Rei do cangaço, o governador do sertão; o bandido ousado do sertão, o cangaceiro malvado: processos referenciais na construção da memória discursiva sobre Lampião*. Campinas, 304f., 2008. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

_____. *A figura mítica de Lampião: Construção e veiculação de memórias*. Ponta de Lança:

Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 12, n. 22, 2018.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Coerência e cognição contingenciada. IN: KAZUE, S. M. de Barros (org.). *Produção Textual: Interação, processamento, variação*. Natal: Editora da UFRN, 2000.

_____. *Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa*. Veredas, Revista de estudos linguísticos, 6 (1), 43-62., 2002.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. IN: DIONISIO, Angela Paiva e outros. *Gêneros textuais e ensino*. Rio: Lucerna, 2005a.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005b. p. 53-101.

_____. *Referenciação e Progressão Tópica: aspectos cognitivos e textuais*. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, vol. 48, n. 1, p. 7-22, 2006.

_____. *Produção Textual, análise de gênero e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Linguística de Texto: O que é e como se faz?* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

MARTINS, Estéfani. *Gêneros textuais narrativos (relato)*, 2016. Disponível em:<<http://www.opera10.com.br/2014/09/redacao-generos-textuais-narrativos.html>>. Acesso em: 31 ago 2018.

MELLO, Frederico Pernambuco de. *Guerreiro do sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa, 2005.

MENESES, Antônio Alan Dantas de. *O cangaço em fogo morto e em os desvalidos*. Belém, 89f., 2012. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.

MONDADA, Lorenza. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir*. Approche linguistique de la construction des objets de discours. Lausanne: Université de Lausanne, Faculté de Lettres. Thèse pour obtenir le grade de docteus en lettres, 1994, 671 p.

_____. *Gestion du topic et organization de la conversion*. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, IEL/Unicamp, n.41, 2001.

_____; DUBOIS, Danièle. Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. et al (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

_____. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MOURA, Paulo. *Lampião: a trajetória de um rei sem castelo*. Itaquaquecetuba (SP): Editora

Espaço Idea; Recife: Asnai Editora, 2008.

NOBRE, Kennedy Cabral. *Critérios classificatórios para processos intertextuais*. Fortaleza, 129f., 2014. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2014.

NORA, Pierre. *Entre memória e história*. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PARÁ, Lilian Moreira. *Intertextualidade e intertextualização em gêneros em quadrinhos*. Fortaleza, 150f., 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2015.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *Filigranas da memória: história e memória nas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997)*. Tese (doutorado em História) - Departamento de História, Universidade de Brasília, 2006.

SANTANA, Isabela Marília. *O acordo retórico e a construção textual da persuasão: o discurso político*. São Cristóvão, 93f., 2015. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.

SANTOS, Eliane Pereira dos. *A intertextualidade na construção argumentativa do artigo de opinião*. Diálogo das Letras, Pau dos Ferros, v. 02, n. 01, p. 300 – 314, jan./jun. 2013.

SANTOS, Antônio Felipe Aragão dos; LEURQUIN, Eulália Vera Lúcia Fraga. *A interação leitor/texto na formação da intertextualidade*. Leia Escola, Campina Grande, v. 13, n. 1, 2013.

SCHNEUWLY, Bernard; Dolz, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. (org.) 2.ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2010. 239p.

SOUSA, José Carlos de. Discurso do homenageado. In: SERGIPE. *Discursos proferidos na sessão solene da Câmara Municipal de Nossa Senhora da Glória*. Nossa Senhora da Glória, Se: Câmara Municipal, 2005.

SOUZA, Jovenildo Pinheiro de. *Sertão sangrento: luta e resistência*. Recife, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

SOUZA, Anildomá Willans de. *Nas pegadas de Lampião*. Serra Talhada, Pe: Gráfica Folha do Interior, 2004.

SOUZA, Antonio Vilela de. *O incrível mundo do cangaço*. Recife: Bagaço, 2007.

SOUZA, Sweder. *A noção de intertextualidade e de interdiscursividade na linguística textual e na análise do discurso: perspectivas*. Lingu@ Nostr@ - Revista Virtual de Estudos de Gramática e Linguística do Curso de Letras da Faculdade de Tecnologia IPUC – FATIPUC, Canoas, v. 5, n. 1, p. 97 - 111, jan.-jun. 2017.

TAVARES, Eraldo Ribeiro. *Cangaceiros e devotos: religiosidade no movimento do cangaço*

(Nordeste brasileiro, 1900-1940). Recife, 100f., 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, 2013.

TRINDADE, Joilma Maria de Freitas; NORONHA, Maria Rosane Vale. *Intertextualidade: possíveis diálogos*. Feira de Santana, v. 7, n. 10, p. 87 - 102, 2016. Disponível em:< <http://www2.uefs.br/dla/graduando/n10/n010.p087-102.pdf>>. Acesso em: 05 jan 2018.

VAN DIJK, Teunis Adrianus. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução Rodolfo Ilári. São Paulo: Contexto, 2012.

ANEXO A – RELATO DE ABM (ENTREVISTA 2)

Entrevistado: ABM

Idade: 87 anos

Naturalidade: Ribeirópolis, Sergipe

Residência: Nossa Senhora da Glória, Sergipe

Escolaridade: analfabeto

Profissão: lavrador

A história de Lampião é a seguinte: Lampião era pernambucano e se chamava Virgulino Ferreira da Silva. Ele tangia burro na estrada nesse tempo, era tropeiro e, um dia quando ele chegou de viagem, encontrou seu pai morto. Essa questão foi causada por um diacho de um chucaio que ele tinha comprado na feira e disseram que ele tinha roubado o tal chucaio de uma criação. Aí, por causa desse episódio do chucaio foi que mataram o pai dele. Então Virgulino disse que daquele dia por diante ele não queria arranjar fortuna, nem tinha alma nem coração, só pensava em morrer amanhã. Mas aquela família que matou o pai dele ia pagar, ele ia matar toda gente da família. Aqueles pra não morrerem, foram embora. Aí ele ficou procurando nos sete Estados do Brasil. Ele andou muito. Então, ficou andando no mundo, não roubava, mas era vingativo, aquele que fizesse o mal a ele se ele pudesse matar ele matava mesmo, como ele matou muita gente. Ele tinha era raiva de ladrão. Ele não roubava e quando ele chegava numa fazenda, ele pedia dinheiro ao fazendeiro. O fazendeiro quando tinha dava, mais quando não tinha, dizia: hoje eu não tenho, mas de hoje a oito eu tenho. Aqui, nesse sertão, se não tinha dinheiro o cara pedia uma reizinha, outra coisa, mas quando o cara dava um dinheiro a ele quando tinha aí ele ficava sendo amigo daquela pessoa. Ele não fazia mal de jeito nenhum. Da derradeira vez que ele veio, ele atravessou o rio... O rio de São Francisco e veio para Sergipe. Eu era rapazinho ainda. Eu me lembro que ele ficou aqui em Sergipe bastante de tempo e eu me lembro porque eu levava de-comer pra ele e mantimento. Eu tinha só 17 anos quando eu levava mais outro coiteiro bóia pra ele. Eu lembro de tudinho. Nesse tempo o governo do Estado era Eronildes de Carvalho que mandava munição pra ele, mandava, né? Nesse meio ele ficou ali no município de Monte Alegre. Foi nesse tempo que eu levava bóia pra ele junto com Dominginho de Vitor, aí, a gente ficou muito tempo levando sua bóia. Quando foi um certo dia tudo aconteceu, porque o vaqueiro desse Dominginho foi comprar cigarro e fósforo ali na cidade de Monte Alegre. Que foi que fez o vaqueiro? Ele chegou no Monte Alegre de Sergipe e ele avisou foi a uma força para ir lá pra fazenda de Dominginhos. Eu me lembro de tudo isso, ele avisara foi a súcia, aí, a súcia foi, e quando chegou lá na fazenda eles deram foi fogo em Lampião, que a gente tava lá dentro, num bochio (gruta), com Lampião detrás de um tanque, quando a gente viu foi papoco de tiro, a gente caiu no chão e se deitamos... Né? Eu ainda acompanhei Lampião durante sete meses. Lampião andou aqui na cidade de Nossa Senhora da Glória algumas vezes. Naquele tempo, ela se chamava era Boca da Mata e, eu não conhecia ele ainda não. Ele passou aqui e foi pernoitar na cidade de Ribeirópolis, ali pertinho. Lampião viajou durante a noite e de madrugada ele chegou na casa de um tio meu. Ele bateu na porta e chamou dizendo que era força do governo e perguntou se tinha café. Aí responderam: “tem café, sim senhor...” Então ele perguntou: “A senhora pode fazer um cafezinho pra nós?” “Ochente, eu posso”. Aí os cabras sentados na frente da casa, os animais amarrados e Lampião, o chefe do bando, sentado na porte do meio da casa. Então ele disse: “aqui não entra ninguém que o dono da casa não tá”. Meu tio estava aqui na cidade de N. Sra. Da Glória. Aí ela fez o café e botou em cima da mesa. Aí Lampião falou: “não, não, cada um pega uma xicrinha de café, ninguém tem direito de sentar aqui na mesa não”. Aí, tomaram o cafezinho lá fora mesmo. E pra tornar a história mais curta, eles seguiram para Ribeirópolis, quando chegaram lá, foram direto pro quartel de

polícia. As portas estavam abertas, aí ele entrou no quartel e achou a polícia... Todos os homens estavam... Tudo deitado, aí o chefe disse: “levante macacos, vocês não estão esperando Lampião? Olhe aí, ele chegou. Eu estou aqui na frente de vocês, macaco...” Aí, assim que ele chegou, pegou logo os fuzis da polícia e tirou a munição todinha. O que foi de bernal que tinha ele tirou as balas e deixou os fuzis secos. Tinha lá um sargento Zé Pimenta, eu me lembro, que sargento mole! E dizia que estava esperando pelo comandante do cangaço! Tinha outro chamado Zé Bala, eu conheci ele também. Zé Pimenta, pergunta Lampião, onde fica a casa do delegado? Aí, eu sabia e fui mostrar porque eu estava mais o capitão. Nesse tempo, eu era moleque ainda bem novinho, aí mostrei e fui na casa do delegado com o capitão. Ah! Eu ia me esquecendo de dizer que quando o bando chegou no quartel, aí, Lampião, por ser muito cuidadoso, cortou os fios de passar telegrama pra que a polícia não pudesse se comunicar com Itabaiana [SE] que era a cidade mais perto dali. Aí Lampião disse pro delegado: “delegado você tem uma polícia muito fraca, esperando por Lampião e tá tudo deitado! Seu delegado, o senhor tem um dinheirinho aí pra me dar?” Então o delegado disse: “eu não tenho dinheiro hoje não porque o comboio chegou ontem, que eu tenho padaria e o dinheiro eu gastei todo, apliquei na farinha de trigo”. Aí, abriu a porta e mostrou a sacaria. Aí, o rei do cangaço disse: “então tá certo, você tá sendo verdadeiro, você não tem dinheiro mermo”. Mais aí Lampião puxou a gaveta e tinha um dinheirinho, daquelas niquinhas branca de primeiro. Aí ele pegou e jogou pros meninos, pros meninos vadiar no murro, e depois ele pegou as montadas e viajou, foi embora, né? Viajou cabeça arriba, foi aí pros lado de Frei Paulo onde o capitão Virgulino tinha uns amigos lá nesse tempo. Eram uns fazendeiros de lá que gostavam dele, porque Lampião era uma pessoa amigüeira e quem gostasse dele era amigo dele de verdade. Agora fez qualquer richa ele matava, como fez com muita gente ou castigava, mataram muitos mesmo, é verdade. Uma vez uma volante de Ribeirópolis matou um cabra do grupo de Lampião por nome de Mangueira e levaram a cabeça amarrada num lenço para Ribeirópolis e, aí, ele subiu de cabeça arriba, foi embora pro lado do sertão. Outra vez Lampião ia descendo, quando chegou ali no São Miguel do Aleixo a turma do bando encontrou um cabra que quando viu um dos cabras de Lampião disse: “oh companheiro, você me conhece?” Era um sujeito que trabalhou mais ele no Estado de São Paulo nas colheitas. Um sujeito chamado Pedo Batatinha que vendeu a colheita lá toda e veio embora e deixou o coitado lá sem nada. Aí o cara veio embora e entrou na turma de Lampião. “Quando você encontrar ele de novo, você conhece ele mermo, né?” O sujeito disse que tinha uma casa velha grande. Então Lampião disse: “vamos pra casa dele”. Quando chegaram lá na casa do sujeito, tinha um cara amolando uma foice numa pedra de amolar. Aí, pediram ao sujeito que amolasse um canivete e o cara foi amolar. Aí um cabra do bando perguntou ao tal sujeito: “você me conhece?” E ele disse não. “Quando você me roubou no São Paulo você me conhecia”. Aí, Zé Sereno disse: “pinique essa peste logo de urêia de abano, você não tá com um 38?”. “Não, não mata esse sujeito não, castra para ele engordar”, disse Lampião. Aí, eles pegaram Pedo Batatinha e disseram: “desça as carça pra nós lhe castrar, agora você vai engordar, agora se você gemer o canivete entra na goela”. Aí, foi quando o Batatinha amarelou. Então, fizeram o serviço como se faz num porco. Aí, tinha lá um velho manco de um pé, eu conhecia esse velho também, era o velho Duarte. Aí, quando acabou a castração, Lampião, o justiceiro, então disse: “trate desse bacurin, quando eu passar aqui de novo, eu quero encontrar ele gordo”. Depois Lampião se jogou nesse mundo, foi embora, né? Aí o velho subiu em cima de um carro de boi e levou pra casa do pai dele que morava num lugarzinho mais perto e tratou do Pedo Batatinha e ele ficou bom, ficou são, engordou mesmo. Eu conhecia o velho Pedo Batatinha. Quando passou em Ribeirópolis, ele desceu e matou o pai de Domingos de Vitor, o coiteiro [que o tinha traído]. O pobre do velho que não tinha nada a ver com isso. Então, eu disse: Virgulino, esse velho não tem culpa se o Dominguinho correu. “Se ele tem culpa ou não tem, só sei que esse véio mora aqui, e você

não me garantiu que não tem alma nem coração?” Ele matou o velho, dois filhos e um sobrinho. Aí, a gente subiu de cabeça arriba e chegamos em um lugarzinho chamado Clemente. Tinha lá um sanfoneirozinho, aí Lampião mandou fazer lá uma farra, dançando e quando chegou meia-noite aí eu chuapi [fugi].

ANEXO B – RELATO DE AAA (ENTREVISTA 4)

Entrevistado: AAA

Idade: 95

Naturalidade: Nossa Senhora da Glória, Sergipe

Residência: Nossa Senhora da Glória, Sergipe

Escolaridade: analfabeto

Profissão: lavrador

Eu nem sei a que a senhora está se referindo. Eu prefiro não lembrar disso, não! Mais como a senhora está pedindo, eu vou contar alguma coisa que eu sei desse homem malvado. Ele fez muita gente daqui do interior sair de casa correndo com medo dele e se esconder no mato. Minha mulher não gosta dele não. Ela tem muita raiva dele, - né muier?... [A esposa estava presente à entrevista]. Amanhã vou completar noventa e cinco anos. Naquele tempo de Lampião, não tinha quem quisesse ir tirar madeira no sertão de Porto de Folha [SE] com medo da tropa de Lampião que estava esparramada nessa caatinga né! Aí, o povo dizia: “Eu vou lá nada! Vou lá pra morrer!” Outro dizia: “se a gente cair nas unhas do povo de Lampião pronto, acabou”. Aí eu dizia: não se assombre não. Aí, eu fui e aparei uma parte da madeira e voltei e depois fui pegar outra madeira pra de lá descer pra Aquidabã. Quando eu ia passando por Glória, Antônio Francisco, o intendente de Glória naquela época, que era meu amigo me chamou: - venha cá, venha cá, pra onde é que você vai? - Eu vou pra São Mateus. Aí, ele disse: - eu lhe chamei sabe por quê? - É que a tropa de Nicolau [refere-se à volante] saiu daqui a pouquinho hora na direção de São Mateus, com pouco eles vão lhe pegar por aí e vão lhe judiar. Aí, eu disse: - não tenho medo não. Aí seguir e peguei a pista deles, eles na frente e eu no rastro deles. Já na base do meio dia quando a gente estava ali parado pra comer a bóia, a tropa de Nicolau apontou. Eu vi, e ele disse pra todo mundo: “não corre ninguém”. Naquele tempo, a gente usava umas alpercatas que depois foi proibido calçar, só podia calçar era a força volante e os cangaceiros. Aí Nicolau perguntou: - você que ta aí sentado calçado nessas alpercatas... É o senhor mesmo! O senhor não sabe que não pode andar calçado nelas não? - Que quem pode andar calçado somos nós da volante e os cangaceiros? Aí, eu disse: - eu também posso. Eu compro e pago com meu dinheiro, viu? - Por isso eu também posso? - Você pensa que eu ando aqui a toa como um perdido? - Eu ando aqui porque eu tenho ordem do chefe federal. - Ah! Então o senhor é mandado da federal!... - Sou sim senhor, é por isso que tenho um cartão aqui. Aí, botei a mão no bolso, olhe aqui ta vendo? - Ah! Sim ta certo. Aí peguei a capa e botei no ombro a espingarda e quando eu ia sair o Nicolau voltou de lá pra cá, aí, disse: - sim agora eu vou lhe pedir uma coisa se o senhor souber de notícia dos cangaceiros por aí venha me avisar, e eu lhe respondi: - eu não lhe prometo nada. Outra vez me encontrei com ele novamente e ele perguntou se eu tinha visto algum cangaceiro e novamente lhe respondi que não senhor que não sei e nem vi cangaceiro nenhum, não. Mas sempre via falar de Lampião né? E de quando o comandante cangaceiro entrou aqui, na cidade de Glória. Nesse tempo, eu tava lá pro São Paulo. No tempo de Lampião, ele chegava na casa do povo e falava: - o que que se come aqui? - Aqui se come qualquer coisa! - Se tem uma galinha, um

carneiro ou um bode, uma coisa assim, mate aí pra nós comer! Aí, matava qualquer coisa e fazia aquela comida e o povo do bando comia. Depois Lampião pegava dinheiro, quer dizer, a nota ele botava no bolso e aquele trocadinho de dinheiro, aquele dinheiro miúdo, ele pegava e dizia tome menininho, então enchia a mão assim e dava pros meninos, porque ele não podia dar muito, mais agradava né? Agora que a força da polícia contratada não dava nada a ninguém podia era dar pancada, muita gente apanhou! A força quando chegava pedia comida, aí comia, e aí, quando acabava de comer, quebrava prato, quebrava panela, esbagaçava com tudo e era pra não dizer nada se não na certa caía era na pancada. A força do governo né? O governo já era mais contra a gente do que Lampião. Lampião era um homem decente, nunca roubou e não gostava de quem dizia que ele era um ladrão por isso é que ele começou a matar gente e quando os caras disseram que ele tinha roubado um chocalho, né? Então ele não aceitou essa desfeita e começou essa desforra, foi aí, que começou tudo... Começou essa vida de ser chamado de o bandoleiro, o malfeitor. O bandoleiro que andou, andou... Andou muito por esse mundo todo. O rei do cangaço andava aqui e acolá, mas eles, eu mesmo nunca vi, nunca vi eles não. Eu via a notícia: o bandido Lampião passou ali! O bandido passou acolá. E um dia mesmo eu tava em casa, eu era solteiro, rapaz novo, tava mais a minha mãe e um magote de irmãos, aí, a gente teve a notícia: O bandoleiro maldito tá ali no algodão e ele vai passar por aqui. Aí a velha minha mãe se alvoroço e disse: - quando aquele bandido maldito passar aqui não vai deixar ninguém vivo! - Mãe, ele não vai matar ninguém... - Mãe deixa de loucura! Mas ela não me ouviu, aí, ajuntaram umas redes, umas cobertas e todos foram se esconder lá dentro do mato, acolá. - Tu não vai não? - Eu vou ficar em casa mãe; - vou armar a minha rede; - vou me deitar e se ele chegar por aqui e ele quiser me perguntar alguma coisa o que eu souber eu conto, não vou mentir, vou só contar a verdade. Aí me deitei e nem Lampião veio cá, nem cabra dele, nem ninguém, graças a Deus! Lampião não matava ninguém por matar não. Lampião não foi tão perigoso assim. Perigoso era a força volante. Lampião agradava os que moravam pelo interior, na roça que matavam uma galinha pra ele comer e também matavam um carneiro pra ele comer mais a rapaziada dele né? Muita gente por aí ficou bem de vida porque agradava Lampião. Ah!... Tem muitos causos sobre o homem do cangaço uns causos faziam medo assim o povo conta. Um desses causos é o que aconteceu no município do Aquidabã. Lampião certa vez chegou no Aquidabã cumprimentou o prefeito, alegre com todo mundo e não fez nada. O prefeito se enfezou com aquilo e mandou guarnecer a cidade toda e mandou dizer a Lampião que ele viesse agora, que “aquele bandido é pra chegar aqui e ser metralhado, matar ele aqui mesmo”. Aí, Lampião ficou ciente do enfezamento do prefeito e então mandou dizer a ele: “num é assim não mais um dia eu vou aí”. Sendo informado de tal situação, então ele ficou tarando né? Ninguém ouvia falar em Lampião, aí, a volante foi saindo, saiu todo mundo, e Lampião sabendo de tudo, era informado tim tim por tim tim. Quando foi um dia que não tinha ninguém mais, Lampião chegou cedo no Aquidabã, quatro horas da manhã; ele cortou o fio do telégrafo; fechou a cidade toda; pegou o prefeito da cidade e amarrou; pegou o delegado pra matar, castrar, esquartejar primeiro. Para o prefeito ele falou: - rapaz, como é que você é um homem falso desse jeito, eu não gosto de homem falso que me traia viu? - E outra, quem me escreveu foi sua mulher e ela é falsa a você... Sua mulher é falsa a você. - Não senhor! - É sim, ela é falsa. Aí, Lampião mandou os bandidos se servir com ela e o prefeito vendo. Assim o povo conta né?... E quando acabou, o prefeito fez que não viu nada e saiu correndo pro fundo da casa, aí, se soltou e foi embora. E o delegado ficou inseguro, aí disse: - Corisco, eu lhe dou cem mil réis [naquela época era muito dinheiro] pra você me soltar. Aí Corisco disse: - eu não posso fazer isso não, eu posso pegar seu dinheiro e não lhe soltar. - Rapaz, faz isso pelo amor do Padre Cícero. O delegado sabia que eles obedeciam ao Padre Cícero, que tinham aquela devoção. Então Corisco disse: - eu vou fazer assim com você, lhe soltar não, só solto na hora que tiver junto mais o compadre Lampião porque quem vai lhe livrar é o Padre Cícero né? -

Você vai a pé, e eu vou atirar pra lhe matar, aí, na hora eu quero ver. E assim ele fez. Lampião pegou o parabelo e atirou. O delegado entrou num atalho saiu noutro e foi embora. Se livrou do bandido né?

ANEXO C – RELATO DE ES (ENTREVISTA 5)

Entrevistado: ES

Idade: 78 anos

Naturalidade: Nossa Senhora da Glória, Sergipe

Residência: Nossa Senhora da Glória, Sergipe

Escolaridade: semi-analfabeta

Profissão: doméstica

Lampião era um criminoso sem igual. Um homem muito cruel. Não existia em tempo algum atrás alguém pior do que Lampião. Até aquele que tinha feito mal a minha vizinha e me raptou que Deus o tenha, não foi tão ruim como Lampião. Minha irmã levou dúzias e dúzias de palmatórias nas mãos. Meu tio ficou cego de um olho por causa de que não queria dar cavalos para eles. Muitas mocinhas ficaram nuas numa festa que Lampião fez. Lampião não fez nada comigo porque eu me escondi debaixo do chão que meu pai tinha feito um buraco pra gente se esconder. Meu pai tinha cavado esse buraco há tempo, porque sabia que o ladrão um dia podia chegar na nossa casa. A gente sabe que quem tem parte com o capeta pode aparecer de uma hora pra outra. Lampião era um capeta em vida fez muita gente sofrer. Naquele tempo, foi um tempo de muito sofrimento. A gente não era rico não, mas a gente tinha uma terrinha que tudo dava e tinha também um pouco de dinheiro pra quando precisasse. Quando Lampião veio aqui levou tantas coisas de nós. Se precisava ver que o comportamento daquele homem não era de gente não, ele agia como um bicho, ele era um verdadeiro demônio, aí, o povo vivia assustado com ele e aí quando se sabia que ele estava por perto todo mundo se escondia no mato, fugia, às vezes, pra bem longe com medo dele e de seus cabras que eram perversos como Lampião. Se contam muitos causos de Lampião, um desses causos de Lampião aconteceu na cidade do Aquidabã [Sergipe]. Um dia quando os cangaceiros passaram por lá, então pegaram um cara lá no quartel e os cangaceiros mandavam o cara dizer: “viva o Padre Cícero”! Como ele era protestante não gostava de falar: “viva o Padre Cícero”, aí, ficava ele calado. Aí, Lampião perguntou: “Você é surdo? Não tá vendo a gente falar com você não? Por que você não fala? Ah! É porque você é surdo mesmo”. Então, aí o cangaceiro sanguinário, porque ele gostava de judiar mesmo, disse assim: “eu vou cortar uma orelha quem sabe você não pode escutar”? E mandou Corisco cortar. Então, Lampião falou: “Isso é pra você escutar, ou se lembrar de Padre Cícero. Quando Lampião queria ser malvado era... Ele, como os outros cangaceiros, pintou e bordou... Né? Por esse sertão afora, é, afinal ele era um bandido malvado, sabe! Nesse tempo do cangaço muito gente penou porque Lampião era um cara muito vingativo, sempre procurava se vingar de quem lhe negava alguma coisa ou não lhe respeitava ou ainda mexia com alguém que ele gostava. Em Itabi [Sergipe], Lampião chegou na fazenda Campo Grande, de um coronel muito rico, aí, o bandido mandou um recado desaforado pro coronel pelo vaqueiro: - “diga a seu patrão que me mande cem contos de réis que Lampião taprecisando e não pode trabalhar, porque é bandido e vive assim corrido, aí, como ele é muito rico, ele pode me mandar essa tal quantia de dinheiro que não vai quebrar ele não e se ele não mandar, aí, diga a ele que eu, Lampião, tou com 40 vaca aqui presa e se ele não atender o meu pedido quer dizer não mandar o que peço, mato as vacas dele todinhas. Vá!

Vou ficar aqui esperando”. Aí o vaqueiro foi, demorou e quando voltou disse: “meu patrão disse que não manda não, e se o senhor matar, coma, ele não vai trabalhar pra bandido não, ele trabalha pra família dele, mais pra bandido ladrão ele não dá dinheiro não”. Aí, Lampião ficou furioso e aí o que Lampião fez: ele matou as 40 vacas e ficaram lá na fazenda mortas. Esse bandido sempre agia assim ou fazia esses tipos de maldades sempre quando negavam seus pedidos ou ordens. O homem era malvado... Bandido mesmo! Com o homem não tinha mais acordo. Lampião não se entregava a ninguém, o futuro dele era morrer. Ainda se conta que teve policiais que botaram veneno na bebida dele. Esse mesmo coronel mandou dizer a ele que não estava com raiva dele não e que ia mandar um vinho pra ele, só que a garrafa não ficou bem tampada e que o vinho era pra ele tomar e o bandido tomou não lhe deu dor de barriga, não, mas deu pra dormir, então a volante pegou o chefe dos bandidos de surpresa lá na Gruta do Angico, ali no município do Poço, aí, então, acabou com ele e seu bando. Foi uma desgraça, uma tragédia aquilo. Sabe moça, eu nem gosto de lembrar da maneira que ele morreu. Lampião era um homem malvado, né? Mais não precisava acabar com aqueles cangaceiros daquele jeito, não.

ANEXO D – RELATO DE EC (ENTREVISTA 6)

Entrevistado: EC

Idade: 84

Naturalidade: Poço Redondo, Sergipe

Residência: Poço Redondo, Sergipe

Escolaridade: primeiro grau incompleto

Profissão: doméstica

Na família de Poço [Poço Redondo]... Todo mundo era coiteiro. Aí disse: - você conhece aquela ali? Ele olhou assim e disse: - não, nunca vi. - Pois aquela dali é irmã de Zabelê. Zabelê era meu irmão. Sabe! Quem perguntou, perguntou pensando que ele dizia que conhecia a gente, aí, ele respondeu: - eu não acredito!... Uma mulher que saiu do cangaço para morar com um homem mais valente que Zabelê disse que uma vez, Zabelê ainda morando aqui disse que tinha uma irmã. Que tinha uma irmã casada com um rapaz daqui. Aí, contaram a ele, que ele e os cangaceiros tinham mandado buscar dinheiro e, só sei que esse dinheiro foi pro sargento do destacamento daqui de Poço. Aí nisso, ele saiu, foram a algum lugar e quando voltaram o dinheiro não estava. Foi outro sargento também daqui do Poço, sabe-se que ele era ladrão, sabendo que lá tinha esse dinheiro de Lampião, aí saíram daqui de noite, chegou lá, umas horas, chamou na porta da casa de um tio meu, aí pensando que ia enganar, sabe! Aí, para enganar que era Lampião, mas era ele, o sargento daqui. Ele chegou e disse que ia dar... mais num sei não. Quando foi certo dia, chegaram outros camaradas lá, aí, saiu tudo correndo, eles tinham dez filhos. Esse homem era pai de Pedro Caçulo. Aí ele disse: “eu sei que vou morrer, mas se eu não for ele vai matar meus filhos”. Aí foi quando acabou pegando o pobrezinho e matou. Matou o pai e deixou dez filhos tudo pobre. Ele era vaqueiro de Manoel de Liquinho, abaixo de Deus, não morreram de fome porque papai mais mamãe sempre mandava uma ajudazinha. Era um sofrimento só quem viveu sabe. Eles mataram o finado Santos, que era irmão de mamãe e mataram o finado Manoel Marquês que era irmão de papai. Perdi dois tios. Ele, Zabelê, foi embora para não se entregar. Mamãe ainda viu ele três vezes. Mamãe vinha da Serra Negra cortou caminho e encontrou ele, Zabelê, no caminho. Agora papai... quando ele saía, papai dizia: “esses coiteiros safado fizesse um favor, no lugar que eu tiver nunca aparecesse que não quero olhar pra cara de nenhum deles”. Uma vez papai vinha de Serra Negra com um comboio de burro que ele tinha, carregado de farinha, quando passou na fazenda, nesse tempo, Lampião fez o destacamento correr, todas as pessoas fecharam as portas. Papai vinha lá da lagoa da Serra Negra, quando passou na fazenda, aí tava lá os cangaceiros. Aí disse a Manoel para ver quem estava passando e quando ele viu era papai, mas ele não se apresentou, da estrada mesmo foi embora. Agora, eu tinha tanta vontade no mundo de me encontrar com ele, Zabelê. Quando eu cheguei de lá da lagoa da Serra Negra, nós saímos daqui de Curralinho e fomos morar lá na cidade de Nossa Senhora da Glória que naquele tempo de Lampião se chamava Boca da Mata. Aí, uma vez, eu disse umas coisas a um soldado, um sargento, então, ele disse:- menina quer casar comigo? Eu era novinha, eu não tinha namorado ainda não. Eu disse: - você não tem vergonha, repare se eu dou ousadia a ninguém! Aí ele chegou e disse: - Meliana você fez cobiça a esse homem! Daí conta a papai. Ele caça uma casa pra alugar pra nós ir embora pra lagoa de Serra Negra, que lá em Glória só tinha nós da família do Poço. No outro dia papai se montou num burro e compadre Messias em outro e fomos parar lá na Serra Negra. Fiz até promessa para o Senhor do Bomfim da Bahia para me ajudar que me encontrasse com ele, que eu ia lhe levar uma esmola. Eu pensei que Senhor do Bomfim era aí na lagoa da Serra Negra. Meu irmão Zabelê só fez parte do bando de Lampião, por causa dos infelizes dos amigos dele eram amigos e foram embora. Quando ele entrou no bando eu tava mais papai, em Floresta, que papai tinha um terreno lá. Aí foi quando ele mandou um recado que todo tempo que encontrasse com Lampião, ele ia

embora com ele. Ele coitadinho ia sair da foice, aí um soldado disse Manoel não vai. Naquele tempo tinha um negócio chamado decreto. O decreto tá fechado. Aí ele de lá foi para fazenda da Telha passar o inverno. Lá ele ficou, plantou, quando foi na noite de Natal ele veio para aqui, pro Poço. Mamãe só tinha dois filhos homens e todos os dois estavam lá. O finado Lino foi quem trouxe o recado das capoeiras que Lampião tinha mandado chamar ele. O pobrezinho estava jogando baralho na casa dele. Aí quando ele veio já veio com uma arma de fogo, já para matar o finado André, mas graças a Deus, pode acreditar como existe Deus, eu nunca soube de uma morte que ele fizesse. Agora, dessa vez eles vieram para matar compadre João, que era cunhado dele. Quando chegou no Umbuzeiro, daqui de Poço, chegou perto de todo mundo aí disse: - compadre é muito eu sair mais vocês pra matar um cunhado; aí ele disse: daqui não passa ninguém. Aí voltou todo mundo. Lampião quando teve aqui no Poço pela primeira vez, ainda, foi para a missa na igreja, mas nós não morávamos aqui não, nessa época nós morávamos era em Floresta. Lampião veio aqui, em Poço, uma das vezes, que foi da vez que ele ficou na casa de minha madrinha Maria, me lembro muito bem dessa vez. Não tem como esquecer toda aquela angústia do povo. Lampião marcou muito a vida dos moradores do Poço. A imagem daquele homem continua gravada na nossa mente. Eles chegavam aqui e chamavam as moças para ir para as novenas e depois ir dança, aí, dançavam muito, iam pra dançar com os cangaceiros. Nos tempos das novenas tinha muitas danças. Aí Lampião mandava dizer: “diga a fulano de tal que mande suas filhas”, mas ele nunca mandou esse recado para papai. Eu era doida que ele mandasse dizer para papai mandar as filhas. Eu era doida e roxa, dançar era tão bom! Mas só tinha direito de dançar mulher com mulher. Olhe, quando eu fui morar em Glória, foi pra estudar. Aí, quando tinha dança, quando tinha leilão, eu ia mais Mariquinha, dançava as duas irmãs, pois, o povo parava para ver nós duas dançar, de tão bem que a gente dançava. Agora, nunca tive o gosto de dançar mais um homem, tinha uma vontade!

ANEXO E – RELATO DE JFO (ENTREVISTA 8)

Entrevistado: JFO

Idade: 81 anos

Naturalidade: Nossa Senhora da Glória, Sergipe

Residência: Nossa Senhora da Glória, Sergipe

Escolaridade: semi-analfabeto

Profissão: coveiro

No tempo dos cangaceiros eu sofri tantas coisas... Eu já sofri tanto! A gente só vivia descarrado, não era tanto dos cangaceiros como era das forças do governo. A gente vivia pelo mato. Tudo isso eu já passei na minha vida. Um dia mesmo, a volante chegou lá na casa de meu pai... Naqueles tempos a gente morava no interior, aí, uma de manhã, eles vinham mal informados, dizendo que a gente sabia... Eles pegavam a gente e queriam que a gente dissesse o que a gente não sabia e a gente não sabia de nada mesmo, a gente nem sabia de que se tratava. Aí a força, esses homens da volante, carregou um irmão meu, eu, meu pai e dois cunhados dele e levou a gente pro riacho da Capivara, aí, passamos lá no riacho o dia todinho.

Só veio liberar a gente de tardezinha, sem a gente não ter a felicidade de saber de que se tratava. Às vezes, a gente estava em casa deitado de noite, às vezes a boca da noite, acordava com uns caras na porta da gente. Dessa vez eram os cangaceiros, aí, enjoavam a gente, mas tinha vez que nem enjoavam. Tinham alguns que dormiam direto lá na casa de meu pai. Assim quando esses homens de Lampião chegavam lá em casa, eles tomavam conta. Quem enjoava mesmo era a polícia. A força baiana não enjoava a força que chateava mesmo era a força do estado de Sergipe. Os cangaceiros, às vezes, chegavam na porta e tomavam café, agora que eles nunca forçaram a gente. Eles chegavam pedindo café, aí, a gente dava. A gente dava também bebida e cachaça né? Comiam queijo, tudo misturado, quando acabavam, aí, eles davam a volta e, aí, iam embora. A gente tinha de ter cuidado né? De vez em quando eles apareciam de novo. Muitas vezes, a gente nem chegava em casa direito e eles já batiam na porta novamente, mas também não enjoavam não, muitos ficavam por ali espreitando... Olhando, ficavam de vigia, né? Com medo da volante aparecer. A gente tinha um patrão e os cangaceiros pediam dinheiro ao patrão da gente e o nosso patrão nunca dava dinheiro pra eles, ele nunca tinha, nesse tempo o dinheiro era muito difícil. O patrão agradava eles assim com bebida boa, com cigarro, com charuto... Tinha dia que a gente saía, aí, quando a gente chegava, eles estavam na porta da gente de novo, então, a gente dava boa tarde, aí, quando os cangaceiros de Lampião perguntavam por notícias da força, se a gente não viu alguma por aí, que a gente não enganasse eles porque se eles pedissem qualquer coisa e não desse, aí, ficava meio complicado... Aí, a coisa ficava feia, né? Tem muitos comentários ainda hoje dizendo que aqueles homens do cangaço eram pessoas maldade! É... Mas eles eram assim, agora se a pessoa agradasse a eles ou se pudesse dar lá quanto fosse, ou mandar matar uma galinha pra eles comerem, eles não faziam nada a ninguém não. Eles queriam era ser bem recebidos e com a gente eles não fizeram maldade nenhum não. Agora contam que esse bando de Lampião algumas vezes pegava famílias e maltratava, eles chegavam até matar, porque tinham raiva porque pedia dinheiro ao fazendeiro e ele não dava, aí, os cangaceiros ficavam se escondendo e se apadrinhando, quando fosse um dia, eles voltavam lá pra se vingar da desfeita... Eu não gosto nem de lembrar. Ainda falando da força, é verdade que ela uma vez dormiu lá; chegou já de noite e era tempo de inverno. Chovia muito, aí, chamou o meu pai e disse: - me dê notícia de Zé Felix [coiteiro de Lampião]. Aí, meu pai disse: - não tenho visto ele, e a gente não tinha visto mesmo, aí, eles chegaram numa boa, sentaram assim beirando a sombra, depois desceram um riacho lá adiante, saíram e aí dormiram. Dessa vez os cangaceiros tinham matado uma reis e trazido a carne no bortal, aí, eles estenderam a carne...

Estendeu carne como o diabo no outro dia bem cedo, aí, uma senhora viu. Bem cedo assim, logo de madrugada se levantando, se equipando, se espalhando assim no fundo do terreno de baixo, aí pegaram o rasto deles. Embaixo eles voltaram e se prepararam. Nessa quadra, nesse dia, eles deram um fogo neles da força aqui em baixo (aí abaixo de Graco Cardoso). O bando de cangaceiros vinha, chegou perto, aí, eles pegaram um carro de boi e chegaram na casa de Antônio Rufino e fizeram um forró. De noite a força chegou, aí, eles, os homens da força, tomaram de abafo e metralharam os bandidos que estavam ali, aí, mataram, parece que foram dois ou três cangaceiros. Naquele tempo do cangaço era um sufoco danado que a gente passava. A gente vivia sempre assustado, na alerta, a gente não tinha sossego não né? Quando não era uma coisa era outra. Era assim, quando saíam os cangaceiros, chegava a força da polícia. E interessante era que a volante vinha assim num roteiro de informação, aí quando chegava era pra gente dá conta ou dizer que viu os bandidos de Lampião sem ver. E a gente não tinha visto mesmo. Aí eles falavam... Falavam... Xingavam né? Mas tudo na vida passa, mas deixa muitas marcas... Né? Muitas lembranças para sempre na vida da gente do sertão.

ANEXO F – RELATO DE JPS (ENTREVISTA 9)

Entrevistado: JPS

Idade: 89 anos.

Naturalidade: Poço Redondo, Sergipe

Residência: Poço Redondo, Sergipe

Escolaridade: analfabeto.

Profissão: lavrador

Eu vi muitas vezes balas enfeadas nas rochas. Nas pedras ainda tem muita bala enfeada por lá, né? E ainda têm naquelas brechas, né? As balas batiam e enfeavam nas brechas onde mataram Lampião mais os cabras dele. Foi um fim muito triste... o rei do cangaço e aquela gente cangaceira não merecia aquele fim, eu sei que eles aprontaram muito por aí, né? Muita gente sofreu nas mãos deles. Mais assim mesmo tinha aqueles que defendiam Lampião dizendo que um homem bom tava ali que fazia tudo aquilo não era porque ele era mau pessoa era porque o mundo fez ele assim vingativo por causa da morte do pai dele que foi assassinado no terreiro da casa deles aí ele tinha que vingar a morte do pai mesmo. As volantes, primeiro, antes da ordem do presidente da República tinham algumas que vinham pra brigar e outras não, porque pelo jeito, naquela época o cangaceiro já nem brigava mais, porque ele sabia que a volante estava ali por perto. Eles atiravam de longe e o rei do cangaço Lampião só se defendia. A volante também se defendia porque a volante de Sergipe não tinha ordem de matar, não. A de Alagoas também não e a volante da Bahia também não tinha ordem de matar também, não. Nenhuma tinha ordem de matar Lampião não. Foi quando veio a ordem de Getúlio Vargas, que deu 30 dias pra acabar com os bandidos. Aí, todo mundo não queria mais conversa e o coronel Lucena ordenou a João Bezerra: “ou a cabeça de Lampião ou a sua”. Se sabia por aqui que esse João Bezerra jogava mais o cangaceiro Lampião baralho quando se encontravam. A ainda hoje a gente escuta falar que o cangaceiro e o capitão, eles, tinham um bom relacionamento. João Bezerra trazia armamento novo da Bahia pra Lampião. Esse coronel Lucena o mesmo que eu falo, ele trouxe várias munições pra Lampião, armas novas. Pra Zé Rufino que era da volante veio uns fuzis velhos. Da Bahia muitos coronéis mandavam armamentos pra Lampião. O coronel Lucena foi o que nunca gostou de Lampião. O povo dizia que ele trazia armamento, mas comentam também que esse coronel Lucena nunca gostou do cangaceiro. Se ele pudesse e tivesse a ordem de matar, ele era um dos primeiros a acabar com o cangaceiro Lampião. Mas quando recebeu a ordem de matar ele não quis, e mandou João Bezerra e os seus comandados e foram eles os que cercaram a Grota do Angico e acabaram com esse grande lutador dessas terras, por que ele lutou muito pra se defender dos homens da volante. Tem muitas histórias sobre ele, umas fazem até medo contar. O povo comenta ainda hoje que o capitão Lampião fez muita coisa boa para os pobres, mas ele fez muita malvadeza também. O povo fala que ele saqueava lojas e dava de presente ao povo mais pobre. Em Aquidabã, ele fez isso, pegou uns cortes de pano pra fazer roupa pra eles e saiu jogando no meio da rua e mandava que os meninos pegassem para levar pra eles. Lampião, pelo que ouvi dizer, ele agia assim com forma de protesto, o que ele queria era fazer justiça, agora foi forçado a cair no banditismo e fazer miséria. Para o povo, ele fazia aquilo ali, mas quando ele ia rezar colocava o joelho no chão e pedia perdão a Deus por tudo aquilo que ele estava fazendo, pois, ele era forçado, não era a vontade dele. É o bandido fazia isso tudo e depois ia pedir a bênção ao Padre Cícero e ele abençoava e pedia para Deus abençoar ele e pedia também pra ele sair do cangaço, e ele disse que não podia mais, mas ele ficou sendo devoto do Padre Cícero, eles acreditavam muito nele. O povo dessa redondeza conta muitos causos de Lampião, se fala que ele nunca matou uma cobra, porque ele não gostava de matar cobra, quando foi um dia apareceu uma que vinha na sua direção e essa o cangaceiro achou diferente, era como se fosse um aviso e aviso de perigo, aí, ele pegou a cobra e matou.

Depois disso quando ele sonhava com cobra, era como se fosse um aviso de perigo para ele. Avisando o bandido para ter cuidado. Lampião realmente foi uma figura muito diferente. Ele chegava assim num lugar e mandava matar um bode, aí pegava e preparava a carne debaixo de um umbuzeiro. Ali mesmo cavava e arrancava uma batata do umbuzeiro, aí, abria e tirava um pedaço do miolo que tinha dentro e botava a carne do bode fechava a batata e enterrava no chão e fazia um fogo em cima, aí, quando eles sentiam que já estava cozinhada, tirava e comia sem precisar de mais nada, cozinhavam a carne só na batata do umbuzeiro. Outra coisa, no cangaço, tinha aqueles que faziam alguns crimes e se passavam por Lampião, não era Lampião porque ele tinha aquele grupo de homens que vivia mais ele, aqueles cabras de confiança que o comandante mandava que eles fossem dar uma volta, “como eu não posso trabalhar, nem posso negociar porque ninguém deixa, então, vocês dê uma volta por lá”. Depois tinham que prestar conta a ele. Tinha aqueles que chegavam lá e faziam um malfeito e se faziam passar por Lampião. Eles se apresentavam como sendo o chefe do cangaço, o capitão Virgulino, né? Só que não era o capitão do cangaço não. Outra história que se conta do grupo de Lampião é que um dia eles chegaram numa casa e o dono da casa estava fazendo comida, aí, então ele mandou fazer pra eles também. E o homem tinha uma filha moça e bonita, aí, um bandido foi com certa liberdade com a menina e atalhando ela com o pé pra tocar no peito da menina, aí, Lampião viu e não gostou daquilo, então, desarmou o bandido e mandou matar, não ali na frente dos donos da casa, mas mandou matar para nunca mais ele mexer com a filha dos outros. Naquele tempo de Lampião, o povo tinha respeito, tinha vergonha, sabia o que era uma honra, hoje ninguém tem respeito, nem vergonha. Também se fala que uma vez o prefeito do município de Aquidabã traiu Lampião, aí, o rei do cangaço foi lá e se vingou do prefeito, mas dessa vez, ele não matou ninguém não. Diz que no Estado da Bahia, ele não se entregava a ninguém, não, que ele brigava com as volantes, mas quando ele via que a volante vinha, aí, ele fazia jeito de correr, de desviar os bandidos, homem inteligente tava ali ele não queria fazer isso, mas era obrigado pra não morrer. Então, ele fazia uma maneira de despistar e uma dessas maneiras era calçar as alpercatas ao contrário, em vez de botar o pé pra frente botava o pé pra traz e, às vezes, quando não tinha jeito, porque tinha muita areia, vinha outro atrás apagando o rastro deles. Aí, o bando fazia que ia entrando pra um lugar, mas que ele ia era pro outro lado com as alpercatas calçadas ao contrário, conseguia se despistar da volante. O cangaceiro tinha os grupos dele, os cabras pra acompanhar ele. Tinha Zé Sereno, Zé Baiano, tinha Curisco, Volta Seca, todos eles, eram cabras de Lampião, né! Tinha vez que Lampião ficava num lugar, quer dizer, no coito escondido e os cabras andavam por outro lugar, dando volta, observando. Tinha Zé Sereno e a mulher Sila, Curisco era Dadá a mulher dele e Lampião tinha sua Maria Bonita. Essas três mulheres acompanhavam eles no cangaço. Antes de Maria Bonita ser mulher de Lampião, foi mulher de um sapateiro, e um dia ela disse que tinha coragem de acompanhar Lampião, aí, ele ficou sabendo e disse que na próxima viagem passava ali e ia ver se ela tinha coragem mesmo. Quando Lampião voltou e quando ele chegou lá, o marido tava batendo prego no sapato aí ele disse: “é você uma Maria que tem coragem de me acompanhar?” Então ela disse: “só se for agora”. Então só foi montar na garupa do burro e ir embora com o cangaceiro. Maria Bonita, depois de andar por esse sertão afora com o guerrilheiro, acabou morrendo aqui em Sergipe com ele.

ANEXO G – RELATO DE JAO (ENTREVISTA 11)

Entrevistado: JAO

Idade: 67 anos

Naturalidade: Nossa Senhora da Glória, Sergipe

Residência: Nossa Senhora da Glória, Sergipe

Escolaridade: primeiro grau incompleto

Profissão: lavrador

Ele era muito inteligente. Dizia que virou cangaceiro porque o pai dele foi assassinado por causa de briga de terra com a família dos Nogueira e de Zé Saturnino e a mãe morreu do coração, aí ele dizia: “agora, a gente vai se vingar de quem matou meu pai”, aí, invadiram a cidade de Vila Bela que hoje é chamada de Serra Talhada. Aí, eles entraram no quartel e quebraram tudo e contam os mais velhos que o bandido e seu bando mataram três soldados e levaram as armas deles. Esse cangaceiro malvado deixou muita história pra ser contada por esse sertão afora e a gente sabe de outras histórias desse bandido malvado porque a gente ouvia sempre as pessoas falando de Lampião e sua gente. Foi aí que começou então a raiva de Lampião que judiou e matou muita gente por esse mundo de Deus. Lampião era um homem muito vingativo agora fala que ele era um homem de palavra o que ele prometia ele cumpria por isso o povo do sertão admirava Lampião pela sua inteligência e honestidade e cumpridor de palavra, mas, na minha opinião, ele era um homem muito mau e pelas suas malvadezas o capitão era caçado pela polícia porque só vivia escondido nos matos como um bicho. Por isso tinha a volante atrás dele. O povo pensava que as volantes eram os policiais, mas, as volantes eram pessoas contratadas pela própria polícia, e eles vinham de Aracaju, das cidades mais próximas, como Salvador, Recife, Maceió. Alguns sargentos contratavam aqueles homens, inclusive, o cabo de Nazareno pegou grande fogo no combate de Maranduba ali em Canidé era tudo cabras de Nazareno, do povoado de Floresta junto do rio Pajéu lá no Estado de Pernambuco. Então era um pessoal contratado sem treinamento nenhum, a maioria, querendo ganhar algum dinheiro na época, então, veio de Nazaré para combater Lampião aqui no sertão de Sergipe. As volantes não eram pessoas de Lampião, volantes eram pessoas que perseguiam Lampião. Da morte de Lampião na Grota do Angico pelo capitão Luiz Bezerra que comandava a volante que acabou com Lampião mais os outros que estavam com ele lá, o povo do sertão ainda se lembra bem e eu acho que vai ser difícil de se esquecer, sabe? Quem é que nunca ouviu falar de Lampião? Do modo como acabaram com ele? Sempre tem gente interessado em saber dos acontecimentos passados na Gruta de Angico naquela madrugada que marcou muito essa região, ainda vem muita gente de fora, de outros lugares para conhecer o lugar onde acabaram com o homem mais famoso do sertão, porque ele foi famoso mesmo. Muita gente sabe contar muitas histórias de sua passagem por aqui, de alguns fatos verdadeiros que aconteceram. Em Curralinho [Poço Redondo] contam que muito desse pessoal da volante jogava baralho à noite com Lampião, porque a raiva todinha de Lampião não era do pessoal de Sergipe, porque a briga começou lá no Estado de Pernambuco, então a raiva todinha era da volante de Pernambuco, Bahia, Alagoas, e de Sergipe não tinha tanto raiva não, tinha era influência direta em matar, acabar com Lampião. É tão constatado que alguns fazendeiros da época de Lampião deram apoio a Lampião, pois davam munição a ele, até o governo de Sergipe naquela época também dava munição pro cangaceiro se defender dos ataques da volante então era uma questão de política não dá pra gente entender não, né? Nunca deixou de ter essa questão complicada de política até no cangaço isso existiu que tinha sua estrela maior na figura de Lampião que recebeu esse nome por questão de vingança e esperteza, né? Ele era esperto como um rato, só que foi traído, e é por isso que pegaram ele desprevenido e acabaram com ele. Os cangaceiros não era só simplesmente para sair matando o povo, quando falo de cangaceiro também me refiro aquele grandes proprietários de terra, os coronéis, no

tempo de Lampião tinha muito coronel que tinha sempre aqueles jagunços pra defender suas propriedades cada um queria mais jagunço porque as terras não eram cercadas, não tinham donos, entrava quem tivesse mais força, a lei que tinha, era a lei do mais forte, de quem fosse mais poderoso, de quem tivesse mais terra, do que tivesse mais bala pra tirar um do outro. Então no cangaço teve vários cangaceiros no passado. Já teve vários bandidos no nosso sertão. Contam que no povoado Bom Sucesso, aconteceu um fato totalmente diferente envolvendo um cangaceiro do próprio Lampião. Certa dia o bando chegou na casa de Dona Maria Conceição, ele chegou e foi bem recebido pela mulher na sua casinha velha de taipa então os cangaceiros chegaram com Lampião e disseram “a gente tá com fome”, então responderam: “a gente só tem aqui um feijãozinho pra comer, não tem nada só tem farinha” e aí quando estava comendo todo mundo, sempre tem um mais gaiato, um palhaço no grupo, isso não deixa de ter, aí um dos cangaceiros falou: “rapaz não tem sal de jeito nenhum no feijão”, quando ele reclamou que o feijão estava sem sal foi quando o capitão disse “Dona Maria traga aí um punhado de sal pra botar aqui no prato de um cabra”, encheu o prato do cangaceiro de sal e disse: “agora coma, se você não comer, eu lhe mato, ninguém reclamou que tava sem sal, você reclamou, quer sal, então coma”. E conta que o cangaceiro comeu pra não morrer e depois saiu mal pelo quintal, mas comeu tudo aí então ficou com barriga-inchada, doendo, foi isso que aconteceu. No Poço Redondo, contam que uma senhora detestava Lampião e ele sabia disso, então num certo dia num forró, ele estava zangado e disse: “como a senhora me detesta, a senhora vai acompanhar a sanfona assobiando à noite todinha”. A senhora amanheceu o dia com o bico que não agüentava de inchado. Entre essas histórias contam também as pessoas mais velhas que não se esqueceram de que uma vez os homens da volante pegaram um homem que eles achavam que era coiteiro e penduraram o homem numa árvore na frente das crianças e da mulher e castraram o cara. Então isso quer dizer que nesse caso não é somente Lampião e o cangaço que faziam maldades, os caras da volante faziam muito mais, só que você nunca viu isso, só se vê a história do cangaço, a maldade todinha só é do cangaço, naquele tempo tudo aquilo que acontecia de maldade, de coisa rum no Sertão, era Lampião, podia ele estar aqui em Sergipe, mais se matasse um no Ceará diziam foi Lampião, não era outra pessoa porque achavam que ele estava em todo canto, aí todas as maldades desse tempo jogavam pra cima de Lampião.

ANEXO H – RELATO DE MGG (ENTREVISTA 12)

Entrevistado: MGG

Idade: 86 anos

Naturalidade: Nossa Senhora da Glória, Sergipe

Residência: Nossa Senhora da Glória, Sergipe

Escolaridade: primeiro grau incompleto

Profissão: doméstica/lavradora

Naquele tempo dos cangaceiros, eu morava na Baixa Limpa mais minha família. Eu era mocinha ainda, mas agora moro aqui nesse povoado. Meu pai que veio embora pra qui por causa dos bandidos de Lampião que queria dinheiro. Lampião chegou lá feito arado. Meu pai teve medo e saiu da fazenda Baixa Limpa e foi pro Riachão. Lá no Riachão no meio das matas meu pai fez uma roça. Meu pai tinha uma casa de farinha onde arranjava aquele povo todo. Meu pai pensou que estava bem protegido ali do bando de Lampião, aí, Lampião apareceu também lá no Riachão. Então o meu pai disse que ia tirar nós de lá. – “Nós tá véio, ele não quer nós pra nada, só dinheiro, agora vou tirar vocês”. Aí trouxe nós pra cá. Meu pai correu pra qui, mas quando chegou aqui tinha que mandar dinheiro pro bando de Lampião. O bandido-chefe que mandava pedir. E se meu pai não mandasse, o bandoleiro mandava tacar fogo na fazenda. Aquele homem muito malvado!... Ele judiou muita gente... Não judiou a gente porque meu pai não era coitero e sempre dava alguma coisa quando ele passava lá na fazenda, na Baixa Limpa. Teve uma vez, contava meu pai, que passou trinta de uma vez de noite. Nesse dia a gente não estava em casa, tinha ido pra casa de um tio da gente, aí, a gente passou a noite lá, quando eles saíram da casa da gente meu pai mandou chamar. Aí, outra vez quando eles voltaram lá de novo na fazenda, se juntaram umas dez moças dentro de uma roça de mandioca, todas escondidas lá na roça de noite por causa do bando de Lampião, e meu pai ficou em casa. Aí o bando chegou e pegou uns animais de meu pai e levaram meu irmão junto pra ir botar eles pra lá de Carira, aí, sempre que eles precisavam, eles pegavam os animais e quando eles chegavam ao lugar que queriam ir, eles mandavam os animais de volta pro dono. Bastava chegar aí pro lado de Frei Paulo, Carira, Pinhão, pra mandar os animais de volta dizia meu pai. Meu pai dizia também que os cangaceiros nunca bateram nele. Meu pai não acoitava eles nem acoitava Lampião... Nem acoitava a volante que andava atrás de Lampião e seu bando e que quando eles passavam de dia, aí, eles diziam: “ói se os macacos passarem aqui procurando a gente, diga que a gente passou aqui, agora se a gente passou bem cedo e se os macacos passam de noite, você diga: ‘passou’, agora se for perto da hora que a gente passou diga que não passou”. Aí, meu pai assim fazia. Quando o bando chegava lá que a volante passava bem cedo perguntava: “os macacos passaram aqui”? Meu pai dizia que não. “Ói, não negue ‘não passou não’ se o senhor tá dizendo, eu acredito”. E quando eles, Lampião e os cangaceiros, passavam de noite quando era bem cedo meu pai mandava Nina apagar o rastro deles com a vassoura de galho de Catingueira, né? Aí, tirava os galhos e ia apagar os rastros para não ter complicação com a volante. Um dia quando a gente chegou em casa tinha lá eram muitos bandidos: Canário, Zé Sereno, Vaga-Lume, a mulher de Canário, a mulher de Zé Sereno e só tinha em casa eram duas pessoas, meu irmão e minha irmã que era aleijada duma perna, mas os bandidos não fizeram nada de mau neles não. Aí, meu pai decidiu mandar minha irmã pra um sítio que minha tia tinha na Serra do Machado. Então, com essa folia de bandido que só queria dinheiro, meu pai veio embora pra qui por causa do bando de Lampião. Ele correu pra qui, mas não valeu de nada, porque quando chegou aqui, o cangaceiro Lampião continuou mandando buscar dinheiro e meu pai tinha que mandar o dinheiro que o bandido mandava pedir. Se meu pai não mandasse, como eu já falei, os bandidos iam tocar fogo na fazenda, aí, ele tinha de mandar mesmo. Aí meu pai pegou e vendeu o gado, vendeu tudo, só deixou o terreno. Até quando chegou o fim, que deram fim ao valentão do sertão. É, mas antes

disso aquele homem judiou muita gente!... Mas Lampião não andava matando ninguém, não andava roubando ele só fazia era pedir ou tomar emprestado e quando esse cara pegava os animais do meu pai ele sempre devolvia pro seu dono. Meu pai dizia que Lampião só judiava a quem não atendesse a um pedido dele. Lampião era um homem muito temido pelo povo, só era saber que Lampião estava ou tinha passado em tal lugar o povo ficava com um pouquinho... Ou morrendo de medo dos cangaceiros. Ai, quando Lampião vinha pra essas bandas, nessa redondeza tinha um tocador de sanfona e um velho do cavaquinho pra tocar pra ele. Então, meu pai e as pessoas também contam que Lampião mandava chamar as moças da redondeza pra dançar, aí, elas tinham que ir, elas tinham que obedecer se não ele mandava buscar, mas ninguém mexia com nenhuma não. O chefe dos bandidos não deixava não. Aí, Ele mandava fazer um arraial na casa que era pra todo mundo dançar e ninguém podia mexer com elas, com as moças, ele não deixava e aí daquele bandido que fizesse qualquer besteira com uma daquelas moças. O cangaceiro tinha que dançar sério, tirar o armamento pra poder dançar. O chefe não dançava, e quando todos estavam dançando Lampião estava em pé escorado na boca do fuzil, observando todo mundo que estava ali no arraial. Ele ficava de tocaia né? Diziam então que o bandido dormia pouco né? Quando os outros companheiros dele estavam dormindo, ele estava acordado em pé observando tudo... Tocaia né? Escorado na boca do fuzil. Meu pai sempre falava que Lampião era um homem muito cuidadoso... um homem muito cauteloso, se um bandido dele matasse um num tiroteio, Lampião dizia, né? Que ele ia saber de quem foi a bala que matou, ele ia saber quem atirou era quando ele ia dormir. Falam também que pra Lampião dormir, então, Maria Bonita e Corisco ficavam acordados. Lampião não confiava em mais ninguém pra dormir um pouquinho, só neles. No tempo de Lampião, eu era mocinha muito nova e não tinha medo deles, porque Lampião chegava lá em casa e eles não judiavam ninguém. Mais o povo... sabe como é! Conta muitos causos por aí de Lampião e sua gente. Um dos causos é o da morte desse cangaceiro ali no Poço Redondo na Grota do Angico onde ele morreu, não, onde a volante acabou com a vida dele. Esse acontecimento foi triste porque mataram o homem bem aqui no Estado de Sergipe. Isso não dar pra esquecer não, e todo ano no dia da morte dele sempre tem alguma coisa lá no lugar e muita gente vai até daqui de Glória porque o povo tem muito respeito por Lampião. Um cara muito valente, muito corajoso... eu era menina naquele tempo mais eu me recordo. Mas uma coisa é certa, só mataram ele porque ele foi traído num emboscada... porque ele não pode se defender dos macacos, era assim como ele chamava a polícia. E dessa vez a volante foi mais esperta.